

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	13
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	14
1.5 Principais clientes	21
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	22
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	26
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	27
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	32
1.10 Informações de sociedade de economia mista	34
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	35
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	36
1.13 Acordos de acionistas	37
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	38
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	39
1.16 Outras informações relevantes	40
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	41
2.2 Resultados operacional e financeiro	52
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	53
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	54
2.5 Medições não contábeis	55
2.6 Eventos subsequentes as DFs	58
2.7 Destinação de resultados	59
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	60
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	61
2.10 Planos de negócios	62
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	63
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	64
3.2 Acompanhamento das projeções	65

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	66
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	86
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	87
4.4 Processos não sigilosos relevantes	88
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	91
4.6 Processos sigilosos relevantes	92
4.7 Outras contingências relevantes	93
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	94
5.2 Descrição dos controles internos	95
5.3 Programa de integridade	97
5.4 Alterações significativas	101
5.5 Outras informações relevantes	102
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	103
6.3 Distribuição de capital	107
6.4 Participação em sociedades	108
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	109
6.6 Outras informações relevantes	110
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	111
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	113
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	114
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	115
7.4 Composição dos comitês	121
7.5 Relações familiares	130
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	131
7.7 Acordos/seguros de administradores	135
7.8 Outras informações relevantes	136
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	137

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	141
8.3 Remuneração variável	145
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	147
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	153
8.6 Outorga de opções de compra de ações	154
8.7 Opções em aberto	155
8.8 Opções exercidas e ações entregues	156
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	157
8.10 Outorga de ações	158
8.11 Ações entregues	159
8.12 Precificação das ações/opções	160
8.13 Participações detidas por órgão	162
8.14 Planos de previdência	163
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	164
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	166
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	167
8.18 Remuneração - Outras funções	168
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	169
8.20 Outras informações relevantes	170
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	171
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	173
9.4 Outras informações relevantes	174
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	175
10.1 Descrição dos recursos humanos	177
10.2 Alterações relevantes	178
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	179
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	181
10.5 Outras informações relevantes	182
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	183

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	184
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	186
11.3 Outras informações relevantes	187
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	188
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	189
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	190
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	191
12.5 Mercados de negociação no Brasil	192
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	193
12.7 Títulos emitidos no exterior	194
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	195
12.9 Outras informações relevantes	196
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	197
13.1 Declaração do diretor presidente	198
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	199
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

1.1 - Breve Histórico: descrever sumariamente o histórico do emissor

A Bionexo foi fundada em 2000, já com operações no Brasil e na Argentina, com a missão de trazer mais eficiência, transparência e inteligência para a cadeia de valor hospitalar. A Companhia começou suas atividades ligada a uma aceleradora chamada BtoBen que, financiada pelo banco Santander, reunia diversas verticais e *marketplaces* que prometiam transformar diferentes mercados, incluindo a Bionexo para o setor de saúde. Com a explosão, nos Estados Unidos, da bolha do ponto.com nos anos 2000, o Santander encerrou a iniciativa.

O então CEO e recém-contratado Maurício Barbosa, com uma visão de que estas tecnologias seriam essenciais na modernização do setor de saúde, decidiu, conjuntamente com Marcelo Salinas, então responsável pelas operações na Argentina, adquirir a empresa. Na época, ela não passava, porém, de um mero projeto. Assim começou a história da Bionexo que conhecemos hoje.

Por meio de sua primeira solução, o *marketplace*, que leva o nome da Companhia, a Bionexo começou a construir um ecossistema para que hospitais pudessem digitalizar seus processos de compras, conectados na internet com uma ampla gama de fornecedores. Assim, eles poderiam ampliar a competitividade dos seus processos de compra e, conseqüentemente, reduzir custos, ao passo que aumentavam também a transparência dos seus processos.

Os primeiros anos de operação foram dedicados à construção e consolidação do *marketplace*. Os hospitais foram aderindo à tecnologia, e, por sua vez, convidaram seus fornecedores para venderem os produtos por meio da plataforma. Após ser testado e aprovado pelo mercado, o *marketplace* teve sua presença geográfica expandida até que, em 2013, passou a estar presente em todos os estados do país. Em 2009 e 2010, Colômbia e México, respectivamente, também passaram a contar com a presença da Bionexo. Essa expansão foi acompanhada pelo rápido aumento no número de clientes pagantes, que passou de 193 em 2005 para 903 ao final de 2010.

Ainda durante os primeiros anos de operação, em 2006, iniciou-se a criação da segunda solução da Companhia: o OPME_{enexo}. Com a Bionexo focada na gestão de compra de insumos mais básicos, como medicamentos e materiais médicos, restava a necessidade de se endereçar as solicitações dos clientes associadas às compras de itens de alto custo utilizados em cirurgias. Assim surgiu o OPME_{enexo}, com o propósito de regular o fluxo de aquisição de órteses, próteses e materiais especiais (“OPMEs”). Com este produto, que hoje abrange desde o agendamento da cirurgia à aprovação da compra dos insumos pela operadora de saúde, a Bionexo provou que era possível monetizar o seu ecossistema de clientes com a introdução de novos produtos digitais.

Ao final de 2010, a Companhia deu início a um movimento determinante em sua estratégia de crescimento, com a introdução de uma frente voltada aos fornecedores do seu *marketplace*. Até então, fabricantes e distribuidores operavam na plataforma de forma gratuita. À medida que a demanda dos hospitais aumentava, surgiu a oportunidade de criar funções computacionais (*features*) que gerassem mais valor também ao outro lado da cadeia. Funções como filtros avançados, integração, inteligência de preço, entre outras, permitiram à Companhia alcançar hoje a marca de 3,2 mil fornecedores pagantes, dentre os mais de 30 mil que operam na solução.

A Companhia teve um ciclo importante de crescimento entre 2010 e 2015.

Em 2012, a Companhia realizou a primeira rodada de investimento que fortaleceu sua estratégia de crescimento. A Insight Venture Partners, um fundo americano de investimento, investiu na Bionexo e possibilitou o avanço da profissionalização da Companhia, o crescimento do quadro de colaboradores e a evolução de sua governança corporativa.

Nesses 5 anos, a Companhia foi capaz de fortalecer seu posicionamento como agregadora de soluções em nuvem para o setor e expandir o número de clientes pagantes de 903 em 2010 para 1.964 em 2015.

O ciclo seguinte de expansão, entre 2015 e 2020, foi marcado pela ampliação do seu portfólio de ofertas e a consolidação da sua visão de se fortalecer como plataforma em nuvem capaz de agregar as melhores soluções Software as a Service (“SaaS”) do mercado.

Antes concentrada no processo de compras de insumos hospitalares, a Bionexo ampliou sua oferta de soluções por meio do desenvolvimento de novos produtos e de aquisições focadas na digitalização da cadeia de valor hospitalar. A Bionexo passou então a endereçar outras solicitações dos clientes, sejam elas relacionadas ao planejamento das compras, integração de fornecedores, rastreabilidade via identificação por radiofrequência (“RFID”), gestão do ciclo da receita e produtos financeiros, dentre várias outras.

Em fevereiro de 2017, a Bionexo passou por uma importante reestruturação societária, com a entrada da Prisma Capital, que adquiriu as participações da Insight Venture Partners e do co-fundador Marcelo Salinas. Essa mudança impulsionou um novo direcionamento estratégico de longo prazo, com foco no crescimento da empresa.

1.1 Histórico do emissor

No final de 2018, a Orjen Investments Pte. Ltd, subsidiária da Temasek Holdings, investiu na Bionexo por meio de uma rodada predominantemente primária. Esse aporte permitiu a renovação da equipe de gestão e um aumento significativo no investimento em tecnologia.

Entre 2017 e 2023, a Bionexo lançou a solução de planejamento e gestão de estoque Plannexo, fortaleceu a monetização de sua solução de Analytics e expandiu seu portfólio por meio da aquisição de seis empresas: Manager Saúde, Avatar, GTMed, CNN, Beecare e Síntese, expandindo sua atuação na cadeia de suprimentos da saúde, reforçando sua liderança no setor e ampliando sua atuação mediante oferta de soluções para clínicas e para gestão do ciclo da receita das instituições de saúde.

Além disso, a empresa investiu em sua infraestrutura tecnológica para garantir escalabilidade e segurança.

Nos anos de 2021 e 2023, a Bain Capital Private Equity realizou investimentos significativos na Bionexo, destinados a apoiar o crescimento e a expansão da Companhia..

Com essa série de aquisições e investimentos estratégicos, a Bionexo consolidou sua posição como líder em soluções digitais para a saúde, expandindo sua atuação em diversas áreas do setor e cumprindo sua missão de transformar a gestão da saúde por meio da tecnologia.

Com tudo isso, o número de clientes pagantes da Companhia cresceu de forma acentuada: de 1.964 em 2015 para 9.619 em 2023. Esta base hoje corresponde a aproximadamente 40% do mercado de hospitais privados e 16% do total de fornecedores que utilizam as suas soluções em todos os países onde atua. Ao todo, os clientes da Bionexo foram responsáveis por R\$ 19,9 bilhões em transações em 2023. Apesar da relevância, os números mostram o enorme potencial dentro da própria base de clientes para adoção de novos produtos digitais da Bionexo: somente 23% dos clientes hospitalares utilizam mais de uma solução e apenas 16% dos fornecedores utilizam um plano pago.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Sumário: descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia é uma empresa de tecnologia que oferece, através de um modelo de negócios Software as a Service (“SaaS”), soluções digitais baseadas em nuvem para a cadeia de valor de saúde. Desde sua fundação em 2000, ela vem avançando na sua visão de usar tecnologia para transformar o setor, trazendo mais eficiência, transparência e inteligência aos cerca de 40 mil clientes conectados em sua plataforma, sendo eles: instituições de saúde (incluindo hospitais, laboratórios, clínicas e outras instituições), operadoras de saúde e fornecedores (incluindo distribuidoras e fabricantes de insumos médico hospitalares). Suas soluções têm o objetivo de digitalizar e automatizar a cadeia de valor do mercado de saúde, abrangendo atividades como planejamento de compras, transação de insumos médicos, processamento de contas médicas e a relação entre hospitais e suas fontes pagadoras.

A Companhia apresenta indicadores operacionais e financeiros que mostram escala e crescimento com rentabilidade e recorrência. Seguem abaixo alguns dos indicadores de 31 de dezembro de 2023:

I. Escala:

- Clientes Ativos¹: 40 mil
- Valor Transacionado² (2023): R\$ 19,9 bilhões
- Receita Recorrente Anualizada (“ARR”)³: R\$ 183,3 milhões

II. Crescimento:

- Crescimento do Valor Transacionado (2023-2022): 21,7%
- Crescimento da ARR (2023-2022): 3,2%

III. Rentabilidade:

- Margem Bruta: 69,6%
- Margem EBITDA Ajustado: -3,2%
- LTV / CAC⁴: 4,7x

IV. Recorrência:

- Porcentagem de Receita Recorrente: 99,8%

A Companhia é detentora de um ecossistema com cerca de 40 mil clientes, composto por instituições de saúde (incluindo hospitais, laboratórios, clínicas e outras instituições), operadoras de saúde e fornecedores (incluindo distribuidoras e fabricantes de insumos médico-hospitalares) do Brasil, Argentina, Colômbia e México. São mais de 4 mil instituições prestadoras de serviço de saúde na América Latina. Do lado dos fornecedores para esse mercado, a Companhia contava, em 31 de dezembro de 2023, com aproximadamente 36 mil fornecedores ativos⁴. Durante o ano de 2023, os dois lados da cadeia transacionaram mais de R\$19,9 bilhões nas plataformas da Companhia.

O setor de saúde no Brasil e na América Latina em geral carece de uma integração eficiente e a relação entre os agentes ainda é feita majoritariamente de forma *offline*. A Companhia nasceu com o propósito de endereçar esses

¹ Clientes ativos são clientes cadastrados na plataforma e com acesso liberado às soluções da Companhia.

² Valor Transacionado corresponde a todo o valor transacionado na plataforma por parceiros e clientes da Companhia.

³ O ARR é uma métrica operacional que representa o valor de todas as taxas de assinatura fixa mensal de acordo com os contratos existentes com clientes no final de cada ano, anualizado para um período de doze meses. O ARR deve ser visto independentemente da receita GAAP ou IFRS e não se destina a ser uma alternativa ou substituto para a receita GAAP ou IFRS. Como os acordos podem ser rescindidos a critério de cada cliente, nosso ARR não é uma indicação ou garantia de resultados futuros. Nosso ARR em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 era maior do que nossa receita líquida nesses anos. Isso ocorreu principalmente porque a ARR é calculada com base (i) nos contratos em vigor em 31 de dezembro de cada ano e (ii) no valor bruto de todas as taxas de assinatura fixa mensal de acordo com esses contratos, sem levar em consideração quaisquer impostos sobre vendas.

⁴ LTV/CAC consiste na divisão do LTV (Customer Lifetime Value) pelo Custo de Aquisição de Cliente (CAC ou Customer Acquisition Cost). O LTV por sua vez é calculado a partir do produto do ticket médio pelo *lifetime* médio (prazo médio de permanência do cliente como contratante da Companhia), líquido de impostos sobre receita e multiplicado pela margem bruta Companhia. Já o CAC é calculado a partir da divisão dos gastos totais com vendas e marketing no ano pelo número de novos contratos realizados no ano. Fornecedores ativos são clientes fornecedores cadastrados na plataforma e com acesso liberado às soluções da Companhia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

desafios e gerar ganhos de eficiência para todos os seus agentes. A Companhia acredita que suas soluções digitais aumentam a transparência e a visibilidade dos processos operacionais nas diferentes etapas da cadeia e apoiam a tomada de decisão de seus clientes. Do lado das instituições de saúde, isso resulta em ganhos de produtividade, como por exemplo através de economias por meio da ampliação do acesso à comunidade de fornecedores. Do lado dos fornecedores, o resultado é o aumento de eficiência no processo de vendas e o acesso a uma nova demanda pelos seus produtos, tudo em apenas um ambiente.

EXPERIÊNCIA COMPROVADA

A Companhia tem um modelo de negócios vertical, ou seja, especializado na cadeia de valor hospitalar. Seu crescimento inicial foi em grande parte devido ao sucesso da solução de compras, Bionexo, que leva o nome da Companhia e que conecta compradores e fornecedores. Com o passar do tempo, criou-se um marketplace transacional dominante, presente, em todos os estados da federação, seguido da expansão para outros países da América Latina. À medida em que essa comunidade de clientes se fortaleceu, outras soluções passaram a compor a oferta de serviços digitais da Companhia, para além dos processos de compras, sempre com o objetivo de atender às necessidades de seus clientes. Assim, a partir de 2015, a Companhia passou a investir no desenvolvimento de novas soluções e hoje atua em diversas partes da cadeia desde o planejamento de compras até a gestão do ciclo de receita, com o apoio à tomada de decisão por meio da inteligência de dados. A Companhia foi assim capaz de criar uma marca com reconhecida neutralidade, capaz de prover ganhos para os diferentes elos da cadeia, sejam instituições de saúde, fornecedores ou fontes pagadoras.

A aceleração do crescimento atraiu a atenção de três importantes investidores, que se juntaram em momentos distintos ao capital social da Bionexo: Prisma Capital em fevereiro de 2017, Orjen Investments Pte. Ltd., uma subsidiária integral indireta da Temasek Holdings (Private) Limited (“Orjen”), em dezembro de 2018 e Bain Capital Tech Opportunities LP (“Bain Capital”) em outubro de 2021.

SOLUÇÕES QUE RESOLVEM AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DO CLIENTE AO LONGO DE TODA A CADEIA A PLATAFORMA BIONEXO

A Companhia possui uma plataforma de computação em nuvem que vai além de um serviço específico. Ela abrange uma infraestrutura comum, baseada em micro serviços, preparada para disponibilizar às soluções atuais, novas ou adquiridas, a possibilidade de se beneficiarem de uma arquitetura flexível e escalável. Nos últimos anos, mas principalmente a partir de 2019 (a partir do capital aportado pela Orjen), a Companhia investiu de forma significativa em tecnologias de integração e inteligência de dados, segurança, gestão de servidores e disponibilidade, autenticação de usuários, dentre outras, para facilitar o desenvolvimento e garantir a escalabilidade de seus serviços.

A plataforma de tecnologia foi construída visando permitir o desenvolvimento de um ecossistema de desenvolvedores e aplicativos de terceiros conectados a ela. Isso permite flexibilidade e facilidade de crescimento do sistema, com segurança, disponibilidade de serviços e rápida integração com aplicações interligadas por meio de interfaces de programação (*Application Programming Interfaces*, “APIs”).

No centro de toda esta estrutura em nuvem está um grande e complexo acervo de dados (“DataLake”), que foi, em 2023, alimentado por mais R\$19,9 bilhões em transações vindas das soluções de *procurement* (compras). Com a aplicação de aprendizagem de máquina e soluções de inteligência artificial, novos insights são gerados, em tempo real, para suportar a tomada de decisão aos usuários da plataforma.

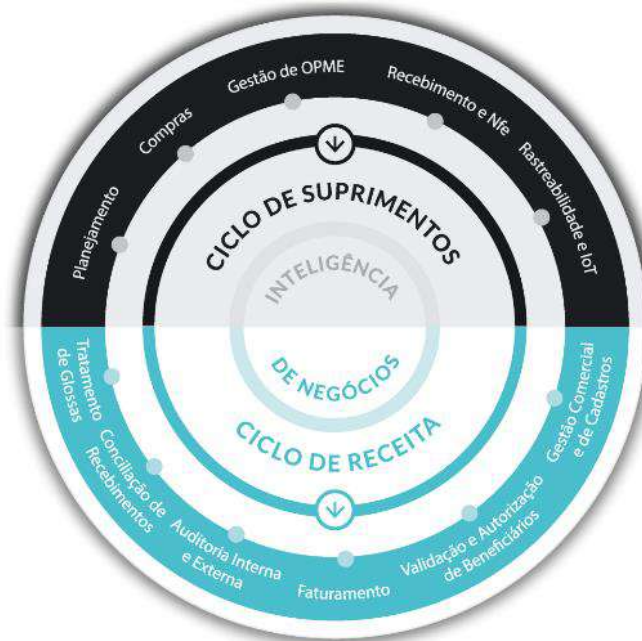
AS SOLUÇÕES BIONEXO

As soluções da Companhia buscam endereçar as principais necessidades da cadeia de valor do setor de saúde, resolvendo, em última instância, a falta de transparência, o aumento de custos, a alta dependência de processos *offline* e a falta de integração. A Companhia acredita que contribui com importantes reduções de custos ao sistema de saúde, liberando recursos que podem então ser alocados na extensão do cuidado aos pacientes e na qualidade dos atendimentos.

O modelo adotado pela sua principal solução - a solução Bionexo - funciona de forma simples e transparente. Do lado das instituições de saúde, o comprador tem acesso a uma ampla gama de fornecedores, por meio de cotações ou contratos comerciais de longo prazo. Do lado dos fornecedores, os vendedores encontram uma demanda crescente de seus serviços na medida em que o ecossistema de clientes da Companhia se expande.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Abaixo apresentamos as soluções que a Bionexo oferece aos seus clientes.



Para instituições de saúde: As soluções oferecidas são divididas em dois ciclos: (i) ciclo de suprimentos, e (ii) ciclo de receita.

i. Ciclo de Suprimentos:

- a. **Plannexo:** A solução de planejamento de demanda e gestão de estoques da Bionexo é projetada para otimizar os níveis de inventário e reduzir os custos operacionais nas instituições de saúde, garantindo a disponibilidade adequada de suprimentos essenciais e aprimorando o atendimento ao paciente. Com recursos avançados de previsão de demanda e automação de processos de compra e reposição, a plataforma economiza tempo e recursos, garantindo uma gestão eficiente dos estoques. Adaptável e escalável, atende às necessidades específicas de cada organização de saúde, proporcionando uma gestão mais ágil e inteligente dos recursos. Dentre os seus principais benefícios oferecidos, destacam-se a redução do excesso de estoque, aumento da produtividade e nível de serviço, e melhoria na tomada de decisão com informações precisas e atualizadas sobre o estoque e a demanda. Suas principais características são o uso de metodologias avançadas de previsão estatística, módulo de avaliação de fornecedores, automatização de acordos comerciais, follow-up automático de ordens abertas e integração com mais de um ERP para a mesma conta.
- b. **Bionexo:** A plataforma Bionexo oferece uma solução completa para digitalizar o processo de cotação e compra de suprimentos hospitalares, proporcionando transparência, redução de custos e segurança em todas as transações. Seu sistema simplifica desde a solicitação de cotações até a emissão de pedidos, facilitando a comunicação com fornecedores e a comparação de preços e produtos. Além disso, oferece recursos avançados de rastreamento e monitoramento para garantir a qualidade e a conformidade dos produtos. Dentre os seus principais benefícios oferecidos, destacam-se a redução de compras emergenciais, custos operacionais reduzidos, aumento no número e qualidade dos fornecedores, segurança da informação e rastreamento em tempo real. Suas principais características são a disponibilidade pioneira de cotações online, a maior comunidade de fabricantes e distribuidores hospitalares da América Latina e uma base única por fabricante com mais de 2 milhões de produtos cadastrados, entre outros recursos como integração *web service* e análise de preços.
- c. **BioNFe:** Oferece uma visualização centralizada e rápida das Notas Fiscais Eletrônicas (NFe) emitidas em relação ao CNPJ da instituição de saúde, possibilitando uma análise detalhada das transações comerciais e uma gestão financeira mais eficaz. Com isso, as instituições podem monitorar gastos, identificar erros e garantir conformidade com as regulamentações fiscais. Além disso, fornecemos ferramentas avançadas de relatório e análise para uma tomada de decisão mais informada. Dentre os seus principais benefícios destacamos o total controle das NFe's emitidas, a redução de tempo na conferência e o ganho de produtividade. Suas principais características são a apresentação das duplicatas para pagamento futuro, armazenamento seguro das notas fiscais, antecipação de divergências, download de pacotes de NFe's e integração com o sistema de gestão da instituição (ERP).

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- d. **Opmenexo:** Essa solução foi projetada para atender às necessidades específicas de hospitais e operadoras de saúde, visando otimizar a aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMEs) e gerenciar cirurgias de alto custo em todas as etapas, do pré ao pós-cirúrgico. Com recursos avançados de gestão de estoque e planejamento cirúrgico, oferecemos uma abordagem abrangente para melhorar a eficiência operacional e reduzir os custos associados a esses procedimentos. Nossa solução proporciona uma visão detalhada do processo de compra de OPMEs, garantindo transparência e conformidade. Além disso, fornecemos ferramentas para o planejamento e agendamento de cirurgias, promovendo uma gestão mais eficaz dos recursos e uma melhor experiência para os pacientes. Dentre os principais benefícios oferecidos, destacamos a redução de atividades manuais, a diminuição de custos operacionais e o aumento da segurança, produtividade e auditabilidade no processo de gestão de cirurgias de alto custo. Suas principais características são mais de 3.000 fornecedores qualificados, integração com diversos ERP's, hospedagem em Oracle Cloud e conformidade com o HIPAA.
- e. **Biotracker:** oferece uma solução exclusiva na América Latina, combinando hardware de radiofrequência a um software proprietário de última geração. Essa inovação garante rastreabilidade incomparável e automatização sem precedentes no controle de estoque para instituições de saúde. Ao adotar o Biotracker, as organizações podem eliminar erros manuais e inventários constantes, economizando tempo e recursos. Além de proporcionar uma visão em tempo real do estoque, permite uma gestão proativa e eficiente da cadeia de suprimentos. Com o Biotracker, as instituições de saúde podem operar com confiança, focando no melhor atendimento aos pacientes. Os principais benefícios oferecidos são redução do tempo de inventário, eliminação de perdas e diminuição de estoques satélite. As principais características dessa solução são o controle de temperatura, a rastreabilidade completa, a automatização de fluxos e a integração com sistemas de gestão hospitalar.
- f. **Bioanalytics:** Solução de inteligência de dados é uma ferramenta para instituições de saúde, especialmente aquelas que utilizam a plataforma Bionexo. Coletando e analisando dados das transações no Bionexo, essa solução oferece insights que capacitam gestores a tomar decisões mais focadas e estratégicas. Com análises detalhadas sobre padrões de compra, tendências de mercado e desempenho dos fornecedores, as instituições podem identificar oportunidades de economia, otimizar compras e garantir melhor relação custo-benefício. Além disso, a solução ajuda a mitigar riscos, e preservar a conformidade regulatória e qualidade dos produtos. Com essa solução, os fornecedores têm capacidade de alcançar uma gestão mais eficiente e eficaz, impulsionando sucesso financeiro e operacional. Dentre os principais benefícios oferecidos destacamos a maior inteligência estratégica, a visibilidade de gaps nas operações de compras e a redução do trabalho operacional. As principais características dessa solução são o monitoramento de compras de urgência, os indicadores de inflação, a gestão de contratos, o controle de performance das equipes de compra e indicadores de *saving*.
- g. **Clínica nas Nuvens:** Software de gestão para clínicas oferece uma solução abrangente, desde a organização da agenda até o controle financeiro detalhado. Com recursos integrados e intuitivos, a plataforma otimiza os processos e facilita a gestão das equipes, promovendo eficiência e eficácia. O software proporciona economia ao unificar ferramentas de controle financeiro, centraliza os processos de gestão da clínica em um único lugar e impulsiona a receita com agendamentos online e automatizados via chatbot de WhatsApp. O sistema clínica nas nuvens proporciona uma série de benefícios, incluindo a redução de custos com múltiplos sistemas, a automação de tarefas para otimizar a gestão de tempo e organização, e a centralização das informações dos pacientes em um único lugar, eliminando a necessidade de repetição de cadastros entre diferentes setores. Com mais de 35 mil profissionais de saúde utilizando o sistema, é um sistema flexível e personalizável para se adaptar à forma de trabalho de cada clínica. Além disso, oferece recursos como gerenciamento de múltiplas agendas, dashboards inteligentes com dados em tempo real, controle financeiro completo e integração com ferramentas de marketing.

ii. **Ciclo de Receita**

A solução para Gestão do Ciclo de Receita proporciona diversas funcionalidades que abrangem desde a gestão comercial e de cadastros até o tratamento de glosas, assegurando uma operação eficiente e segura.

- a. **Gestão Comercial e de Cadastros:** A gestão comercial e de cadastros do módulo de Ciclo de Receita visa trazer agilidade nas atualizações cadastrais, prevenindo glosas e perdas financeiras por cobranças incorretas. Essa funcionalidade também reduz o tempo de negociação com as operadoras de saúde, permitindo uma gestão mais eficiente e confiável dos dados cadastrais.
- b. **Atendimento:** No atendimento, o módulo oferece consulta em tempo real da elegibilidade dos pacientes, captura informações sobre o plano de saúde e registra historicamente as consultas de elegibilidade. Além disso, automatiza a solicitação de autorizações para SP/SADT, internação, oncologia e prorrogação, e monitora o status das autorizações. Isso assegura o correto preenchimento das guias, reduz o tempo de atendimento na recepção e diminui a carga de trabalho operacional nos portais dos convênios.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- c. **Faturamento:** O faturamento é otimizado com a geração de relatórios gerenciais detalhados por período, operadora, origem, entre outros critérios, e o acompanhamento das movimentações e pendências das contas por etapa ou setor. O módulo realiza validações, cálculos, fechamento e remessa de contas de pacientes internados e não internados, transmitindo automaticamente os arquivos XML conforme as regras de cada operadora e capturando antecipadamente críticas. Isso garante que a instituição cobre por todos os serviços prestados e elimina perdas de prazos.
- d. **Auditoria Interna e Externa:** Para a auditoria interna e externa, o módulo permite a conferência de contas com base em amostras e regras de cobrança, lançamento automático de itens por protocolos de interdependência e identificação de diferenças entre a prescrição e a conta. Também distribui contas para auditores externos e controla modificações, motivos e tempo de auditoria. Isso aumenta a disponibilidade da equipe para análises complexas e reduz o uso de papéis no processo de auditoria.
- e. **Contas a Receber:** Nas contas a receber, o módulo captura os demonstrativos de pagamento em diversos formatos, identificando itens pagos, não pagos e glosados, além de conciliar arquivos de faturamento e monitorar por datas de pagamentos, operadoras, procedimentos, entre outros parâmetros. Isso acelera a liberação dos valores e a cobrança de inadimplentes, eliminando a morosidade na identificação de recebimentos e padronizando a captura dos demonstrativos.
- f. **Tratamento de Glosas:** Para o tratamento de glosas, o módulo identifica glosas por item, motivo e/ou procedimento, transmite recursos com declaração de perdas individualmente ou em massa, e oferece análise e recurso automatizado por operadora e prazo de vencimento, incluindo o envio de anexos junto ao recurso e o monitoramento dos recursos enviados. Isso facilita a identificação e correção dos problemas na raiz, escalando a transmissão do recurso para múltiplas operadoras e evitando a perda de prazos e consequente perda financeira.

Essas soluções proporcionam uma gestão financeira mais eficiente e segura para as instituições de saúde, promovendo uma significativa melhoria na operação e nos resultados financeiros.

Para Fornecedores:

- a. **Bionexo:** Oferece acesso a um amplo mercado e visibilidade para produtos, simplificando o processo de compra e venda e melhorando a eficiência operacional. Com suporte dedicado, ajuda os fornecedores a atender regulamentações e maximizar oportunidades de negócio. Os principais benefícios oferecidos aos fornecedores são acesso à maior comunidade de compradores da saúde no Brasil, segurança da informação e alta disponibilidade. As principais características são acesso a relatórios abrangentes, filtros estratégicos de busca, integração com ERP e automação de respostas às cotações.
- b. **Bioanalytics:** Solução SaaS de inteligência de mercado utiliza a vasta base de dados de compras digitais da Bionexo, oferecendo insights para decisões estratégicas no setor de saúde. Os principais benefícios oferecidos são acesso a análises de medicamentos e materiais médicos para identificar mercados potenciais, melhorar a margem de lucro e equilibrar a oferta do cliente com a demanda do mercado. As principais características são visão completa do mercado Bionexo, base para decisões estratégicas e visibilidade do mercado com informações comparativas.
- c. **Opmenexo:** Solução completa para gestão e vendas de materiais de alto custo em procedimentos cirúrgicos. Os principais benefícios oferecidos são segurança da informação, aumento na capacidade de cirurgias com ampla rede de hospitais e operadoras cadastrados e negociação direta com as instituições de saúde. As principais características são ampla comunidade de fornecedores e instituições de saúde, solução SaaS de cotações, negociações diretas via chat interno, e alto padrão de segurança e compliance.

ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND CORPORATE GOVERNANCE (“ESG”) NO DNA DA COMPANHIA

A Bionexo foi criada com o objetivo de gerar eficiência para o sistema de saúde hospitalar. A Companhia acredita que viabiliza milhões de reais em economias aos seus clientes, os quais podem ser direcionados para investimentos na melhoria dos cuidados de saúde para a população, por meio de atendimentos públicos ou privados. Em relação a atendimentos públicos, a Companhia encerrou o exercício do ano de 2023 atendendo indiretamente mais de 40 mil leitos do Sistema Único de Saúde (“SUS”) por meio de hospitais filantrópicos clientes.

Desde 2019, a Companhia possui um programa de saúde mental que acompanha colaboradores e familiares, com estrutura de atendimento exclusiva. Este programa proporcionou 69 atendimentos apenas em 2023.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 2020, com o início da pandemia do COVID-19, a Companhia participou do projeto Salvando Vidas (“Projeto”), idealizado pelo BNDES. Em uma ação pro bono, a Companhia operacionalizou a compra e o monitoramento de entrega de álcool gel, luvas, máscaras, aventais e toucas a mais de 605 hospitais filantrópicos. Até 31 de dezembro de 2021, foram realizados mais de R\$ 104 milhões em compras para o Projeto por meio da solução Bionexo.

A governança na Companhia é regida por um Conselho de Administração, que além de Presidente, Vice-Presidente e membros indicados pelos acionistas, conta também com dois membros independentes. Grupos de trabalho mantêm rotinas de acompanhamento das verticais de (i) Crescimento, Produtos e Tecnologia; e (ii) ESG, com agendas fixas de discussão e relatórios e atualizações ao Conselho de Administração.

VANTAGENS COMPETITIVAS

Como plataforma de referência no oferecimento de soluções integradas para o setor de saúde, a Companhia apresenta as vantagens competitivas listadas abaixo.

Efeito de rede do ecossistema de clientes e difícil replicabilidade

Partindo do conceito comumente conhecido como “Efeito de Rede”, a Companhia consegue se apropriar das vantagens trazidas com o aumento do número de clientes de forma virtuosa.

Como parte da natureza das operações, a adição frequente de novas tecnologias à plataforma permite a venda e a fidelização de novos clientes, assim como a contratação de soluções adicionais por clientes existentes. Na medida em que novos clientes são adicionados, incrementando o valor transacionado, a plataforma torna-se ainda mais atrativa para a entrada de futuros clientes. Em relação à contratação de soluções adicionais por clientes existentes, no ano de 2023, cerca de 25,6% do total do ARR foi resultado de outros produtos além do marketplace.

Dessa maneira, a Companhia consegue acelerar as suas taxas de crescimento e, ao mesmo tempo, reduzir o custo de aquisição de novos clientes (*Customer Acquisition Cost*, “CAC”).

Essa dinâmica também corrobora o conceito de “*Winner Takes Most*” observado em alguns mercados de tecnologia. Com o ganho de escala oferecido pela plataforma, reduz-se o risco de perda de clientes. Em adição, a Companhia se fortalece como a plataforma dominante em seu mercado, inibindo o surgimento de concorrentes.

Além disso, a adição de novos clientes, sejam eles instituições de saúde ou fornecedores, só se faz possível pela neutralidade proporcionada pela Companhia, que promove uma proposta de valor “win-win”. As soluções da Companhia são neutras quanto à direção do fluxo de suprimentos e possibilitam ganhos para ambos os elos da cadeia.

Profundo conhecimento sobre as necessidades dos clientes, dinâmicas do mercado e oportunidades de crescimento

A Companhia é verticalizada na área da saúde e, em 31 de dezembro de 2023, conectou através das suas soluções, mais de 146 mil usuários. Suas equipes de venda e relacionamento com clientes, compostas por mais de 100 profissionais, permitem a proximidade e contato com os clientes, auxiliando na identificação das principais oportunidades de negócio, de modo a endereçar as suas necessidades com o desenvolvimento de novas tecnologias.

Além da dinâmica de relacionamento direto com a gestão dos hospitais e fornecedores, os dados coletados por meio das próprias soluções permitem entender dinâmicas de funcionamento e tendências do setor. Por exemplo, é possível analisar o crescimento de grupos econômicos, a necessidade de centralização da decisão de compras e de planejamento, as concentrações e distribuições de volumes e preços por região, dentre outros.

Esta leitura de mercado por meio de dados é fortalecida pela diversidade de perfis de clientes, que atuam em diferentes regiões geográficas e possuem diferentes portes e especialidades. Dessa forma, as análises contam com significância estatística para a geração de inteligência aos seus clientes.

O mesmo princípio pode ser observado em sua presença internacional, em importantes mercados da América Latina (Argentina, Colômbia e México), diversificando ainda mais a coleta de dados dos clientes.

A partir dos mecanismos acima, os times de Tecnologia e Novos Negócios da Companhia podem:

- Alimentar e priorizar o desenvolvimento e lançamento de soluções que apresentam maior potencial de crescimento e rentabilidade; e
- Orientar a estratégia de Fusões e Aquisições (“M&A”) com o objetivo de complementar o portfólio de serviços, por meio da aquisição de soluções digitais de alta qualidade.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Este grau de conhecimento do setor, construído ao longo de 23 anos de experiência da Companhia, foi essencial para a expansão das soluções Bionexo, de forma orgânica e inorgânica. Durante todo o histórico da Companhia, 7 aquisições foram realizadas, as quais contribuíram para o aumento da oferta de serviços da Companhia.

Modelo de negócios baseado em assinaturas com receitas recorrentes e alto índice de retenção de clientes

Conforme já mencionado anteriormente, as ofertas da Companhia possuem um modelo de receitas recorrentes (receitas originadas através de pagamentos de subscrições pelos seus clientes para uso das soluções), com pagamentos prioritariamente mensais. As suas soluções podem ser contratadas por meio de serviços e módulos com diferentes propostas de valor, o que permite o atendimento a diferentes perfis de clientes. Como resultado dessa estratégia, 99,8% da receita da Companhia obtida no exercício de 2023 foi recorrente.

Além do mais, a Companhia acredita que seu modelo de negócio cria o potencial de aumento do *ticket* médio por meio da introdução de novas funções aos serviços existentes, conforme indicado pelo *Net Retention Rate* de 96,5% entre 2022 e 2023.

Escalabilidade da plataforma tecnológica, suportada por uma cultura de desenvolvimento de novas tecnologias

Com estrutura tecnológica concentrada em nuvem e baseada em *Application Programming Interface* (“APIs”, em português “Interface de Programação de Aplicativos”), a Companhia tem 23 anos de experiência em construção de serviços digitais. Ela sempre teve como princípio disponibilizar suas ferramentas para operarem 100% *online*, permitindo o uso por clientes com baixa sofisticação tecnológica. Da mesma forma, a Companhia sempre possibilitou a integração de suas soluções com ofertas de terceiros e realiza integrações em sua plataforma através do uso de APIs. As APIs são uma forma ágil de integrar sistemas, possibilitando benefícios como a segurança dos dados, facilidade no intercâmbio de informações com diferentes linguagens de programação e a monetização de acessos, tornando-se capaz de atender as particularidades de seus clientes. A Companhia possui também inteligência capaz de realizar o recolhimento de dados das transações com base em um cadastro de itens centralizado com cerca de 2 milhões de Stock Keeping Units (“SKUs”) estruturados, o que permite identificar e relacionar os itens transacionados.

Este potencial vem sendo construído por meio de um investimento constante na melhoria das suas soluções e na sua infraestrutura tecnológica. Somente nos últimos três anos, mais de R\$ 125 milhões foram investidos na plataforma da Companhia. Isso tudo por meio de uma estrutura interna que privilegia a rápida tomada de decisão, com uma orientação de solução descentralizada (gerida e formada através da estruturação de *squads* de soluções).

O NPS da Companhia, que reúne as competências e dados necessários para avançar na qualidade dos serviços, considerando pontuação combinada entre as soluções, resultou na última apuração de 2023 em 39 pontos, com destaque para o crescimento observado ao longo dos meses que levou o NPS do produto Bionexo de 34 para 55 entre janeiro e dezembro de 2023 no Brasil, representando um aumento de 62% durante o ano.

Base relevante de clientes ativos com alto potencial de cross-sell e up-sell

Com uma base de cerca de 40 mil clientes ativos distribuída em 4 países da América Latina, a Companhia se beneficia da complementariedade do seu portfólio na atração e retenção de diversos tipos de clientes. Dentre os dois principais grupos endereçados pelas soluções, estão: (i) instituições de saúde, entre os quais hospitais, laboratórios, clínicas e organizações de saúde diversas e que buscam ganhos de eficiência na gestão de processos por meio da automatização, redução de custos de compra e melhorias de estoque; e (ii) fornecedores, entre os quais fabricantes e distribuidores em geral (de material médico, OPME⁵, medicamentos, alimentação, limpeza, dentre outros) que buscam potencializar as vendas e digitalizar o processo de relacionamento com seus clientes com a centralização da demanda em uma só plataforma.

Após o cliente adquirir sua primeira solução em nossa plataforma, a Companhia impulsiona as suas vendas para esse cliente por meio de iniciativas de *up-sell* e *cross-sell*. Sua inteligência comercial agrega relacionamento e dados para desenhar as réguas de engajamento e geração de *leads* (oportunidade de negócio gerada através do interesse do potencial cliente em algum serviço ou solução) na base. O uso de mais de um serviço digital por parte do cliente traz vantagens relacionadas à inteligência de dados cruzada entre serviços e beneficia a Companhia na medida em que maximiza os níveis de fidelização.

Do lado das instituições de saúde, em 31 de dezembro de 2023, 31,4% dos clientes utilizavam mais de um serviço ofertado pela Companhia na gestão da cadeia de suprimentos. Estes contam com uma oferta de serviços ampliada há mais tempo do que os fornecedores, dentre os quais, em 31 de dezembro de 2023, 5,4% contratavam mais de um serviço, um crescimento de 5p.p. comparado a 2022 impulsionado pela solução OPME. As oportunidades de

⁵ OPME é a sigla utilizada para referenciar as Órteses, Próteses e Materiais Especiais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

crescimento para as vendas horizontais são relevantes à medida que dispomos de pelo menos quatro diferentes serviços digitais para cada lado da cadeia. Este potencial está lastreado não somente na estratégia comercial da Companhia, mas também nas características dos serviços, que contam com a facilidade de integração em uma só plataforma.

Cabe ressaltar que o aumento da receita sobre a base de clientes não se manifesta somente por meio da venda de novos serviços. Dentro do mesmo serviço, há também os chamados “*in app sales*”, ou seja, funções novas da mesma solução que são disponibilizadas e justificam a adoção de um plano superior. Os contratos são em sua maioria reajustados à medida que as funcionalidades evoluem, além da correção de preços pela inflação anual. Fornecedores que utilizam a funcionalidade de integração a outros ERPs pagam taxa que é reavaliada anualmente de acordo com faixas de valor estabelecidas com base no volume transacionado na plataforma.

Esse potencial é corroborado pela penetração em diferentes geografias e perfis distintos de clientes. Isso resulta em previsibilidade de crescimento e protege a Companhia de oscilações em mercados específicos. Como exemplo, no ano de 2020 e 2021, apesar das dificuldades que os hospitais tiveram como resultado do combate à pandemia do COVID-19, fornecedores de alguns itens estratégicos tiveram crescimento significativo, de modo que nossos novos contratos com fornecedores tiveram crescimento de 80% em termos de valor.

Capacidade de crescimento via aquisições selecionadas

Como parte do processo de expansão, a Companhia possui histórico de aquisições bem-sucedido, o qual evidencia a capacidade de condução de processos de aquisições, mapeamento de potenciais ativos e a integração de companhias adquiridas, como pode ser evidenciado nas aquisições descritas abaixo:

- **Hospitalcenter:** plataforma de compras hospitalares pertencente ao Grupo M2 Tecnologia, adquirida em setembro de 2013;
- **Manager Saúde:** companhia de desenvolvimento de sistemas de integração, *workflow* de vendas e soluções de *Business Intelligence* (“**BI**”), adquirida em maio de 2018. Através da aquisição, a Companhia passou a oferecer soluções de integração e automação entre a sua plataforma e os diferentes sistemas de gestão de distribuidores e fabricantes de insumos hospitalares;
- **GTT Healthcare (GTMED):** empresa de soluções de rastreabilidade (*Internet of Things*, “**IoT**”) para itens de alto custo no setor de saúde, adquirida em julho de 2019. Através da aquisição, a Companhia deu origem às soluções BioTracker, que atuam na rastreabilidade de itens de alto valor; e
- **Avatar:** companhia especializada no desenvolvimento de soluções inovadoras e automáticas para gestão do ciclo de receita em hospitais, adquirida pela Companhia em dezembro de 2020. Através da aquisição, a Companhia aumentou o escopo de atuação das suas soluções, passando a atuar no ciclo de receitas hospitalares.
- **Clínica nas Nuvens:** empresa detentora de software de gestão para clínicas e policlínicas. A companhia oferece solução completa para gestão de clínicas, atendendo através dos seus módulos, as principais atividades dos seus clientes. O software foi construído através de uma estrutura baseada em nuvem e que através de APIs permite a conexão entre o sistema e diversas soluções externas. Dessa forma, o cliente possui flexibilidade para usar diferentes ferramentas, concentrando as informações em uma única plataforma.
- **Tech Knowledge Support Informática (“TKS”):** através do software *Beecare*, a TKS oferece diversas soluções de gestão do ciclo de receitas para hospitais, laboratórios e clínicas. Essas soluções são ofertadas em um modelo SaaS e permitem que os clientes se conectem com as operadoras de saúde, realizando desde a verificação de elegibilidade de pacientes até a reconciliação de pagamentos e recursos de glosas. Com essa aquisição, a Companhia pretende complementar as suas ofertas de soluções de gestão do ciclo de receitas, que já eram oferecidas para clientes através dos produtos da Avatar, companhia adquirida em 2020.
- **Síntese B2B:** plataforma de compra e venda de insumos hospitalares através de modelo SaaS. A companhia foi fundada em 2001 em Recife, PE e possui modelo de negócios similar ao da plataforma de compras Bionexo. A Síntese B2B possuía 470 clientes no momento da sua aquisição, em outubro de 2022.

A estratégia de aquisição da Companhia é baseada na identificação de empresas que ofereçam serviços em nuvem no mercado SaaS, de alta qualidade e com potencial de crescimento significativo, que possam ser alavancadas pelo canal comercial da Companhia e sua infraestrutura tecnológica. Dessa forma, a Companhia busca acelerar as suas taxas de crescimento por meio de novas iniciativas de *cross-sell*.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

As aquisições geralmente têm como alvo empresas que atendem a segmentos de clientes existentes, de modo que a força de vendas da Companhia consiga rapidamente incorporar os novos serviços aos processos existentes, impulsionado pela força da marca Bionexo perante os clientes. Adicionalmente, à medida que a solução adquirida é incorporada à nossa plataforma tecnológica, ela se beneficia de serviços computacionais comuns, como integrações nativas com ERPs do setor, captura de dados dos clientes, gestão de servidores, infraestrutura de dados e *analytics*, o que reforça a atratividade da própria solução e os retornos auferidos nas transações.

Como parte da estratégia de aquisição, atualmente, a Companhia possui mais de 260 empresas mapeadas em suas bases de dados que oferecem soluções ao setor de saúde. Essas empresas atuam nos mais diversos segmentos das cadeias de valor dos nossos clientes, como hotelaria hospitalar, *supply chain*, gestão de processos clínicos e de ciclo de receitas, dentre outros.

Administração experiente

A Companhia vem ao longo do tempo desenhando sua estrutura visando ao bom andamento do negócio, tanto no Brasil como nos demais países em que atua. A Companhia adota como parte da remuneração dos principais executivos um programa de incentivos de longo prazo, baseado em remuneração atrelada à valorização das suas ações (*phantom shares*) e sujeito a um período de *vesting* de 4 anos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía no Brasil 466 funcionários, sendo 145 focados em tecnologia e desenvolvimento de soluções, 105 em crescimento (novas vendas, retenção, rentabilização e marketing), 156 em estruturas de atendimento, implantação, suporte, infraestrutura e segurança, além de 60 nas frentes Corporativas e de Finanças.

ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO

Com o objetivo de sustentar o crescimento futuro, ampliar o escopo de atuação das soluções e oferecer aos clientes as melhores soluções em nuvem para a gestão de processos na área da saúde, a Companhia acredita na implementação das medidas estratégicas listadas a seguir.

Promover o crescimento de novos serviços (novos e atuais) na rede de clientes atual

Uma das principais estratégias da Companhia consiste no planejamento de medidas para capturar o aumento da penetração de seus serviços na base de clientes. Do lado das instituições de saúde, em 31 de dezembro de 2023, apenas 25,6% dos clientes possuíam mais de 1 serviço. Já do lado dos fornecedores, apenas 15,6% dos clientes ativos possuíam algum plano pago, ao passo que os demais ainda utilizavam o serviço de forma gratuita e com acesso limitado. Os principais aspectos para a implementação dessa estratégia são (i) capacidade de desenvolvimento de novos serviços e funcionalidades; (ii) relacionamento e proximidade com os clientes; (iii) o crescimento da rede de clientes e número de transações entre eles; e (iv) capacidade de monetizar os diferentes segmentos das cadeias, presentes nas soluções. Através desses aspectos, a Companhia acredita que será possível continuar a aumentar a sua capacidade de *cross-sell* e *up-sell*. Adicionalmente, a Companhia obteve expressivo crescimento no segmento de fornecedores ao longo dos últimos anos, passando de 797 clientes pagantes em 31 de dezembro de 2015 para 9.583 clientes pagantes em 31 de dezembro de 2023, o que mostra a capacidade de criar ofertas e monetizar os diferentes elos da cadeia de saúde.

Como resultado dos processos de *cross-sell* e *up-sell*, a Companhia acredita ser capaz de capturar uma fatia cada vez maior dos gastos com tecnologia de seus clientes (*share of wallet*).

Expandir a base de clientes por meio da captura de novos clientes nos diferentes mercados de atuação

Além da captação de clientes no Brasil, parte da estratégia de crescimento da Companhia também passa pela captura de novos clientes nos 4 países em que atua. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava presente em 4.116 instituições de saúde e possuía 5.473 clientes fornecedores pagantes. Como dois principais vetores para a captura de novos clientes, a Companhia possui: (i) os benefícios trazidos pelo “Efeito Rede” das soluções atuais, incluindo os ganhos de escala à medida que aumenta o seu ecossistema de clientes; e (ii) estrutura de vendas e *marketing* com processos segmentados e especialização de funções, composta atualmente por 130 profissionais que atuam de forma *online* e presencial.

Avaliar oportunidades de aquisições e parcerias estratégicas complementares no setor de atuação

A Companhia busca a expansão do seu escopo de atuação por meio de aquisições e parcerias estratégicas. Pela presença e conhecimento do setor, é possível identificar as oportunidades que adicionam valor para os seus clientes, seja pela ampliação do escopo de atuação, adição de capacidade técnica no desenvolvimento de novas tecnologias e funcionalidades ou potenciais verticalizações com os serviços já oferecidos. Os alvos almejados possuem,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

essencialmente, as seguintes características: (i) alta qualidade das soluções e serviços; (ii) modelos de receita baseados em recorrência ou com potencial para ser transformada em recorrente; (iii) tecnologia baseada em nuvem; e (iv) alto potencial de crescimento através da venda para a base de clientes Bionexo. Entre os segmentos mapeados nas atuais oportunidades, podemos citar os de gestão do ciclo de receitas hospitalares, suporte à gestão clínica, hotelaria hospitalar e *supply chain*. Acreditamos que os serviços das companhias adquiridas passam a se beneficiar da escalabilidade dos processos de venda da Companhia e da sua base de tecnologia, suportados pela força de sua marca perante hospitais e fornecedores.

As aquisições já realizadas endossam a estratégia de ampliação de portfólio, ainda voltado às instituições de saúde e fornecedores. Seja através de soluções financeiras ou monitoramento e entrega de estoques, a Companhia tem se engajado e continuará engajada fortemente na expansão da oferta de serviços aos seus atuais e futuros clientes, mantendo seu objetivo de fortalecer as conexões entre os agentes da cadeia de saúde, para aumento da transparência e eficiência, visando contribuir para um setor de saúde melhor.

PONTOS FRACOS, OBSTÁCULOS E AMEAÇAS

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada, especialmente aos cinco principais fatores de risco dispostos abaixo. Vide itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Segmentos operacionais: em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações

(a) Produtos e serviços comercializados

O negócio da Companhia consiste no fornecimento de soluções digitais para a gestão de processos no setor de saúde, através de serviços de licenciamento de software. Portanto, a Companhia opera em um único segmento para fins de tomada de decisão.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita operacional líquida do emissor

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023		
(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total
Receita operacional líquida	160,782	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023		
(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total
Resultado líquido	(26.051)	100%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Segmentos operacionais: em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

(a) Características do processo de produção

A Bionexo é uma empresa especializada no desenvolvimento de soluções digitais para a gestão de processos na área da saúde. Com uma estrutura de Software as a Service (SaaS), a empresa pode personalizar suas soluções para atender às necessidades específicas de cada cliente. Por ser uma solução baseada em nuvem (Cloud), a Bionexo tem a flexibilidade de evoluir e adaptar suas soluções de forma ágil e contínua, de acordo com as demandas do mercado.

Desde o planejamento até a aquisição, negociação, contratualização e controle de estoque, passando pelos fluxos documentacionais de preparação de cirurgias, as soluções da cadeia de suprimentos da área da saúde abrangem e superam as necessidades processuais fundamentais para a integridade de todo o ecossistema de funcionamento do mercado. Essa abordagem transforma a maneira como as instituições operam, trazendo mais eficiência, transparência e inteligência para seus processos. Além disso, o fornecimento de dados estruturados permite insights e análises inteligentes que promovem uma melhor tomada de decisões.

O portfólio de soluções modulares da Bionexo é altamente adaptável, ajudando as instituições a aprimorarem seus processos de acordo com suas necessidades e níveis de maturidade. A constante expansão e criação de novas soluções, funcionalidades e produtos refletem uma estratégia que agrega valor a todo o ecossistema, possibilitando uma evolução contínua na cadeia de valor da empresa.

Público-Alvo:

Os clientes da Bionexo englobam uma extensa variedade de instituições no setor da saúde, compreendendo desde clínicas e serviços de assistência domiciliar até hospitais e operadoras, entre outras entidades relevantes. Adicionalmente, a empresa também presta serviços aos fornecedores que desempenham um papel fundamental no suporte às operações dessas instituições, fornecendo uma ampla gama de produtos e serviços essenciais, que incluem desde materiais médicos e medicamentos até itens de escritório e alimentos, entre outras necessidades.

Estrutura e Processos:

A estrutura e os processos de criação, evolução, suporte e capitalização dos produtos da Bionexo visam a geração de eficiência sistêmica, garantindo a melhor experiência para o cliente em todo o fluxo.

Processo de Desenvolvimento de Produtos

O núcleo de gestão de portfólios no âmbito do produto desempenha um papel essencial na assecuração da fluidez dos processos e no funcionamento eficiente da estrutura organizacional. Este setor não apenas supervisiona meticulosamente o orçamento, mas também antecipa proativamente riscos e oportunidades, compartilhando essas análises por meio de indicadores criteriosos e rotinas de acompanhamento estruturadas. Diante de desafios na execução, intervém com agilidade e precisão, visando manter o curso adequado do desenvolvimento.

Por sua vez, a área de Experiência do Usuário (UX) é incumbida da nobre tarefa de garantir a excelência e a aderência das soluções aos usuários, adotando o paradigmático modelo de design centrado no usuário (User Centred Design). A harmonia e a coerência das interações entre plataformas se revestem de uma importância incontestável para a eficácia do modelo SaaS, simplificando a adaptação e reduzindo a curva de aprendizado de maneira dinâmica e ininterrupta, sustentando, assim, a escalabilidade inerente às soluções desenvolvidas.

Produto:

A área de Produto fundamenta-se nas demandas do mercado para estabelecer e renovar a estratégia de longo prazo dos produtos, assegurando que as entregas imediatas estejam alinhadas com essa visão estratégica.

Por sua vez, a área de Desenvolvimento de Software assume a responsabilidade integral pelo ciclo de vida dos sistemas, englobando desde o desenvolvimento inicial até a concepção, análise, implementação e sustentação contínua. Além disso, zela pela qualidade em todas as etapas do processo, garantindo que as entregas atendam aos mais altos padrões de excelência.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Tecnologia:

O núcleo de Arquitetura é responsável por monitorar e aprimorar a tecnologia, os atuais produtos e soluções da Bionexo. Além de tecnologia própria, a empresa conta com terceiros para fins de infraestrutura do software e garantia de disponibilidade das soluções, com o uso de aplicações dos sistemas operacionais em nuvem nos servidores da Oracle Cloud Infrastructure OCI e Amazon AWS, administrada pelo time de arquitetura de dados.

A área de Analytics é responsável pela centralização, organização, transformação e tradução dos dados disponibilizados através do Data Lake, gerando leituras, estatísticas e insights estruturados, complementando informações com base em algoritmos e inteligência artificial, ao mesmo tempo que identifica incorreções dentro da base.

A área de Cloud Services é responsável por fornecer, monitorar e administrar a estrutura em nuvem nos sistemas operacionais da OCI e Amazon AWS, utilizados pelas aplicações e dados da Bionexo. Também otimiza os recursos, adequando o investimento ao contexto de cada operação. Fornece a infraestrutura tecnológica para conectividade, armazenamento e segurança da informação, com uso.

Processos:

Macro Rotinas de Produto:

Comitê de Produto - Reúne-se quinzenalmente para revisão do *roadmap* de curto prazo e avaliação de novas demandas que surgiram nesse intervalo. O comitê contempla colaboradores das áreas de negócio, tecnologia, engenharia e produto e tem como objetivo alinhar e criar consenso sobre os próximos passos do produto.

Contextualização de Produto - Trimestralmente revisita-se a estratégia de médio prazo do produto observando-se o contexto atual para discussão e alinhamento de uma nova realidade e assim necessidade de revisão no *roadmap* ou para reafirmar o caminho anteriormente proposto.

Fluxo de Desenvolvimento (SCRUM):

Visão - O desenvolvimento em Scrum começa com a definição de uma visão clara do projeto e uma descrição inicial do produto desejado. Esta visão inicial pode ser ampla e talvez focada mais no mercado do que nos detalhes técnicos do sistema, porém, ela será refinada e esclarecida à medida que o projeto avança. Este processo de refinamento contínuo ajuda a garantir que o produto final atenda às necessidades do cliente e do mercado-alvo.

Roadmap - A área de produtos é responsável por articular a visão de forma a maximizar os resultados da solução. Para isso, o Product Manager utiliza o roadmap, uma lista de requisitos funcionais e não funcionais que, quando implementados, traduzirão essa visão em produto tangível. O roadmap é priorizado de acordo com o potencial de geração de valor de cada item, garantindo que os mais importantes sejam abordados primeiro. Mudanças no Product Backlog refletem alterações nos requisitos de negócio e na capacidade do Time de transformar esses requisitos em funcionalidades.

Discovery e Design da Solução - Após a definição do escopo de uma entrega, o time de Experiência do Usuário (UX) assume a responsabilidade de garantir que a execução e o design atendam às necessidades dos usuários. Utilizando metodologias como Design Thinking, hipóteses de levantamento e testes de usabilidade, é possível compreender, testar e validar o produto antes do lançamento. Isso assegura que os casos de uso reais sejam compreendidos, resultando em qualidade de desenvolvimento e assertividade das entregas em um processo de evolução contínua.

Sprints - Todo o trabalho de transformação de itens do Backlog em funcionalidades ocorre dentro de Sprints. Sprints são intervalos de tempo, geralmente de duas semanas, nos quais o time se compromete a desenvolver uma quantidade específica de requisitos, gerando incrementos de funcionalidades. Cada Sprint é iniciado com uma reunião de planejamento, conhecida como Sprint Planning Meeting, e concluído com as reuniões de revisão e retrospectiva, ou Sprint Review Meeting e Sprint Retrospective Meeting. Durante o Sprint, o time realiza reuniões diárias de acompanhamento, chamadas Scrum Daily Meetings.

(b) Características do processo de distribuição

Canais de Distribuição

A estratégia de comercialização da Bionexo está fundamentada em um modelo que abrange 3 dimensões: vendas novas, cruzadas (cross-sell & up-sell) e combinadas (bundles e combos).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O processo de geração de demanda está estruturado para gerar, qualificar e distribuir leads (oportunidades de negócio gerada através do interesse de potencial cliente em algum produto, serviço ou solução) observando estas 3 dimensões. Não obstante, a estratégia de ida ao mercado está segmentada em 2 grupos de clientes ou potenciais clientes: (i) grandes contas; e (ii) pequenas e médias contas (“PME”).

A responsabilidade por estes processos é da área de Planejamento & Gestão de Vendas, incluindo as funções de Administração de Vendas, Inteligência de Negócios, Ofertas/Precificação, Sales Development Representative (“SDR”) e Engajamento. Estas funções dão suporte ao conceito de “monetização”, ou seja, geração de valor com crescimento orgânico, baseado em novos clientes e novos produtos para os clientes existentes. Esse processo é complementado pela expansão do portfólio, gerado pelo desenvolvimento de novos produtos e pela aquisição de produtos/empresas (crescimento inorgânico) que tragam sinergia técnica, comercial e operacional.

Para vendas novas, bases de dados internas e externas são usadas para identificar e enriquecer as oportunidades com notas de potencial de consumo e dados de contatos. Em casos de vendas para o segmento PME, cuja maior eficiência e eficácia é feita por ações com baixo nível de interação, estas oportunidades são inicialmente trabalhadas pela área de SDR, de forma a otimizar a conversão da oportunidade depois que esta é validada e encaminhada para os executivos de venda deste segmento. Para grandes contas, as oportunidades são encaminhadas diretamente aos Executivos de Vendas, profissionais com ampla experiência no segmento e no trato com compradores e vendedores de grande porte, com estruturas organizacionais e operações mais complexas. Trabalhando em conjunto, ainda que estruturada de forma independente, há o time de Customer Success, com executivos de relacionamento com igual nível de expertise dos executivos de vendas, mas cujo foco está em garantir a melhor experiência e resultado dos clientes, em todas as fases da sua jornada de negócios na Bionexo, abrangendo implantação, ativação, treinamento, engajamento, renovação e retenção.

Para vendas cruzadas e combinadas, todo o fluxo é também operado pela área de Planejamento & Gestão de Vendas, sendo na sequência encaminhado diretamente para os executivos de vendas, tanto para PME, quanto para grandes contas, com uma oferta (público, produto, preço, condições) já delineada para cada cliente. Retroalimentando os processos descritos acima, são realizados fóruns permanentes com os times de vendas, para validar e normalizar a eficiência das notas.

Concomitantemente, em diversos pontos e momentos, estes processos são comunicados, promovidos e sustentados por ações de marketing. A área de Marketing, que planeja e executa estas ações, está estruturada de forma a atender ambos os segmentos, com abordagens institucionais (corporate branding), de produtos (product marketing) e diretas (demand generation).

As abordagens institucionais e de produtos também são realizadas por ações corporativas externas, tais como assessoria de imprensa, eventos, patrocínios e estudos de mercado.

Toda esta estratégia e estrutura, é replicada em nossas operações internacionais (Argentina, Colômbia e México).

CRM e Geração de Demanda

As áreas de CRM e Geração de Demanda desempenham papéis complementares no ciclo de vida do cliente e no processo de vendas da Bionexo. A vertical de CRM gerencia todas as interações e relacionamentos com os clientes atuais e potenciais, dividida entre Rentabilização e Fidelização, utilizando software e tecnologia para coletar, organizar e analisar dados sobre os clientes, visando entender melhor seus perfis e fornecer um serviço mais eficiente. Equipes de vendas, atendimento ao cliente e marketing utilizam essas informações para acompanhar interações, monitorar vendas e resolver problemas rapidamente. Já a vertical de Geração de Demanda atrai, nutre e alimenta o funil de vendas com leads qualificados, utilizando diversas estratégias de marketing para identificar e atrair potenciais clientes, nutrindo-os com conteúdo relevante até que sejam transferidos para equipes comerciais para abordagem e fechamento de vendas.

Área de CRM

A área de CRM (Customer Relationship Management) da Bionexo é encarregada de gerenciar e aprimorar as interações com os clientes, utilizando dados para impulsionar vendas e o crescimento da Companhia. Isso inclui o acompanhamento do ciclo de vida do cliente, coleta e análise de dados, desenvolvimento de estratégias, implementação de tecnologias CRM e monitoramento de desempenho. A vertical de CRM se divide em duas sub-verticais: Rentabilização, que visa identificar oportunidades de negócio e melhorias para os clientes, e Fidelização, que busca fortalecer os laços entre a Companhia e seus clientes, utilizando métricas como o Customer Health Score (CHS) para avaliar a satisfação e identificar possíveis riscos. Mensalmente, são desenvolvidas ações para intensificar o relacionamento com os clientes e garantir sua satisfação, contribuindo para o sucesso do negócio.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Área de Geração de Demanda

A área de Geração de Demanda da Bionexo é responsável por criar e nutrir oportunidades de negócios para a área comercial, utilizando estratégias de marketing para atrair e qualificar leads. Suas funções incluem a identificação de potenciais clientes, geração e tratamento de leads, nutrição de leads através de conteúdo relevante e personalizado, e entrega de leads qualificados para a equipe comercial. Estabelece objetivos e métricas para avaliar o desempenho das campanhas, documentando aprendizados para guiar futuras ações. Essa área desempenha um papel essencial no preenchimento do funil de vendas, garantindo um fluxo contínuo de leads para impulsionar o crescimento do negócio.

Comunicação

Além dos canais de distribuição mencionados acima, a Bionexo conta com uma área de Comunicação responsável pela interação nos canais de comunicação (incluindo canais digitais) para divulgar informações sobre seu portfólio e abordar temas relevantes do mercado de saúde. As estratégias de conteúdo são implementadas em diversos canais, digitais e offline que tem capacidade de alcançar mais de 60 mil pessoas (incluindo clientes, atuais, novos clientes e fornecedores). Os principais canais de comunicação são:

- (i) **Redes sociais:** A Bionexo alcança mais de 60 mil pessoas por meio de seu blog, LinkedIn, Instagram e Facebook;
- (ii) **Youtube:** A Bionexo possui um canal do Youtube com foco em atualizações de produtos e conteúdos institucionais; e
- (iii) **Site:** Também são geradas oportunidades de negócios por meio do site oficial da Bionexo, onde são disponibilizadas informações detalhadas sobre os produtos oferecidos.

(c) características dos mercados de atuação, em especial:

- (i) participação em cada um dos mercados

Mercado Global de Tecnologia

O segmento de Tecnologia pode ser considerado um ramo relativamente jovem, tendo um desenvolvimento mais acentuado a partir dos anos 1990 com a popularização da internet. Com o aumento de penetração e crescente competitividade, a última década foi um período de crescimento acelerado para o setor. Apesar das diferentes frentes de atuação, os sub-segmentos de Tecnologia, incluindo Software e Hardware, buscam em conjunto proporcionar a inserção de usuários em um mundo cada vez mais digital.

O mercado global de Tecnologia, excluindo volumes de exportação, teve um aporte, em 2023, de aproximadamente US\$ 3,2 trilhões, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Software (“ABES”).

Analisando a participação de cada país no mercado de Tecnologia global, em 2023, observa-se os Estados Unidos com uma posição consolidada, com um mercado de cerca de US\$ 1,28 trilhões, seguido por China (US\$ 361 bilhões) e Japão (US\$ 147 bilhões). O Brasil ocupa a 10ª posição no ranking, com um tamanho de mercado de aproximadamente US\$ 50 bilhões.

O estudo da ABES mostra também uma segmentação do mercado global de Tecnologia de aproximadamente 30,2% para Software, 21,9% para Serviços e 47,9% para Hardware. Acredita-se que a participação desses segmentos se relaciona com o nível de desenvolvimento e penetração de ferramental tecnológico, com predominância do segmento de hardware em países menos desenvolvidos.

Dentre o mercado de Tecnologia, o sub-setor de Software tem apresentado bons resultados. Com crescimento anual aproximado de 13,4% entre os anos de 2022 e 2023, o mercado global de Software alcançou neste último ano cerca de US\$ 659 bilhões segundo ABES. No Brasil, o crescimento esperado para 2024 é de 6%.

(d) Características dos mercados de atuação, em especial:

- i. Participação em cada um dos mercados
- ii. condições de competição nos mercados

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Mercado Global de Tecnologia

Perspectiva e Adoção de Plataformas Cloud-based

O mercado de nuvem pública cresceu como uma bola de neve nos últimos anos, à medida que bilhões de pessoas em todo o mundo começaram a usar o armazenamento em nuvem para gerenciar e armazenar dados privados. Só no ano passado, as plataformas de nuvem pública faturaram US\$ 595 bilhões, ou 175% a mais do que apenas cinco anos antes. Espera-se que este número cresça mais 16% e atinja mais de 690 mil milhões de dólares em 2024. A dinâmica do mercado continuará nos anos seguintes, ajudando a indústria da nuvem pública a atingir um novo marco impressionante. De acordo com dados apresentados pela Stocklytics.com, espera-se que a nuvem pública se torne uma indústria de trilhões de dólares até 2028.

De acordo com uma pesquisa Statista, espera-se que as receitas globais da nuvem pública cresçam 16% ano após ano e atinjam US\$ 690,3 bilhões em 2024. Espera-se que os anos seguintes registrem taxas de crescimento semelhantes, resultando em um volume de mercado de US\$ 1,06 trilhão até 2026, e mostrando um aumento massivo de 56% em quatro anos.

Na comparação global, a maior parte da receita será gerada nos Estados Unidos, o maior mercado mundial de nuvem pública. Statista espera que as receitas da nuvem pública nos EUA aumentem 44% e atinjam mais de US\$ 476 bilhões até 2028, acima dos US\$ 330,5 bilhões deste ano.

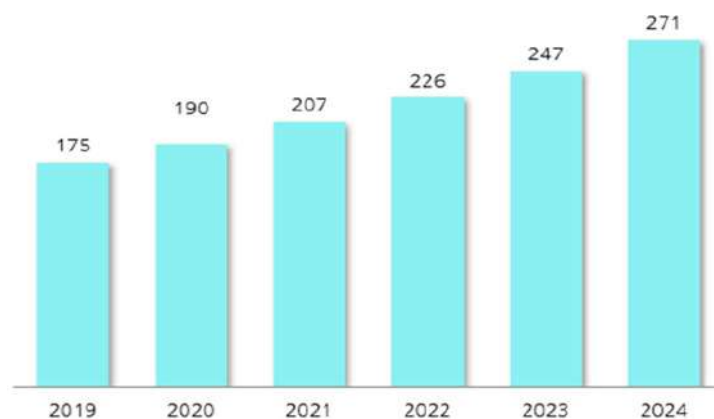
No entanto, sendo o segundo maior a nível mundial, o mercado chinês verá um crescimento ainda maior neste período. Espera-se que as receitas da nuvem pública chinesa dupliquem e atinjam 137,1 mil milhões de dólares até 2028. A Alemanha e o Reino Unido seguem-nos com taxas de crescimento de 120% e 41% e receitas de 37,5 mil milhões de dólares e 37,8 mil milhões de dólares até 2028, respetivamente.

Tecnologia no Mercado Global de Saúde

Em linha com tendências observadas em empresas de outros setores, a transformação digital e o advento de novas tecnologias têm refletido em diversas mudanças operacionais e estratégicas no setor de saúde privado.

O mercado global de Tecnologia no setor de saúde foi avaliado em US\$ 175 bilhões em 2019 e estima-se um crescimento de aproximadamente US\$ 96 bilhões até 2024, alcançando aproximadamente US\$ 271 bilhões de acordo com o estudo da Technavio.

Tamanho do Mercado Global de Tecnologia em Saúde (US\$b)



Fonte: Technavio

Mercado de Tecnologia na América Latina

Segundo o IDC, a América Latina terá crescimento de 11% no mercado de TI para o ano de 2024. E o Brasil deve figurar entre os países da região com a maior taxa de crescimento anual da região, com 12% sendo esperados para o próximo ano nesse setor. A porcentagem é superior à de países vizinhos como Colômbia (10%) - superando até mesmo aos Estados Unidos (9%).

Ao todo, a América Latina terá crescimento de 11% no mercado de TI, o que corresponde a um setor de US\$ 81,2 bilhões. Já para 2025, o salto deve ser de 13% (para US\$ 91,8 bilhões).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segundo a IDC, o crescimento empresarial de TI no Brasil foi de 15% em 2023. A taxa é superior aos 13% observados no Chile, mas atrás dos 22% no México. A pesquisa da consultoria também revelou que organizações latino-americanas investem em tecnologia para serem mais produtivas, inovadoras e competitivas - de modo que lacunas de segurança e execução são os principais desafios das estratégias digitais.

No Brasil, o estudo da ABES de 2023 mostra uma distribuição de 23,9% para Hardware, 30,2% para Software e 21,9% para serviços, indicando um espaço de aumento na penetração de soluções em Software e Serviços no mercado brasileiro.

Além disso, o Brasil vive um processo de envelhecimento da população. Com avanço populacional de 6,5% se comparado ao Censo de 2010, o Brasil teve o menor índice de crescimento anual da série histórica — iniciada em 1872 com o primeiro levantamento. O Sudeste ainda é a região mais populosa do país, com 84,8 milhões de habitantes (41,8% do total do país). O Nordeste vem em seguida, com 54,6 milhões (26,9%). Mas as taxas de crescimento anual foram as mais baixas, de 0,24% (Nordeste) e 0,45% (Sudeste).

De acordo com o IBGE, a expectativa de vida superou os 75,5 anos em 2022, data do último censo oficial realizado. 10,2% da população tinha mais de 65 anos, ou aproximadamente 22 milhões de pessoas, e estima-se que em 2040 esse grupo se aproxime dos 41 milhões de pessoas. Segundo o National Health

Service da Inglaterra (“NHS”), a maior frequência de atendimentos hospitalares é justamente do grupo de pessoas acima de 59 anos, totalizando quase 50% do total, o que colabora para a expectativa de gastos com a saúde conforme a população brasileira se concentra nas faixas próximas a esse patamar.

Junto ao crescimento da população e envelhecimento das gerações, o Brasil ainda possui uma baixa densidade de leitos hospitalares quando comparado com os demais países. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (“OMS”), o ideal são de 3 a 5 leitos por mil habitantes, enquanto o Brasil registra apenas 2. O déficit nos leitos privados é estimado em aproximadamente 15 mil unidades e a contínua necessidade por mais leitos indica uma oportunidade de crescimento para o mercado brasileiro de saúde privado nos próximos anos.

Em análise, a Deloitte destaca outros desafios que foram enfrentados por companhias do setor privado de saúde em 2020. O relatório aponta uma busca dos sistemas de saúde para alcançar não só a estabilidade financeira, por meio da redução de custos, como investimentos no tratamento efetivo e de alta qualidade.

Em busca da redução de custos e controle de qualidade, certas operadoras de saúde privada optam pela verticalização, passando a atuar nas suas próprias operações, eliminando terceiros, por meio de aquisições e investimento em pesquisa e desenvolvimento, enquanto outras optam pela terceirização.

As tendências de aumento do gasto em saúde, principalmente em saúde privada que já somam hoje R\$ 371 bilhões, aliado ao avanço na adoção de tecnologias de informação por parte dos hospitais, que cresce à taxas duas vezes superiores à média nacional, associado a tendência global de crescimento de adoção de soluções em nuvem evidenciado pelo aumento de 29.9% vs 11,4%, para nuvem versus on premise, indicam que o mercado hoje estimado em R\$ 25 bilhões para o investimento em Tecnologia pelo setor privado em saúde simbolize ser somente o começo de um processo de digitalização mais amplo do setor.



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(e) Eventual sazonalidade

Não aplicável, em razão do modelo de negócios da Companhia.

(f) Principais insumos e matérias primas, informando:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade que a Companhia desenvolve está concentrada em equipe própria de profissionais e resulta da prestação de serviços intelectuais por meio do licenciamento de *software*. As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

O setor de atuação da Companhia é marcado pela concentração de poucos fornecedores com grande experiência e renome. Apesar da Companhia operar com tecnologia própria, devido às especificações técnicas da plataforma utilizada em sua operação, a Companhia conta com tecnologia de terceiros para fins de infraestrutura do *software*, com uso de suas aplicações nos sistemas operacionais em nuvem de terceiros. Atualmente, a Oracle OCI é o maior fornecedor da Companhia para os sistemas operacionais em nuvem. A partir de 2023, a infraestrutura da Companhia permite que outros fornecedores sejam contratados a qualquer momento, se necessário.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Não há significativa sazonalidade no negócio.

1.5 Principais clientes

1.5. Clientes relevantes: identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Não se aplica à Companhia. Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita operacional líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita operacional líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Regulação estatal: descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Proteção de Dados

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, especificamente, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais setoriais, quais sejam:

- A Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011), alterada em 2019, que estabeleceu, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente *online*, mas não definiu o conceito de dados pessoais; e
- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas. A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

É importante esclarecer que a LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção das suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) que somente puderam ser aplicadas a partir de 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sancionada em meio à pandemia do COVID-19, numa tentativa de mitigar os efeitos negativos do distanciamento social causado por tal pandemia nas organizações.

Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, tinha como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações de privacidade e proteção de dados, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente *online*, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Além disso, a LGPD estabelece (i) diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); (ii) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; (iii) prevê sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições; e (iv) autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados pessoais no Brasil.

É relevante esclarecer que a ANPD somente iniciou as suas atividades de fato recentemente. Com isso, alguns órgãos de defesa do consumidor já têm atuado, especialmente em casos de incidente de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, mas aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet.

Ademais, desde a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso a Companhia está não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita, dentre outras sanções, à (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) publicitação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (c) obrigação de divulgação de incidente; (d) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (e) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração;

(a) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;

(b) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (h) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; e (i) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

Ressaltamos que a Companhia adotou diversas medidas para a proteção de dados adequada e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente. Apesar disso, por se tratar de um programa vivo, a Companhia permanece trabalhando na sua adequação total, tendo nomeado um encarregado de proteção de dados terceirizado, especializado no tema de Proteção e Segurança de Dados.

Licenças a Autorizações

A operação normal das unidades da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e alvará do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão.

Em relação a todos os locais ocupados pela Companhia para o exercício de suas atividades, devem ser obtidas e renovadas periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Com relação a licenças ambientais, as atividades desenvolvidas pela Companhia não estão sujeitas ao licenciamento ambiental, pois não são consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou causadoras de degradação ao meio ambiente, tratando-se de meros escritórios, com atividades administrativas.

(b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

As atividades da Companhia não provocam impactos negativos significativos ao meio ambiente, motivo pelo qual a Companhia não possui política ambiental implementada e não incorre em custos para o cumprimento da regulação

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

ambiental. Apesar disso, realizou a compensação de sua “pegada de carbono”, por meio da aquisição de créditos, nos últimos quatro anos. Até a data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei da Propriedade Industrial”) dispõe que a titularidade de uma marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil.

Após a aprovação do registro, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo no Brasil, por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

É relevante mencionar que, durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e/ou (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Na data deste Formulário de Referência, somos titulares, em nome próprio, de marcas registradas e pedidos de registro de marca junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades, tais como “Bionexo”, “PLANnexo” e “OPMEnexo”. Também somos titulares de registros de marcas no exterior.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Os principais nomes de domínios de internet quais são utilizados como canais de informação ao público são:

<bionexo.com>, <bionexo.com.ar>, <bionexo.com.br>, <bionexo.com.co>, <bionexo.com.es>, <bionexo.com.mx>, <bionexo.es>, <bionexoex.com.br>, <institutobionexo.com.br>, <opmenexo.com.br>, <publinexo.com.br>.

Softwares Próprios

Um programa de computador, ou *software*, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. Um *software* pode ser definido, ainda, como “expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados”, nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.609/98 (“Lei de Software”).

No Brasil, os *softwares* são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75 e a Lei nº 9.610/98 (“Lei de Direitos Autorais”) em conjunto com a Lei de *Software*, de modo que a proteção dos direitos sobre determinado *software* independe de registro.

No entanto, o registro de *software* concedido pelo INPI é a forma mais segura de garantir a propriedade de *software* e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Após a concessão do registro do *software* pelo INPI, o registro de *software* possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui o registro de 7 *softwares* próprios junto o INPI.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) Em favor de partidos políticos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

(iii) Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras visando a tal finalidade.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Países de atuação: em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, 91,1% da receita operacional líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no Brasil.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, 8,9% da receita operacional líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior.

Região/País	Receita operacional líquida em 31/12/2023 (em milhares de Reais)	Porcentagem na Receita operacional líquida
Brasil	146.641	91,1%
Exterior	14.321	8,9%
Colômbia	7.038	4,3%
México	1.852	1,1%
Argentina	5.431	3,4%
Total	160.782	100,0%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Países estrangeiros: em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Embora nenhuma das receitas operacionais líquidas provenientes de outros países seja individualmente relevante, conforme informado no item 1.7, a Companhia apresenta abaixo a regulação da Argentina e Colômbia, os dois países mais representativos em termos de receita operacional líquida proveniente do exterior:

Regulamentação Colombiana:

A Bionexo Colombia S.A.S. é uma sociedade anônima simplificada (sociedad por acciones simplificada) organizada pelas leis da República da Colômbia e está devidamente incorporada e validamente existente. Está registrada sob o número de identificação fiscal 900.266.612-4 e o endereço de sua sede social é Carrera 47A No. 96 - 41 Escritório 601, Bogotá, Colômbia.

O regime de insolvência da Colômbia sob a Lei 1.116 de 2006, ou Lei 1.116, inclui regras tanto para os processos de reorganização como de liquidação para comerciantes e empresas colombianas não excluídas da Lei 1.116 que enfrentam dificuldades financeiras, estão em estado de crise financeira temporária ou são insolventes. O objetivo de um processo de reorganização é preservar uma empresa através de um acordo de reorganização com seus credores. Se a reorganização falhar, será iniciado um processo de liquidação judicial para desvincular a empresa e pagar ordenadamente as dívidas de acordo com a ordem legal de pagamento.

As principais consequências de se iniciar um processo de reorganização são: (i) o devedor é incapaz de executar qualquer alteração em seus documentos societários, pagar ou liquidar qualquer dívida sujeita ao processo de reorganização, fornecer qualquer garantia e, em geral, empreender qualquer ação que não esteja no curso normal da empresa, a menos que um Tribunal de Insolvência autorize expressamente tal ação; (ii) o estatuto de limitações é pausado para todo crédito; (iii) a suspensão automática executiva do processo de cobrança, e aqueles já arquivados no Tribunal de Insolvência; (iv) os serviços públicos não podem ser suspensos; (v) os contratos não podem ser rescindidos unilateralmente devido ao início do processo de reorganização; e (vi) os contratos de execução continuada podem ser renegociados ou rescindidos pelo devedor com a autorização do Tribunal de Insolvência.

Traduzido com a versão gratuita do tradutor - www.DeepL.com/TranslatorAs principais consequências do início do processo de liquidação são: (i) dissolução da empresa; (ii) remoção dos diretores e administradores da empresa e nomeação de um liquidante pelo Tribunal de Insolvência; (iii) todos os acordos são rescindidos, exceto aqueles necessários para manter o patrimônio da empresa; (iv) o estatuto de limitações é pausado para todo crédito; (v) todas as dívidas tornam-se exigíveis; (vi) o pagamento das obrigações será realizado de acordo com as regras de ordem de pagamento prioritárias colombianas, utilizando os bens da massa de liquidação.

A lei colombiana estabelece uma ordem de pagamento legal, que estabelece como os credores da mesma classe devem ser pagos. Os credores devem ser pagos na seguinte ordem: (i) obrigações relacionadas ao emprego e obrigações fiscais especiais; (ii) penhoristas; (iii) hipotecários; (iv) fornecedores estratégicos; e (v) outros credores. Responsabilidade da Empresa-Mãe, Acionistas, Diretores e Empregados em um Processo de Insolvência

De acordo com o artigo 61 da Lei 1116 sobre insolvência de uma subsidiária, pode haver responsabilidade conjunta da empresa mãe e da subsidiária pelas obrigações da subsidiária. Esta responsabilidade conjunta é presumida sempre que a causa da insolvência for baseada em ações tomadas pela empresa controladora em virtude de seu controle sobre a subsidiária. Para fins de rebater esta presunção, a matriz ou o acionista controlador de uma empresa insolvente será obrigado a provar que a insolvência não é devida a ações ou omissões da matriz ou do acionista controlador, que deliberadamente desencadearam a desestabilização econômica da subsidiária em benefício da matriz. Também, de acordo com o Artigo 82 da Lei 1.116, se o patrimônio líquido do devedor for reduzido como resultado de conduta deliberada ou negligente atribuível aos acionistas, diretores, auditores ou funcionários, eles serão responsáveis pelo pagamento das dívidas pendentes do devedor.

Regulamentação Argentina:

Bionexo.Com S.A.U. é uma corporação de propriedade exclusiva (sociedad anónima unipessoal) constituída sob as leis da República da Argentina e está devidamente constituída, validamente existente e em pleno gozo de seus direitos perante o Registro Público de Comércio da Cidade de Buenos Aires (Inspección General de Justicia). Está registrada sob o Número de Identificação Fiscal (Código Único de Identificação Tributária) 30-70723907-3 e seu escritório registrado está localizado em Miñones 2177, 1º andar, apto. "A", Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Insolvência:

A Lei de Insolvência da Argentina ("AIL") estabelece três tipos diferentes de processos de insolvência:

- Acordos extrajudiciais de reestruturação (acuerdo preventivo extrajudicial): é um acordo privado de reestruturação celebrado pelo devedor e seus credores quirografários. Se o acordo for aprovado pelas maiorias exigidas dos credores e confirmado pelo Tribunal, torna-se então vinculativo para todos os credores quirografários.
- Processo de recuperação judicial (concurso preventivo): é uma recuperação supervisionada pelo Judiciário que só pode ser apresentada pelo devedor. O devedor deve apresentar uma proposta de classificação do credor para aprovação do tribunal, após o que ele tem um período de exclusividade dentro do qual deve apresentar um plano de recuperação para cada categoria e obter as maiorias necessárias do consentimento dos credores ao plano. Se o plano de reorganização for então confirmado pelo tribunal, ele é vinculativo para todos os credores.
- Processo de liquidação (quiebra): é uma liquidação realizada sob o controle e supervisão do tribunal. Ao contrário do concurso preventivo, o processo de liquidação pode ser iniciado pelo devedor ou pelos credores. É nomeado um liquidante para liquidar o patrimônio do devedor e distribuir o produto entre seus credores na proporção de seus respectivos créditos ou créditos e de acordo com as preferências estabelecidas na AIL.

Perseguindo a AIL, uma empresa pode apresentar voluntariamente um processo de recuperação (concurso preventivo) ou pode ser declarada em liquidação (quiebra) somente quando estiver em "cessação de pagamento", o que é entendido como sendo a empresa incapaz de cumprir, regularmente, o pagamento de suas dívidas na medida em que elas se tornem exigíveis com seus ativos disponíveis (Artigos 1 e 78 da AIL).

Excepcionalmente, a AIL afirma que as empresas que pertencem a um grupo empresarial podem buscar um processo de reorganização conjunta (concurso preventivo) sem ter que demonstrar a existência de "cessação de pagamentos" com respeito a todos os membros do grupo. Entretanto, esta petição só pode ser apresentada pelo devedor e os efeitos do plano de reorganização da empresa não se estendem às outras pessoas jurídicas, a menos que expressamente acordado.

Portanto, se uma empresa não estiver em "cessação de pagamentos", ela não poderá apresentar um processo de reorganização (concurso preventivo) nem ser declarada em liquidação (quiebra), independentemente de a matriz estar insolvente ou sujeita a um processo de liquidação em outro lugar.

Este princípio é expressamente estabelecido no artigo 172 da AIL: a liquidação (quiebra) de um membro de um grupo econômico não se estende aos outros membros. A extensão da liquidação (quiebra) a uma empresa não-insolvente só pode ocorrer se:

- Uma empresa ou uma pessoa utilizar a empresa insolvente como veículo para alcançar seus próprios interesses (Artigo 161(1) da AIL);
- Um acionista controlador direto ou indireto de uma empresa insolvente tiver usado seu poder para desviar-se indevidamente do objeto social da empresa insolvente para buscar seu próprio benefício ou o benefício do grupo econômico (Artigo 161(2) da AIL);
- Os ativos e as dívidas das empresas insolventes e não insolventes estão interligados (Artigo 161(3) da AIL);
- A AIL considera a extensão do processo de insolvência uma penalidade, e tal extensão só é aplicável quando for claramente provado que é possível estender a liquidação (quiebra) a uma entidade não-insolvente.

Controles cambiais:

A Argentina passou por vários períodos nos quais foram estabelecidos controles cambiais e cada período foi diferente da perspectiva de limitações estabelecidas pelo Banco Central Argentino ("BCRA" de acordo com sua sigla em espanhol) ao mercado de câmbio argentino ("Mercado FX") e da capacidade dos residentes argentinos de acessar esse mercado FX.

Entretanto, devido à crise cambial ocorrida na Argentina após as eleições realizadas em agosto de 2019, em 1º de setembro de 2019 e com vigência inicial até 31 de dezembro de 2019, o BCRA restabeleceu restrições rígidas e controles cambiais, que foram prorrogados sem limitação de tempo através do Decreto nº 91/2019 emitido em 28 de dezembro de 2019 pelo Poder Executivo Argentino, e da Comunicação "A" 6862 emitida pelo BCRA em 15 de janeiro de 2020.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

De acordo com essas medidas, conforme alteradas e complementadas de tempos em tempos, e outras medidas adicionais adotadas pelo BCRA, as principais regulamentações cambiais que estão em vigor na data deste relatório são as seguintes:

É necessária a autorização prévia do BCRA para acessar o Mercado de câmbio para a compra de moeda estrangeira:

- Para fins de investimento de carteira por mais de US\$ 200 por mês civil, por indivíduos residentes na Argentina;
- Para fins de investimento de carteira por pessoas jurídicas, governos locais, fundos e trusts;
- Por residentes não argentinos, exceto para certas isenções;
- Para pagamento de dividendos, exceto que não é necessária tal autorização prévia, desde que as seguintes condições sejam atendidas: (i) os lucros e/ou dividendos pagos correspondem a demonstrações financeiras finalizadas e auditadas; (ii) o valor total dos lucros e/ou dividendos pagos aos acionistas estrangeiros, incluindo o pagamento que está sendo feito, não excede o valor correspondente em moeda local alocado pela assembléia de acionistas (que deve ser sustentado por uma declaração juramentada executada por um advogado de fato da empresa argentina residente); (iii) o valor total dos lucros e/ou dividendos transferidos através do Mercado FX a partir de 17 de janeiro de 2020, incluindo o pagamento que está sendo feito, não exceda 30% do valor das novas contribuições de investimento estrangeiro direto em empresas residentes (i. e. contribuições de capital) transferidas para a Argentina e vendidas para Pesos Argentinos através do Mercado de Câmbio a partir dessa data (que devem ser suportadas por uma certificação emitida pelo banco que interveio na transferência para a Argentina e venda por pesos da contribuição original); (iv) o acesso ao Mercado de Câmbio para pagamento de lucros e/ou dividendos é feito não antes de 30 dias corridos após a transferência para a Argentina e a venda para Pesos Argentinos da última contribuição sendo contada para o limite de 30% mencionado acima; (v) os residentes argentinos devem comprovar a capitalização das contribuições correspondentes (i. e. o registro da capitalização antes do registro público de comércio aplicável). Caso não haja evidência de tal registro, deverá ser fornecida prova do depósito para obter o registro do mesmo. A evidência do registro deverá ser apresentada no máximo 365 dias corridos após a data do depósito; e (vi) o residente argentino deverá ter informado a responsabilidade perante o BCRA em seu último depósito da “Pesquisa sobre ativos e passivos estrangeiros” conforme a Comunicação “A” 6401, conforme emendada e reapresentada. Na ausência do cumprimento das exigências acima, a Bionexo.Com S.A.U. exigirá aprovação prévia do BCRA para acessar o Mercado FX para o pagamento de lucros e/ou dividendos aos acionistas estrangeiros. Tal aprovação é concedida ou negada pelo BCRA em uma base discricionária;
- Para o pré-pagamento do principal e dos juros do endividamento financeiro estrangeiro com uma antecipação de mais de três dias úteis em relação às datas de vencimento programadas, a menos que certas condições sejam cumpridas;
- Para o pré-pagamento do endividamento para a importação de bens e serviços, exceto para certas isenções;
- Para o pagamento de serviços com partes estrangeiras relacionadas, exceto para certas isenções; e
- Até 30 de junho de 2021 para o pagamento do principal sob endividamento financeiro estrangeiro com partes relacionadas, com exceção de certas isenções.

Para acessar o Mercado FX para adquirir moeda estrangeira para o reembolso de principal e juros de dívidas financeiras estrangeiras, o produto de empréstimos financeiros estrangeiros contraídos desde 1º de setembro de 2019 deve ser transferido para a Argentina e convertido em Pesos Argentinos através do Mercado FX para que o devedor residente argentino tenha acesso ao Mercado FX para o reembolso de principal e juros sob esse empréstimo financeiro estrangeiro no vencimento programado. Para tais fins, o empréstimo deve ser declarado dentro do Levantamento de Ativos e Passivos Estrangeiros (Relevamiento de activos y pasivos externos).

O acesso ao mercado de câmbio para a compra de moeda estrangeira é proibido para o pagamento de dívidas locais e outras obrigações incorridas em moeda estrangeira entre residentes argentinos a partir de 1º de setembro de 2019, exceto, entre outros casos, para obrigações instrumentadas por meio de registros públicos ou escrituras existentes antes de 30 de agosto de 2019.

Os rendimentos obtidos com a coleta de moeda estrangeira por residentes argentinos fora da Argentina para a exportação dos seguintes bens desde 2 de setembro de 2019 estão sujeitos à transferência obrigatória para a Argentina e à conversão em pesos argentinos através do Mercado de Câmbio, dentro dos termos fornecidos de acordo com os bens que estão sendo exportados. Independente do prazo máximo aplicável, no momento da cobrança dos recebíveis de exportação, os proventos estão sujeitos à repatriação obrigatória dentro dos cinco dias corridos contados a partir da data de pagamento ou cobrança.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A receita da coleta de moeda estrangeira por residentes argentinos fora da Argentina para a exportação de serviços está sujeita à repatriação obrigatória e à conversão em pesos argentinos através do mercado de câmbio dentro de cinco dias úteis computados a partir da data de recebimento dos mesmos.

Como regra geral, os residentes argentinos podem acessar o Mercado FX para o pagamento de importações de mercadorias, embora se apliquem certas restrições. Exigências diferentes se aplicam a mercadorias com registro de entrada na alfândega e mercadorias com registro de entrada pendente na alfândega. O importador argentino pode acessar o Mercado FX para pagar importações de mercadorias com registro de entrada alfandegária registrada no sistema de acompanhamento de pagamento de importação (Seguimiento de Pago de Importaciones ou “SEPAIMPO”, após sua sigla em espanhol), desde que certos requisitos sejam cumpridos, incluindo, entre outros, que o pagamento não seja feito antes da data de vencimento programada. Os pagamentos devem ser efetuados ao fornecedor estrangeiro. As mercadorias com registro de entrada alfandegária pendente estão sujeitas a um regime especial de acompanhamento. Além disso, é necessária a autorização prévia do BCRA para a importação de bens de luxo, como carros e motocicletas de luxo, pérolas e diamantes, entre outros bens de luxo. Os pagamentos devem ser feitos ao fornecedor estrangeiro. As mercadorias com registro de entrada na alfândega pendente estão sujeitas a um regime especial de acompanhamento. O acesso ao mercado de câmbio para certos pagamentos no exterior requer aprovação prévia do BCRA, incluindo, no caso de importações de mercadorias com registro de entrada alfandegária pendente (“pagamento antecipado de importações”) entre contrapartes vinculadas, e pagamentos feitos antes do vencimento; entre outros.

De acordo com a Comunicação “A” 7001, datada de 30 de abril de 2020, conforme alterada, para ter acesso ao Mercado FX para efetuar qualquer tipo de pagamento, e além dos requisitos aplicáveis, o BCRA exige uma declaração juramentada do solicitante, (i) declarando que não vendeu na Argentina títulos liquidados contra moeda estrangeira ou transferiu títulos para contas de custódia fora da Argentina dentro dos 90 dias corridos imediatamente anteriores; e (ii) comprometer-se a não vender na Argentina títulos a serem liquidados contra moeda estrangeira ou transferir títulos para contas de custódia fora da Argentina dentro dos 90 dias corridos imediatamente seguintes.

A Comunicação “A” 7030 do BCRA, datada de 28 de maio de 2020, conforme emenda, prevê que, para fins de acesso ao Mercado FX para efetuar pagamentos de, entre outras coisas, importações de bens, serviços prestados por não-residentes argentinos, juros relacionados com a importação de bens e serviços, distribuição de dividendos e outros ganhos, principal e juros sobre a dívida financeira, pagamento de títulos de dívida com registro público na Argentina, ou para efetuar investimentos internacionais de carteira ou transações com derivativos por pessoas jurídicas, outras compras de moeda estrangeira para alocação específica e prêmio, garantias e pagamentos em transações de cobertura de juros, a parte será obrigada a apresentar uma declaração juramentada (i) declarando que, a partir dessa data, todas as posses de moeda estrangeira dessa parte na Argentina estão depositadas em instituições financeiras argentinas e que não possui ativos líquidos disponíveis no exterior (incluindo, entre outros, moeda estrangeira, ouro e poupança e depósitos em cheque em instituições financeiras não argentinas) por um equivalente a mais de US\$ 100.000; e (ii) comprometer-se a transferir para a Argentina e liquidar por pesos argentinos quaisquer fundos em moeda estrangeira recebidos fora da Argentina resultantes da cobrança de empréstimos concedidos a terceiros, da cobrança de depósitos ou da arrecadação dos lucros resultantes de uma venda de um ativo, quando o empréstimo foi concedido, o depósito foi feito ou o ativo foi adquirido, respectivamente, após 28 de maio de 2020.

De acordo com a Comunicação “A” 7030, emendada pela Comunicação “A” 7193 e 7239, o BCRA estabeleceu que, até 30 de junho de 2021, com certas exceções limitadas, o acesso ao Mercado de câmbio para o pagamento das importações de bens ou o pagamento do principal das dívidas resultantes da importação de bens estará sujeito à aprovação prévia do BCRA, exceto que, entre outros, o valor total dos pagamentos feitos pelo residente argentino associados às importações de mercadorias realizadas através do Mercado FX em 2020, incluindo o pagamento para o qual o acesso está sendo solicitado, não excede em mais de US\$1.000.000 o valor para o qual o importador teria acesso ao mercado FX ao calcular: (i) as importações de bens que aparecem em seu nome na SEPAIMPO com registros de entrada alfandegária entre 1º de janeiro de 2020 e o dia anterior ao acesso ao mercado de câmbio, mais (ii) outros pagamentos de importações feitas pelo residente argentino sob regimes excepcionais, menos (iii) os valores pendentes de regularização para pagamento de importações de bens com registros alfandegários pendentes.

Em 15 de setembro de 2020, por meio da Comunicação “A” 7106, o BCRA restringiu o acesso ao mercado de câmbio para o pagamento de principal sob dívida financeira estrangeira com terceiros (exceto dívidas com organizações de crédito internacionais ou multilaterais) acima de US\$1.000.000 por mês no agregado com vencimentos que se vencem entre 15 de outubro de 2020 e 31 de março de 2021 a um montante igual a até 40% do montante de principal originalmente devido; e desde que o saldo restante do principal não pago seja refinanciado através de uma nova dívida financeira externa com uma vida média de pelo menos dois anos, com certas exceções limitadas. Para este fim, as entidades qualificadas sob esta situação foram solicitadas a apresentar um plano de refinanciamento dentro de tais diretrizes. Restrições semelhantes e solicitação de um plano de refinanciamento também foram implementadas para aquelas entidades com vencimentos de principal vencidos entre 1º de abril de 2021 e 31 de dezembro de 2021 (conforme previsto na Comunicação “A” 7230), para os quais o Banco Central implementou certas mudanças em

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

relação à medida anterior. O BCRA autorizou o pagamento antecipado de principal e juros sob endividamento financeiro estrangeiro em conexão com o refinanciamento descrito neste parágrafo por até 45 dias corridos a partir do vencimento original declarado, sujeito ao cumprimento de certos requisitos adicionais. O BCRA também autorizou o pré-pagamento de juros sobre endividamento financeiro estrangeiro quando tal pré-pagamento for implementado em conexão com a troca de títulos de dívida e determinados requisitos adicionais forem cumpridos. Além disso, de acordo com a Comunicação "A" 7218, datada de 4 de fevereiro de 2021, o BCRA permitiu aos residentes argentinos o acesso ao Mercado FX para o pagamento de principal e juros sob títulos de dívida registrados fora da Argentina e emitidos a partir de 5 de fevereiro de 2021, e que são parcialmente subscritos em moeda estrangeira na Argentina, sujeitos a certos requisitos.

O acesso ao Mercado FX para a compra de moeda estrangeira para qualquer um dos pagamentos descritos acima está sujeito ao cumprimento da "Pesquisa sobre ativos e passivos estrangeiros" prevista na Comunicação "A" 6401, conforme alterada e complementada, antes do BCRA.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. ASG: em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

(a) Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Atualmente, a Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade ou documento similar. No entanto, a Companhia entende que para continuar oferecendo produtos de qualidade e com foco em saúde e bem-estar, precisa estar engajada na promoção da sustentabilidade. Desta maneira, os seus negócios são desenvolvidos observando as questões ESG na realização de suas atividades.

(b) Metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(e) Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(f) Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(h) Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(i) Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) A não divulgação de informações ASG

A Companhia esclarece que neste momento não divulga publicamente informações ASG, no entanto, entende que para continuar oferecendo produtos de qualidade e com foco em saúde e bem-estar, precisa estar engajada na promoção da sustentabilidade. Desta maneira, os seus negócios são desenvolvidos observando as questões ESG na realização de suas atividades. A Companhia esclarece que neste momento não divulga publicamente informações ASG, no entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(ii) A não adoção de matriz de materialidade

A Companhia esclarece que neste momento não adota matriz de materialidade, visto que não divulga publicamente informações ASG, no entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo.

(iii) A não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A Companhia esclarece que neste momento não adota indicadores-chave de desempenho ASG, visto que não divulga publicamente informações ASG, no entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

(iv) A não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia esclarece que neste momento não divulga publicamente informações ASG, no entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

(v) A não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia esclarece que neste momento não considera os ODS ou recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, visto que não divulga publicamente informações ASG, no entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

(vi) A não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia esclarece que neste momento não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, no entanto, a Companhia esclarece que firmou o compromisso de neutralizar e reduzir voluntariamente emissões dos gases de efeito estufa e, desde 2019 já compensou 943 toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂eq), referentes à sua pegada de carbono administrativa, o que equivale a 943 créditos de carbono.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. - Economia mista: indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Operação não usual nos negócios: indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 1.12 deste Formulário.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Operações relevantes: indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não houve operações de fusão, cisão e incorporação de ações relevante ou redução de capital envolvendo a Companhia último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Abaixo são indicadas as operações de aumento de capital e incorporação da Companhia no último exercício social. Informações mais detalhadas sobre tais operações podem ser encontradas nos seguintes documentos, disponíveis na página da CVM e no site de relações com investidores da Companhia, através do seguinte endereço: <https://bionexo.com/ri>:

(i) Aumento de capital social da Companhia no montante de R\$100.000.000,00, com a emissão de 15.958.103 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, resultando (para fins meramente informativos, sem prejuízo da obrigação de integralização do valor total) em um preço de emissão médio unitário (arredondado até a casa do centavo de real) de R\$6,26, o qual foi aprovado na ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de outubro de 2023.

(ii) Incorporação da Síntese Licenciamento de Programa Para Compras Online S.A. ("Síntese"), a qual foi aprovada na ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2023; e

(iii) Incorporação da Avatar Soluções Em Saúde S.A. ("Avatar"), a qual foi aprovada na ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2023.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Acordo de acionistas: indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

A Companhia possui acordo de acionistas vigente entre Mauricio e Prisma, no âmbito da Bionexo Internacional, celebrado em 31 de agosto de 2018 e, posteriormente, aditado em 1º de outubro de 2018, 19 de dezembro de 2018 e 10 de fevereiro de 2019 ("Acordo de Acionistas entre Mauricio e Prisma"). A íntegra do Acordo de Acionistas Acionistas entre Mauricio e Prisma pode ser encontrada na página de relações com investidores da Companhia em bionexo.com/ri/.

A Companhia possui acordo de acionistas vigente BNXO BCTO, Orjen, Apus e Prisma, no âmbito da Bionexo S.A, celebrado em 23 de novembro de 2021 ("Acordo de Acionistas entre BNXO BCTO, Orjen, Apus e Prisma"). A íntegra do Acordo de Acionistas entre BNXO BCTO, Orjen, Apus e Prisma pode ser encontrada na página de relações com investidores da Companhia em bionexo.com/ri/.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Condução dos negócios: indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Contratos não usuais: identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Desde a constituição da Companhia, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Condições gerais: os Diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com: (i) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão disponíveis no site da Companhia (<http://www.bionexo.com/ri>) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste formulário de referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras de mesma rubrica entre um período e outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão Geral

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Nossas atividades estão sendo suportadas pelos recursos captados ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como pela geração de caixa com as atividades e crescimento orgânico da Companhia. Tal entendimento está embasado nos indicadores apresentados a seguir:

Caixa Líquido

O Caixa Líquido da Companhia é calculado a partir do Caixa e Equivalentes de Caixa subtraído da Dívida Bruta (a soma de empréstimos circulante e não circulante). A tabela a seguir apresenta o Caixa Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Caixa Líquido (em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	145.016	97.753
(-) Empréstimos	(14.431)	(27.098)
Caixa Líquido	130.585	70.655

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos circulante e não-circulante da Companhia eram de R\$27,1 milhões. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 97,8 milhões e o Caixa Líquido totalizava R\$70,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos circulante e não-circulante da Companhia eram de R\$ 14,4 milhões. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 145,0 milhões e o Caixa Líquido totalizava R\$ 130,6 milhões.

A variação da posição financeira líquida bancária da Companhia entre os exercícios analisados decorre especialmente do aporte financeiro de R\$100,0 milhões efetuado pela Bain Capital em 2023, do consumo de caixa operacional de R\$21,8 milhões e da amortização dos empréstimos em R\$14,0 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Indicadores Financeiros

Os indicadores financeiros de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, tiveram as seguintes variações, conforme tabela abaixo:

Índices de Liquidez (em %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Índice de Liquidez Geral		
(Ativo Total/Passivo Total)	4,91	2,88
Endividamento Total		
(Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido)	0,26	0,53

O Índice de Liquidez Geral (Ativo Total/Passivo Total) ficou em 4,91x e 2,88x em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O Índice demonstra a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos, uma vez que seus ativos superam seus passivos.

O Índice de endividamento total foi de 0,26x vezes em 31 de dezembro de 2023 (passivo circulante acrescido de passivo não circulante/patrimônio líquido) contra 0,53x em 31 de dezembro de 2022, demonstrando as obrigações de curto e longo prazo em relação ao patrimônio líquido.

(b) Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$264,0 milhões, comparada a R\$197,3 milhões em 31 de dezembro de 2022. O patrimônio líquido sofreu um acréscimo de 33,8% em 31 de dezembro de 2023 comparado com 31 de dezembro de 2022 explicado pelo aporte recebido da Bain Capital de R\$100 milhões em 2023..

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	67.490	104.820
Capital próprio (patrimônio líquido)	263.976	197.327
Capital total (terceiros + próprio)	331.976	302.147
Parcela de capital de terceiros	20,4%	34,7%
Parcela de capital próprio	79,6%	65,3%

O padrão de financiamento da Companhia é basicamente composto por empréstimos destinados às necessidades de capital de giro.

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia sem depreciação de sua liquidez, buscando assim a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Nesta data, não dispúnhamos de nenhum contrato de empréstimo cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. Além disso, a administração da Companhia acredita que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permita o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era superior ao seu endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o que demonstra a capacidade da Companhia para honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Índice de liquidez corrente calculado pelo somatório do Ativo Circulante dividido pelo somatório do Passivo Circulante resultou em 3,57x em 31 de dezembro de 2023 e 1,86x (vezes) em 31 de dezembro de 2022. Esse indicador avalia a capacidade da Companhia de cumprir com as suas obrigações de curto prazo, representando a saúde do caixa.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; e (iii) aportes de capital pelos sócios. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação; (ii) necessidades de capital de giro; (iii) exigências de pagamento de seu endividamento; (iv) aquisições de empresas; e (v) investimentos para expansão do negócio.

Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram realizados aumentos de capital da Companhia no valor total de R\$100 milhões, integralizados em dinheiro.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais totalizou R\$21,8 milhões ante R\$20,1 milhões utilizados no mesmo período de 2022, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis pelo incremento de R\$75,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e de uma utilização R\$15,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em função das captações realizadas no período.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos empréstimos circulante e não-circulante da Companhia era de R\$14,4 milhões (R\$ 27,1 milhões em 31 de dezembro de 2022). O Caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 145,0 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 97,8 milhões em 31 de dezembro de 2022). Desta forma, a Companhia manteve saldo de Caixa líquido nos montantes de R\$130,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 70,7 milhões em 31 de dezembro de 2022.

(em milhares de Reais, exceto %)	Características	Taxa de Juros (% ao ano)	Em 31 de dezembro de 2023
Itaú Unibanco S.A.	Capital de giro	1.21% + CDI	4.142
Itaú Unibanco S.A.	Capital de giro	6,54%	645
Itaú Unibanco S.A.	Capital de giro	6,54%	482
Itaú Unibanco S.A.	Capital de giro	8,64%	2.977
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	8,45%	5.154
Itaú Unibanco S.A.	Capital de giro	4,35%	478
Itaú Unibanco S.A.	Capital de giro	4,35%	257
Itaú Unibanco S.A.	Capital de giro	4,35%	296

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Além do endividamento bancário mencionado acima, a Companhia possui obrigações de pagamento em razão de suas aquisições.

Em razão da aquisição da empresa Clínica nas Nuvens, realizada em 29 de outubro de 2020, a Companhia possui saldo a pagar no valor de R\$ 6,8 milhões dividido em 2 parcelas anuais de R\$3,4 milhões, corrigidas pela variação positiva da CDI, em 30 de outubro de 2024 e 30 de outubro de 2025.

Em razão da aquisição da empresa Síntese, realizada em 11 de agosto de 2022, a Companhia possui saldo a pagar no valor de R\$ 3,9 milhões, a ser paga em setembro de 2024.

Em razão da aquisição da empresa Tech Knowledge (TKS), realizada em 12 de junho de 2022, a Companhia possui saldo a pagar no valor de R\$ 4,8 milhões, a ser pago em junho de 2024.

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos da Companhia no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2023:

(em milhares de Reais)	Valor contábil	Valor total	2024	2025	2026
Vencimento	14,4	14,4	11,5	2,5	0,1

(g) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Todos os contratos de empréstimos da Companhia nos exercícios de 31 de dezembro de 2023 estão especificados na tabela descrita no item “f”, acima.

Banco Bradesco S.A.

Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro Aval - FGI/PEAC

Em 9 de setembro de 2020, a Companhia formalizou com o Banco Bradesco S.A. a Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro Aval - FGI/PEAC, cujo valor nominal é de R\$10 milhões e com vencimento em 9 de setembro de 2025, a concessão de linha de crédito para capital de giro. A taxa de juros da operação é 8,45% ao ano.

O valor principal deverá ser amortizado em 48 parcelas de forma mensal com pagamentos de juros mensais, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 8 de outubro de 2021 e a última no dia 9 de setembro de 2025.

Tal contrato possui como garantia o aval prestado pela Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A., assim como possui garantia complementar do BNDES no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2023 era de R\$5,2 milhões.

Itaú Unibanco S.A.

Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro Garantido por Duplicata (GiroCDI - Parcelas Flex - DP - nº 12006264

Em 26 de março de 2019, a Companhia formalizou com o Itaú Unibanco S.A., a Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro Garantido por Duplicata (GiroCDI - Parcelas Flex - DP) nº 12006264, cujo valor nominal é de R\$20 milhões e com vencimento em 26 de fevereiro de 2024, a concessão de linha de crédito para capital de giro. A taxa de juros da operação é a taxa do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,21% ao ano.

O valor principal deverá ser amortizado em 20 parcelas pagas a cada 3 meses, sendo a 1ª parcela no dia 24 de julho de 2019 e a última no dia 26 de fevereiro de 2024.

Tal contrato possui como garantia cessão fiduciária de direitos creditórios da Companhia em montante equivalente a 20% do valor total do empréstimo.

O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 4,1 milhões. Na data deste Formulário de Referência, esta CCB havia sido quitada.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro - GiroPré

Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia formalizou com o Itaú Unibanco S.A., Cédula de Crédito Bancário para Capital de Giro (GiroPré), cujo valor nominal é de R\$10 milhões e com vencimento em 18 de dezembro de 2024. A taxa de juros da operação é 8,64% ao ano.

O valor principal deverá ser amortizado em 46 parcelas pagas a cada 1 mês, sendo a 1ª parcela no dia 18 de março de 2021 e a última no dia 18 de dezembro de 2024.

Tal contrato não possui garantia.

O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2023 era de R\$3,0 milhões.

Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro - FGI nº 1664139688

Em 26 de agosto de 2020, a Companhia formalizou com o Itaú Unibanco S.A., a Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro - FGI nº 1664139688, cujo valor nominal é de R\$2,99 milhões e com vencimento em 28 de abril de 2024, a concessão de linha de crédito para capital de giro. A taxa de juros da operação é de 6,54% ao ano.

O valor principal deverá ser amortizado em 42 parcelas pagas de forma mensal, sendo a 1ª parcela no dia 29 de março de 2021 e a última no dia 28 de abril de 2024.

Tal contrato possui como devedora solidária a Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A., assim como possui garantia complementar do BNDES no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES").

O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2023 era de R\$0,6 milhão.

Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro - FGI nº 1669094441

Em 11 de setembro de 2020, a Companhia formalizou com o Itaú Unibanco S.A., a Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro - FGI nº 1669094441, cujo valor nominal é de R\$1,99 milhão e com vencimento em 16 de setembro de 2024, a concessão de linha de crédito para capital de giro. A taxa de juros da operação é de 6,54% ao ano.

O valor principal deverá ser amortizado em 42 parcelas pagas de forma mensal, sendo a 1ª parcela no dia 14 de abril de 2021 e a última no dia 16 de setembro de 2024.

Tal contrato possui como devedora solidária a Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A., assim como possui garantia complementar do BNDES no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito ("PEAC"), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES").

O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2023 era de R\$0,5 milhão.

Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro - FGI nº 77296890-5

Em 3 de janeiro de 2022, a Companhia formalizou com o Itaú Unibanco S.A., a Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro Garantido por Devedores Solidários (GiroCDI - Parcelas Flex - DS), cujo valor nominal é de R\$600 mil e com vencimento em 5 de janeiro de 2026, a concessão de linha de crédito para capital de giro. A taxa de juros da operação é a taxa do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 4,35% ao ano.

O valor principal deverá ser amortizado em 48 parcelas pagas de forma mensal, sendo a 1ª parcela no dia 3 de abril de 2022 e a última em 5 de janeiro de 2026.

Tal contrato possui como devedora solidária a Bionexo S.A.

O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2023 era de R\$0,3 milhão.

Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro - FGI nº 51478316-6

Em 22 de fevereiro de 2022, a Companhia formalizou, com o Itaú Unibanco S.A., a Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro Garantido por Devedores Solidários (Giro CDI - Parcelas Flex - DS), cujo valor nominal é de R\$300 mil e com vencimento em 23 de fevereiro de 2026, a concessão de linha de crédito para capital de giro. A taxa de juros da operação é a taxa do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 4,35% ao ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O valor principal deverá ser amortizado em 48 parcelas pagas de forma mensal, sendo a 1ª parcela no dia 22 de março de 2022 e a última no dia 23 de fevereiro de 2026.

Tal contrato possui como devedora solidária a Bionexo S.A.

O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2023 era de R\$0,5 milhão.

Para mais informações, vide itens 1.12 e 2.4 deste Formulário de Referência.

(h) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica à Companhia.

(i) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(j) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos de financiamento contêm cláusulas que permitem ao credor declarar o vencimento antecipado do financiamento em determinadas hipóteses, as quais incluem *cross default*, *cross acceleration* e outras como: (i) processo de reorganização societária; (ii) a transferência de controle societário; (iii) a modificação do objeto social; (iv) requerimento ou decretação de falência, assim como qualquer processo de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia; (v) alienação de ativos relevantes, entre outras.

Adicionalmente, como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores envolvidos em contratos financeiros, o contrato de empréstimo 209219609 contém cláusula de vencimento antecipado caso, em cada exercício social avaliado, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a Dívida Líquida da Companhia em relação ao EBITDA não seja menor que 1,5 vezes em 2020, 1,5 vezes em 2021, 1 vez em 2022 e 1 vez em 2023.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com os *covenants* mencionados acima.

As definições de Dívida Líquida e EBITDA usadas para a finalidade de cumprimento das cláusulas acima foram estabelecidas de acordo com os respectivos contratos, de modo que podem não ser as mesmas definições adotadas no item 2.5 deste Formulário de Referência.

(k) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utilizou a totalidade dos recursos decorrentes dos financiamentos descritos nesse item.

(l) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31/12/2023	AV	Exercício social encerrado em 31/12/2022	AV	AH
Receita operacional líquida	160.782	100,0%	143.594	100,0%	12,0%
Custos dos serviços prestados	(48.876)	-30,4%	(43.230)	-30,1%	13,1%
Lucro Bruto	111.906	69,6%	100.364	69,9%	11,5%
Despesas com Vendas	(42.170)	-26,2%	(46.329)	-32,3%	-9,0%
Despesas Gerais e Administrativas	(38.292)	-23,8%	(37.123)	-25,9%	3,1%
Despesas com pesquisas e desenvolvimento	(58.821)	-36,6%	(62.871)	-43,8%	-6,4%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.638)	-1,0%	(1.420)	-1,0%	15,4%
Outras despesas	60	0,0%	(2.456)	-1,7%	-102,4%
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(28.955)	-18,0%	(49.835)	-34,7%	-41,9%
(Despesas) receitas financeiras líquidas	5.649	3,5%	15.317	10,7%	-63,1%
Receitas financeiras	18.390	11,4%	24.897	17,3%	-26,1%
Despesas financeiras	(12.741)	-7,9%	(9.580)	-6,7%	33,0%
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Resultado antes dos impostos	(23.306)	-14,5%	(34.518)	-24,0%	-32,5%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.099)	-1,3%	(1.541)	-1,1%	36,2%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(646)	-0,4%	(442)	-0,3%	46,2%
Prejuízo Líquido do Exercício	(26.051)	-16,2%	(36.501)	-25,4%	-28,6%

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$160,8 milhões comparativamente a R\$143,6 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$17,2 milhões ou 12,0%. Este aumento é atribuído ao crescimento de 7,7% da base de clientes ativos, somado ao aumento no ticket médio anual obtido com: (i) monetização da base de clientes, através da oferta de soluções complementares; (ii) reajuste inflacionário; e (iii) mudanças na precificação.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A receita operacional líquida para os exercícios de 2023 e 2022 foi composta da seguinte forma:

(em milhares de Reais, exceto %)	Países	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2023	2022	Var.%
Bionexo S.A.	Brasil	143.782	116.970	22,9%
Sintese	Brasil	1.474	1.326	11,2%
Avatar Soluções em Saúde S.A.	Brasil	1.205	5.461	-77,9%
Camtwo Sistemas Ltda (Clínica nas Nuvens)	Brasil	-	3.116	-100,0%
Bionexo Colômbia S.A.S.	Colômbia	7.038	7.171	-1,8%
TKS (Beecare)	Brasil	-	766	-100,0%
Bionexo de México S.A. de C.V.	México	1.852	1.924	-3,7%
Bionexo.Com S.A.	Argentina	5.431	6.860	-20,8%
Receita Operacional Líquida		160.782	143.594	12,0%

Desta forma, a receita operacional líquida obteve o crescimento de 12,0% advinda dos seguintes mercados: (i) o mercado brasileiro cresceu 18,8 milhões (+15,4%), representando 91,1% da receita do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) o mercado argentino apresentou queda de 20,8%, devido à desvalorização do peso argentino em relação ao real, e representou 3,4% da receita líquida do exercício de 2023; (iii) o mercado colombiano apresentou queda de 1,8% e representou 4,4% da receita líquida do exercício de 2023; (iv) o mercado mexicano demonstrou queda de 3,7% e representou 1,2% das receitas operacionais líquidas.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$48,8 milhões comparativamente a R\$43,2 milhões no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$5,6 milhões ou 13,1%. O custo dos serviços prestados representou 30,4% e 30,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A relação entre os custos e receita líquida foi mantida próxima, com aumento na eficiência operacional refletida em menor custo com pessoal compensando um aumento no custo com Hosting e Cyber Security. Este aumento é resultante de esforços de melhoria na estabilidade, da migração de ambiente para maior eficiência nos anos seguintes e da incorporação de recém-adquiridas no serviço de mesmo nível de qualidade.

Lucro bruto

Devido aos fatores acima, o lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$111,9 milhões comparativamente a R\$ 100,4 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$11,5 milhões ou 11,5%. Este aumento é atribuído substancialmente pelo aumento das receitas em 12,0% e uma manutenção nos custos dos serviços prestados em 30,4%. O lucro bruto representou 69,6% e 69,9% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Despesas operacionais

Despesas com Vendas

Despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$42,1 milhões comparativamente a R\$46,3 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 4,2 milhões ou -9,0%. Despesas com vendas representaram 26,2% e 32,3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esta redução está relacionada à reestruturação da área comercial, com foco em linhas de atuação de maior potencial. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 as despesas com pessoas totalizaram R\$32,4 milhões, ante R\$38,2 milhões no exercício anterior, representando uma redução de R\$5,8 milhões e -15%, enquanto a despesas com serviços profissionais somaram R\$1,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparativamente a R\$0,9 milhões no exercício de 2022, resultando um aumento de R\$1,0 milhões e 118%. A redução na linha de pessoas está alinhada com a estratégia de foco em linhas de maior potencial, bem como incremento da rentabilidade total da companhia. O aumento em Serviços Profissionais se dá com investimento em consultorias, para aumentar a eficiência da atuação.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$38,2 milhões comparativamente a R\$37,1 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$1,1 milhão ou 3,1%. Despesas gerais e administrativas representou 23,8% e 25,9% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento da despesa absoluta acompanha reflexo da inflação sobre folha e serviços, aumento no investimento em segurança e em Consultorias que apoiaram na melhoria de processos para ganho de eficiência. Esses incrementos foram compensados por redução na linha de pessoas, consequência de reestruturação de áreas administrativas e maior eficiência em processos. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 as despesas com pessoas totalizaram R\$17,6 milhões, ante R\$21,2 milhões no exercício anterior, representando em uma redução de R\$3,6 milhão e -16,9%, enquanto a despesas com serviços profissionais somaram R\$9,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparativamente a R\$8,2 milhões no exercício de 2022, resultando em aumento de R\$1,6 milhão e 19,6%.

Despesas com pesquisas e desenvolvimento

Despesas com pesquisas e desenvolvimento no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$58,8 milhões comparativamente a R\$62,9 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$4,1 milhões ou -6,4%. Despesas com pesquisas e desenvolvimento representou 36,6% e 43,8% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à reestruturação das áreas de desenvolvimento e produto, com sinergias entre áreas e estruturas de adquiridas. Os gastos com desenvolvimento compreendem: folha de pagamento, encargos e benefícios dos empregados dedicados integralmente ao desenvolvimento de software, além de serviços de terceiros relativos à consultoria para desenvolvimento de softwares. Estas despesas somaram R\$ 15,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparativamente a R\$16,9 milhões no exercício de 2022, resultando uma redução de R\$1,0 milhão e -5,8%.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$1,6 milhão comparativamente a R\$1,4 milhão no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$0,2 milhão ou 15,3%. Perda por aumento ao valor recuperável de contas a receber representou 1,0% e 1,0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Portanto, a performance relativa à receita líquida é mantida.

Outras despesas

Outras despesas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$0,06 milhão comparativamente a R\$2,5 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$2,5 milhões ou -102,5%. Outras despesas representaram 0,0% e 1,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O valor de 2022 se deve principalmente a despesas relacionadas a iniciativas de M&A dentre avaliações e conclusões, sendo que em 2023 o saldo nesta foi menor, dado que não houveram novas aquisições de empresas ao longo do exercício de 2023.

Resultado antes das despesas financeiras e impostos

Em razão do acima exposto, o resultado antes das despesas financeiras e impostos totalizou um prejuízo de R\$28,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a um prejuízo de R\$49,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Essa redução de R\$20,9 milhões no prejuízo segue principalmente o aumento de R\$17,2 milhões na Receita Líquida com ganho de eficiência em linhas de despesa em vendas e pesquisa e desenvolvimento, como demonstrado anteriormente.

Despesas e receitas financeiras líquidas

Despesas e receitas financeiras líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$5,6 milhões comparativamente a R\$15,3 milhão de receitas financeiras no exercício de 2022, o que representou uma variação de R\$9,7 milhões de redução nas despesas e receitas financeiras líquidas no período, em razão dos motivos expostos nas seções “receitas financeiras” e “despesas financeiras” abaixo.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$18,3 milhões comparativamente a R\$24,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$6,6 milhões ou -26,1%. Receitas financeiras representaram 11,4% e 17,3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esta redução é atribuída a uma menor disponibilidade de caixa para aplicação financeira, dado saldo inicial em 2023 de R\$97,8 milhões ante R\$201,8 milhões em 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$12,7 milhões comparativamente a R\$9,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$3,1 milhões ou 33,0%. Despesas financeiras representaram 7,9% e 6,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento de R\$3,1 milhões é atribuído substancialmente ao processo de ajuste a valor presente dos saldos de parcelas futuras de aquisições de empresas a pagar.

Resultado antes dos impostos

Devido aos fatores acima, o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 23,3 milhões comparativamente a R\$ 34,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma variação de R\$11,2 milhões ou 32,5% de redução no prejuízo.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2,6 milhões comparativamente a R\$ 1,9 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 0,7 milhões ou 37%. Imposto de renda e contribuição social representou 1,7% e 1,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído ao efeito de impostos de subsidiárias e composição de passivo diferido sob diferenças temporárias.

Prejuízo líquido do exercício

Prejuízo líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$26,0 milhões comparativamente a R\$36,5 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$10,5 milhões ou 38,4%. Prejuízo líquido do exercício representou 16,2% e 25,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esta redução de prejuízo é atribuída substancialmente à melhoria no resultado antes das despesas financeiras e impostos descrito acima.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Demonstrações de fluxo de Caixa (em R\$ mil, exceto %)	31 de dezembro de		
	2023	2022	Var.%
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(21.787)	(20.090)	8,4%
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(1.022)	(65.641)	-98,4%
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	75.305	(15.139)	-597,4%
Efeito dos movimentos nas taxas de câmbio sobre o caixa	(5.233)	(3.137)	66,8%
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	47.263	(104.007)	-145,4%

Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais

O fluxo de caixa consumido nas atividades operacionais totalizou R\$21,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$20,1 milhões consumidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$1,7 milhão, ou 8,4%, é justificada pelos seguintes pontos: (i) excluindo os feitos não caixa, a companhia apresentou um resultado operacional negativo de R\$5,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 ante R\$11,0 milhões negativo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) consumo de caixa na linha de contas a receber foi R\$1,0 milhão maior que o resultado apresentado nesta linha no mesmo período de 2022, sendo que esse consumo está ligado ao aumento das vendas já comentado nas linhas do resultado; (iii) consumo de caixa na linha de outras contas a receber foi R\$0,1 milhão menor que o resultado apresentado nesta linha no mesmo período de 2022, sendo que essa geração está ligada ao reconhecimento no resultado do período de despesas antecipadas em razão de contratos com fornecedores que incorreram ao longo do exercício de 2023; (iv) consumo de caixa na linha de obrigações trabalhistas foi R\$11,8 milhões maior que o resultado apresentado nesta linha no mesmo período de 2022, refletindo pagamento de bônus referente a performance de 2022, realizado em 2023; (v) geração de caixa com impostos recuperáveis foi R\$5,6 milhões maior que o resultado da linha em 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$1,0 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$65,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Essa redução de R\$64,6 milhões, ou -98,4%, é justificada pelos seguintes pontos: (i) R\$47,1 milhões de consumo de caixa em 2022 com aquisição de participação em controladas, líquido de caixa adquirido, que não teve valor em 2023 ; e (ii) R\$10,0 milhões a menos de consumo em 2023 dado que em 2022 houve pagamento de aquisição de participação de não controladores; (iii) redução de consumo em R\$3,9 milhões sobre a aquisição de ativos intangíveis; (iv) R\$2,4 milhões consumidos a menos em aquisição de ativos imobilizados; e (v) R\$ 1,2 milhões de geração de caixa maior que em 2022 com aplicação financeira.

Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento

O fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$75,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$15,1 milhões consumidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$90,4 milhões, ou 597,4%, é substancialmente explicada pelo aporte de R\$100,0 milhões efetuado no exercício.

Efeito dos movimentos nas taxas de câmbio sobre o caixa

O efeito dos movimentos nas taxas de câmbio sobre o caixa totalizou R\$5,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$3,1 milhões consumidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$2,1 milhões, ou 66,8%, é substancialmente justificado pela desvalorização da moeda argentina (Peso Argentino) em comparação a moeda brasileira (Real).

(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa

Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$47,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a uma redução de R\$104,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Esse incremento de R\$151,3 milhões, ou 145,4%, é justificada substancialmente pelo aporte de capital no valor de R\$100 milhões em 2023 e a redução de R\$47,1 milhões no consumo de caixa em atividades de investimentos, dado que em 2023 não houve aquisição de participação em controladas

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultados: os Diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

Os diretores reportaram que a receita da Companhia e suas subsidiárias são voltadas basicamente para um único segmento, o de prestação de serviços, conforme especificado no item 1.3 deste Formulário de Referência. Desta forma, o reconhecimento de receita com prestação de serviços considera os contratos estabelecidos com os clientes.

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, conseqüentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foi de receitas da Companhia provenientes da prestação de soluções digitais baseadas em nuvem para instituições de saúde, fabricantes e distribuidores de insumos médico-hospitalares, incluindo, principalmente, receitas recorrentes na forma de mensalidades pagas pelo acesso às soluções providas pela Bionexo, além de receitas não recorrentes referentes a prestações de serviços de implementação das soluções ofertadas pela Companhia ou consultorias pontuais.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram o crescimento dos contratos com clientes e a incorporação dos ativos adquiridos. A receita é mensurada com base na contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A Companhia celebra contrato de prestação de serviços com a totalidade de sua base de clientes. Este contrato determina os termos e condições relativos à prestação dos serviços e passa a vigorar no momento de sua assinatura e conseqüente disponibilização da plataforma ao cliente (obrigação de desempenho).

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores (i) variação dos custos de serviços de terceiros em razão variação cambial; (ii) inflação; (iii) rotatividade de colaboradores, gerando custos com rescisões e contratações; (iv) variações de taxas de juros e níveis de endividamento; e (v) desenvolvimento de novas tecnologias e produtos.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os contratos da Companhia com clientes/prestadores de serviço são reajustados anualmente pela inflação por meio do índice IPCA. Portanto, variações no IPCA afetaram a receita da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Nos exercícios sociais findos em 2023 e 2022, o índice IPCA foi de 4,62% e 5,79%, respectivamente.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A variação cambial pode impactar os custos dos serviços prestados considerando que parte dos serviços de terceiros são contratados em dólar, principalmente serviços de infraestrutura tecnológica.

Conforme descrito no item 2(f) acima, parte de nossos empréstimos possui juros pré-fixados, porém outra parte possui juros pós-fixados, atrelados à variação da taxa CDI.

A tabela a seguir demonstra as principais variações em indicadores que podem impactar nos resultados operacionais da Companhia:

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Inflação - IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado-FGV	3,18%	5,45%
Inflação - IPCA	4,62%	5,79%
CDI - Anbima	13,04%	12,39%
TJLP - Banco Central	6,55%	7,2%
Taxa de câmbio - R\$ por US\$ 1,00 - Banco central	4,84	5,22

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia no último exercício social foram emitidos sem ressalvas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição da Tech Knowledge Support Informática Ltda ('TKS')

Em 12 de junho de 2022 a Companhia adquiriu a TKS, uma empresa especializada no desenvolvimento de soluções de gestão para o ciclo de receita de instituições de saúde.

A aquisição foi efetivada pelo montante total de R\$20,0 milhões, compostos pelos valores demonstrados a seguir: (i) o valor de R\$15,0 milhões pago via transferência bancária na data de 2 de junho de 2022; (ii) o valor de R\$5 milhões pagos em 2 (dois) anos contados a partir da data de assinatura do contrato; (iii) o valor de R\$5 milhões a ser eventualmente pago aos antigos proprietários da TKS é igual a 3 vezes a receita líquida recorrente de dezembro de 2022, subtraída a quantia R\$ 20 milhões. Caso o valor seja negativo, não existe ajuste, e o limite máximo é de 5 milhões.

Aquisição da Síntese Licenciamento de Programa Para Compras Online S.A. ("Síntese"):

Em 11 de agosto de 2022 a Companhia adquiriu a Síntese, empresa especializada em softwares para gestão de compras de insumos hospitalares, com atuação preponderante no setor da saúde.

A aquisição foi efetivada pelo montante total de R\$20,0 milhões, compostos pelos valores demonstrados a seguir: (i) o valor de R\$15,0 milhões pago via transferência bancária na data de 2 de junho de 2022; (ii) o valor de R\$5 milhões pagos em 2 (dois) anos contados a partir da data de assinatura do contrato.

Em 31 de março de 2023, a Administração da Bionexo aprovou a incorporação da empresa Síntese, com objetivo de consolidação de um ecossistema totalmente integrado na gestão da saúde, ampliando oportunidades de negócios para toda a base de clientes, com ganhos efetivos que se estendem até o atendimento ao paciente. A aquisição da Síntese ocorreu em 2022 e, com isso, possibilitou o Grupo maior participação no mercado, através do acesso à base de clientes da empresa. O Grupo também reduziu seus custos por meio de economias de escala.

Aquisição e Incorporação da Avatar Soluções em Saúde S.A. ('Avatar')

Em 11 de novembro de 2022, a Companhia adquiriu 42,69% do capital social da Avatar, sociedade sediada na Cidade de Itu, Estado de São Paulo (os outros 57,31% haviam sido adquiridos em 2020).

A Avatar é uma plataforma digital para o setor de saúde baseada em nuvem, que permite automatizar o processo de conferência e gestão das contas médicas, aumentando a eficiência, e transparência com que os hospitais se relacionam com as operadoras de saúde, garantindo a fidelidade e integridade das contas de modo que toda a receita devida seja efetivamente recebida pelos prestadores de serviços. Com isso a Bionexo ampliou sua oferta de soluções digitais para gestão de processos na saúde.

A aquisição foi efetivada pelo montante total de R\$10 milhões, pagos à vista aos antigos proprietários das quotas na data de assinatura do contrato.

Em 31 de março de 2023, a Administração da Bionexo aprovou a incorporação da empresa Avatar, com objetivo consolidar a criação de uma plataforma integrada, que começa no planejamento das compras, passa pelo ciclo da receita e chega no pagamento dos serviços prestados.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos dois últimos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita Recorrente Líquida ("Receita Recorrente")	160.713	142.240
% de crescimento	13,0%	25,2%
EBITDA	(8.943)	(32.895)
Margem EBITDA %	(5,56%)	(22,9%)
EBITDA Ajustado	(5.218)	(25.093)
Margem EBITDA Ajustado	(3,2%)	(17,5%)

Receita Recorrente

A receita líquida recorrente consiste em uma métrica financeira utilizada para medir o desempenho de contratos que possuem uma relação de prestação de serviços contínua, pagos com uma frequência pré-determinada, em geral mensalmente, podendo ser encerrados pelos clientes a qualquer tempo, mediante notificação com 90 dias de antecedência.

A Receita Recorrente da Companhia é proveniente da subscrição pelos clientes de suas soluções.

A Companhia celebra contrato de prestação de serviços com a totalidade de sua base de clientes. Dado que os contratos com clientes podem ser encerrados unilateralmente pelos clientes, investidores não devem tomar nossa Receita Recorrente como uma indicação ou garantia de resultados futuros.

A Receita Recorrente da Companhia compõe a receita operacional líquida conforme demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA consiste no resultado líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº Resolução CVM 156.

O EBITDA e a Margem EBITDA são utilizados como medidas de desempenho pela administração da Companhia por serem medidas práticas para aferir o desempenho operacional da Companhia, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos e com outras companhias, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156.

2.5 Medições não contábeis

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas normas internacionais de Relatório Financeiro - *International Finance Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o resultado líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto para o fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da conciliação do resultado líquido com o EBITDA Ajustado, vide item 2.5.b desse Formulário de Referência.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida, conforme especificado no item 2.5.b.

O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado por certas despesas consideradas pela Companhia como despesas operacionais auxiliares em 2023 e em 2022, incluindo: (i) gastos com *Due Diligence*; (ii) rescisões e acordos trabalhistas; e (iii) distribuição de bônus nas operações de aquisições e não atingimento de *earn-out*, (iv) atualização monetária de contingências materializadas, restituição de ISS, vendas de imóveis de subsidiárias incorporadas, (v) baixa de provisão de devedores duvidosos, e (vi) reversão de provisão do *Phantom Share* feita em 2022, em razão do não atingimento das metas para o período.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Receita Recorrente

(Em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita Operacional Líquida	160.782	143.594
(-) Receita Não Recorrente ⁽¹⁾	69	1.354
RECEITA RECORRENTE	160.713	142.240
% de crescimento ⁽²⁾	13,0%	25,2%

(1) A receita não recorrente refere-se a prestações de serviços de implementação das soluções ofertadas pelo Grupo e consultorias pontuais.

(2) O cálculo é baseado na diferença entre as receitas faturadas nos períodos analisados. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. A receita é apresentada líquida, sem contemplar impostos.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado

(Em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(26.126)	(36.159)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.745)	1.983
(+) Resultado Financeiro	(5.649)	(15.317)
(+) Depreciação e Amortização	20.012	16.940
EBITDA	(8.943)	(32.895)
Receita Operacional Líquida	160.782	143.594
<i>Margem EBITDA %</i>	(5,56%)	(22,9%)
Outras despesas não recorrentes(i)	3.725	7.082
EBITDA Ajustado	(5.218)	(25.093)
<i>Margem EBITDA Ajustado %</i>	(3,2%)	(17,5%)

2.5 Medições não contábeis

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Receita Recorrente

A Companhia entende que a medição da Receita Recorrente seja útil para medir o desempenho dos contratos com clientes cuja relação de prestação de serviço é contínua, além de acompanhar indicadores como taxa de renovação dos clientes.

Além disso, considerando a previsibilidade da receita líquida mensal por assinatura, a Companhia consegue prever igualmente investimentos em inovação e novas tecnologias ampliando o portfólio de soluções para atender as necessidades dos clientes.

EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas alternativas que contribuem para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, porque mostram o lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social. Tais indicadores são utilizados pela Companhia para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis que não têm efeito no seu fluxo de caixa, sendo usados internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia.

A Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA são uma ferramenta de comparação importante, que ajuda a Administração a tomar decisões. Além disso, a Administração usa o EBITDA para estabelecer as metas de desempenho, enquanto muitos investidores, agências de classificação e analistas financeiros consideram o EBITDA um indicador de desempenho.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado é uma medida prática para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, sem a interferência de certos eventos de exercícios anteriores e itens não recorrentes, porque demonstra o desempenho da operação pelas atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia.

A Companhia considerou as seguintes despesas para a apuração do EBITDA Ajustado: (i) gastos com *Due Diligence*; (ii) rescisões e acordos trabalhistas; e (iii) distribuição de bônus nas operações de aquisições e não atingimento de *earn-out*, (iv) atualização monetária de contingências materializadas, restituição de ISS, vendas de imóveis de subsidiárias incorporadas, (v) baixa de provisão de devedores duvidosos, e (vi) reversão de provisão do *Phantom Share* feita em 2022, em razão do não atingimento das metas para o período.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, aprovadas em 4 de abril de 2024, não apresentaram evento subsequente.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2023	2022
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos e Expansão", cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo somado à reserva legal não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.</p>	
(a.i) Valores das retenções de lucros	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	N/A	N/A
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p>	
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>	
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.</p>	
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	<p>Não aplicável, a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>	

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Itens não evidenciados: os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não se aplica à Companhia.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica à Companhia.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10. Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos para 2024.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos para 2024.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Embora já desenvolva iniciativas ligadas às temáticas ASG, a Companhia entende que o conceito de “oportunidades ASG” implica a necessidade de inovações dentro do seu próprio negócio. Assim, atualmente, a Companhia ainda não inclui oportunidades ASG estruturadas para divulgação.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações relevantes com relação a este item 2.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar:

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou a reputação da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, inclusive, mas não limitado, pelos impactos da COVID-19 nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da materialização de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante os seus negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou sua reputação. Riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.3. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”.

(a) Emissor

As perspectivas de negócios da Companhia e seu crescimento dependem da capacidade da Companhia de antecipar e adaptar-se à evolução de novas tecnologias, tendências do mercado, demandas dos clientes e padrões da indústria.

A fim de manter os negócios existentes e atingir as suas metas de crescimento, a Companhia precisa, continuamente, desenvolver novos serviços para atender às necessidades de seus clientes, o que exige tempo e recursos significativos. O negócio da Companhia é altamente dependente da sua capacidade contínua de desenvolver soluções e tecnologias adequadas.

O negócio da Companhia depende da capacidade de (i) adaptação a rápidas mudanças nas tecnologias; (ii) adaptação a mudanças nas necessidades e exigências de seus clientes e nas tendências do mercado em que atua; (iii) introdução frequente de novos serviços, bem como de sua reação quanto a incertezas sobre o ciclo de vida dos seus serviços existentes; e (iv) adaptação à evolução das normas aplicáveis e desenvolvimentos tecnológicos imprevisíveis.

Novos serviços baseados em tecnologias novas ou melhoradas ou novos padrões da indústria podem tornar os serviços existentes da Companhia obsoletos. Citamos, como exemplo, a nossa solução digital BioNFe, para controle e gestão de notas fiscais, que poderá se tornar obsoleta caso as autoridades fiscais desenvolvam e disponibilizem aos contribuintes soluções digitais gratuitas que funcionem como ferramentas integradas de controle de notas fiscais, de tal forma que nossos clientes venham a dispensar a contratação da BioNFe.

O mercado em que a Companhia atua caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de *softwares* e da infraestrutura de comunicações, necessidades dos clientes cada vez mais complexas e frequentes introduções de novos serviços e aperfeiçoamentos nos serviços já existentes. Caso a Companhia não consiga prever e desenvolver novas tecnologias, aperfeiçoar e incrementar seus serviços em tempo hábil, posicionar ou precificar seus serviços de modo a atender a demanda do mercado, ou ter a capacidade de integrar os novos serviços adquiridos aos seus atuais serviços, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir seus serviços ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a manter seus clientes ou atrair novos clientes.

Quaisquer atrasos no desenvolvimento e lançamento de serviços novos ou melhorados ou atrasos para manter o ritmo das contínuas evoluções tecnológicas podem afetar adversamente a capacidade da Companhia de preservar a base de clientes existente e de atrair novos clientes, o que pode afetar material e adversamente os negócios, resultados financeiros e funcionamento da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ademais, os padrões de protocolos de rede e internet, bem como os demais padrões adotados pelo setor de atuação da Companhia, estão em constante evolução, não podendo a Companhia garantir que os padrões utilizados no desenvolvimento de suas soluções permanecerão aptos a assegurar eficiência na exploração de oportunidades comerciais nos mercados em que atua. Qualquer destes eventos pode afetar negativa e substancialmente a receita e a geração de caixa da Companhia.

Podemos não ser capazes de implementar com sucesso nossa ambiciosa estratégia de crescimento.

A execução bem sucedida de nossa estratégia de crescimento depende da superação de riscos substanciais, incluindo, mas não limitados a, riscos relacionados à nossa capacidade de (i) atrair novos clientes em uma indústria competitiva e em rápida evolução, (ii) desenvolver novos produtos e funcionalidades; (iii) aprofundar nosso relacionamento e proximidade com os clientes existentes e oferecer produtos e serviços adicionais a eles; (iv) aumentar nossa rede de clientes, inclusive em mercados internacionais onde temos experiência operacional mais limitada e enfrentamos tanto a concorrência local quanto os desafios macroeconômicos e políticos; (v) rentabilizar todos os componentes de nossa cadeia de valor e (vi) identificar e executar com sucesso fusões e aquisições geradoras de valor.

Podemos não ser capazes de obter capital de giro adequado para financiar nossa expansão, como pretendemos, ou podemos não dispor dos recursos operacionais ou técnicos para executar nossa estratégia de crescimento da maneira planejada. Podemos não ter pessoal e know-how suficientes para implementar nossos planos de crescimento, e podemos enfrentar desafios regulatórios ou legais ao fazê-lo, particularmente à medida que nos expandimos em novos mercados geográficos e/ou integramos novas operações e funcionalidades tanto através de fusões e aquisições como organicamente.

Se experimentarmos estes ou outros problemas relacionados à nossa expansão e ao desenvolvimento de nossas atividades, nossa capacidade de fornecer resultados financeiros e operacionais em linha com nossas projeções pode ser prejudicada e, conseqüentemente, o preço de nossas ações ordinárias pode sofrer. Todos esses fatores teriam um efeito adverso material sobre nós e um investimento em nossas ações ordinárias.

Nossas estratégias comerciais são baseadas em projeções e suposições que podem ser comprovadamente imprecisas, e podemos não ser lucrativos por um número indeterminado de anos.

Nossas estratégias comerciais baseiam-se em nossas atuais premissas e expectativas relacionadas a eventos e tendências futuras, e essas premissas estão sujeitas a incertezas econômicas, competitivas, políticas, regulatórias e operacionais, contingências e riscos, entre outros fatores fora de nosso controle. Assim, não podemos assegurar que nossas projeções, estimativas e premissas estejam corretas, especialmente porque os setores médico e de saúde continuam a evoluir rapidamente como resultado da pandemia da COVID-19, que persistentemente afeta de forma severa e negativa o Brasil e os outros países latino-americanos onde operamos.

Podemos não ser capazes de alcançar rentabilidade e, se o fizermos, não poderemos assegurar que seremos capazes de sustentar tal rentabilidade no futuro. Nosso fracasso em alcançar ou sustentar a lucratividade e/ou nossa ocorrência de escassez de fluxo de caixa pode nos afetar materialmente adversamente. Não podemos assegurar que as suposições que fizemos em conexão com o desenvolvimento de nossa estratégia comercial estejam corretas e que seremos capazes de atingir nossas projeções. Os custos reais, despesas, receitas, fluxos de caixa, margens de lucro e o nível de risco de nossas operações podem ser significativamente diferentes daqueles nos quais nossas estratégias estão baseadas.

A Companhia e seus fornecedores estão sujeitos a falhas e interrupções em seus serviços, sistemas e software, incidentes de segurança cibernética, e outros eventos similares, o que poderá impactar adversamente a Companhia.

O setor de atividade da Companhia exige uma estrutura tecnológica altamente complexa e depende da operação ininterrupta e eficiente dos seus sistemas, incluindo os sistemas de *software*, nuvem pública, internet, telecomunicações e sistemas de terceiros. Adicionalmente, no curso normal de seus negócios, as atividades da Companhia estão vinculadas à gestão e análise de uma vasta gama de dados confidenciais de seus clientes (incluindo dados cadastrais, financeiros e comerciais de seus clientes nos países onde opera). A Companhia está sujeita a falhas e interrupções totais ou parciais em seus serviços, sistemas e *softwares*, bem como aqueles de fornecedores terceiros, inclusive em decorrência de eventos que estão fora de seu controle, tais como: (a) falhas elétricas ou de telecomunicações; (b) colapsos nos sistemas abastecedores; (c) falhas nos sistemas automatizados ou outros eventos que afetem terceiros com os quais são realizados negócios; bem como (d) eventos atípicos relacionados a problemas sociais, políticos e desastres naturais, tais como greves, enchentes, abalos sísmicos, crises de abastecimento, bloqueio de vias de acesso, instabilidades geopolíticas, entre outros. A ocorrência de qualquer um dos referidos eventos poderá resultar em possíveis ações indenizatórias impostas por seus clientes, custos adicionais, paralisação das operações, imposição de multas contratuais e perdas de receita e clientes, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A segurança de suas redes e sistemas de tecnologia, a não interrupção de tais redes e sistemas, a transmissão segura de informações confidenciais, o armazenamento seguro de tais dados, bem como o tratamento e a manutenção desses dados constituem elementos essenciais para as operações e estratégias de negócios da Companhia.

Qualquer acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, *malware*, *phishing* e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança de dados da Companhia poderão impactar negativamente sua reputação e suas marcas, expondo a Companhia a litígios significativos (que podem sujeitar a Companhia ao pagamento de indenização), multas regulatórias, outras penalidades, perdas de clientes e/ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia. Tal violação pode se caracterizar também como uma violação ao direito de privacidade, proteção de dados e outras normas aplicáveis e resultar em exposição a contingências judiciais e financeiras significativas. Indisponibilidades ou interrupções dos sistemas de informação também podem comprometer o sistema de cobrança da Companhia.

As medidas que a Companhia deverá tomar para investigar e sanar incidentes de segurança cibernética podem exigir investimentos financeiros significativos e/ou serem insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros.

Adicionalmente, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo pela Companhia a seus clientes e, durante as investigações, pode não ser identificada toda a extensão do dano ou a melhor forma de remediá-lo. A verificação de qualquer um dos referidos riscos poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Nossas aplicações são desenvolvidas nos sistemas operacionais em nuvem da Amazon AWS, da Oracle Cloud Infrastructure e da Azure, que operam em diversos países do mundo, inclusive aqueles em que operamos, além de outros como Estados Unidos, Canadá, África do Sul, França, Reino Unido, Japão, Coreia do Sul, entre outros, interligados por meio de uma rede global, podendo ser vulneráveis a ações externas e sujeitas a danos advindos de diferentes fontes, incluindo desastres naturais, falhas nas telecomunicações ou na rede, vírus, ataques cibernéticos e outras falhas de segurança, de modo que as medidas preventivas adotadas pela Companhia podem não ser suficientes.

Além disso, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia determinados sistemas de informação por ela utilizados preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária poderá provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a Companhia a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, as operações e os resultados financeiros da Companhia.

Eventuais erros cometidos pela Companhia na parametrização de indicadores, na programação de sistemas, na elaboração de códigos, na utilização de algoritmos, poderão levar os clientes a tomar decisões que afetem adversamente seus resultados, podendo resultar em responsabilização da Companhia perante os clientes e demandas indenizatórias por eles movidas contra a Companhia, além de rompimentos contratuais, com consequências financeiras adversas e impactos negativos para sua imagem perante o mercado, podendo os clientes buscar reparações por eventuais perdas decorrentes de tais falhas na esfera judicial.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e legislações similares de outros países em que opera e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

Em 18 de setembro de 2020, entrou em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - “LGPD”) que regula, de forma geral, as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais e o direito à privacidade e proteção de dados, prevendo os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses autorizadas do tratamento de dados pessoais (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança de informação envolvendo dados pessoais e compartilhamento de dados pessoais.

Além disso, a LGPD prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação da exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa ou proibição do tratamento de dados pessoais. Especificamente para dados pessoais sensíveis, a LGPD ainda traz um regime prevendo obrigações adicionais a serem observadas.

A LGPD também autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados, a qual foi formalmente constituída no dia 5 de novembro de 2020.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia busca ativamente a manutenção da sua conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados. Para tanto, fortaleceu sua governança de dados designando um encarregado de proteção de dados designado, constituindo um Comitê de Privacidade e Proteção de Dados, contratado ferramenta para gestão dos dados pessoais e estabelecido políticas para conformidade com a legislação de proteção de dados. A aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD (art. 52, 53 e 54) passou a ser possível a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sujeitando a Companhia a sanções administrativas, como advertências, multas e suspensão ou proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, falhas na proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados pela Companhia e o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos, a partir da sua entrada em vigor:

(i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Além disso, diversos artigos da LGPD possuem previsão de regulamentação por parte da ANPD. Eventuais novas regulamentações podem invalidar ou restringir contratos atualmente vigentes que permitem o acesso da Companhia a dados pessoais.

Ainda, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Por possuir clientes em outros países das América Latina, a Companhia também está sujeita a regras similares de proteção de dados em tais países, incluindo Argentina, México e Colômbia. A Companhia poderá ser alvo de efeitos adversos similares aos descritos acima caso haja violação à legislação de proteção de dados existente nessas jurisdições.

Desta forma, a ausência de medidas suficientes para proteção dos dados pessoais, bem como a inadequação à legislação aplicável e incertezas quanto a interpretação da LGPD e outras leis similares aplicáveis pelos respectivos poderes judiciários e outras autoridades regulatórias (e.g., Senacon, Procons, Ministérios Públicos dos estados, dentre outros), podem acarretar multas elevadas, divulgação de incidentes para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base da Companhia e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente sua reputação e seus resultados e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mal funcionamento de suas soluções digitais.

A Companhia oferece soluções digitais tecnicamente complexas que, quando introduzidas no mercado pela primeira vez ou lançadas como novas versões, podem conter falhas cuja identificação não tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de falhas, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) cancelamento de contratos; (ii) atrasos na coleta de recebíveis; (iii) não aceitação das soluções digitais oferecidas pela Companhia no mercado; (iv) desvio de recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos serviços; (v) possíveis ações indenizatórias; e (vi) problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente a reputação, os resultados e a condição financeira da Companhia.

A falha ou incapacidade em proteger os seus direitos de propriedade intelectual poderá ter impactos negativos nos negócios da Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente de sua capacidade de proteger e defender os seus direitos de propriedade intelectual, inclusive os seus segredos comerciais. A Companhia não consegue garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou não se apropriarão indevidamente dos seus direitos de propriedade intelectual.

A Companhia está sujeita a processos baseados em alegações de quebra dos direitos autorais de propriedade intelectual de terceiros devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais de empresas de tecnologia. Nesse sentido, determinadas melhorias tecnológicas, aperfeiçoamento, incremento e desenvolvimento de novas soluções digitais pela Companhia, com padrões semelhantes a soluções já desenvolvidas e registradas por outras empresas do setor de tecnologia da informação podem submeter a Companhia a processos judiciais e arbitrais por violação de direitos de propriedade intelectual que poderão impactar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia utiliza e comercializa *softwares* próprios em suas atividades, os quais são desenvolvidos internamente por seus empregados e/ou por terceiros desenvolvedores. Não obstante a Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998,

4.1 Descrição dos fatores de risco

conforme alterada (“Lei do Software”), disponha que direitos sobre *softwares* desenvolvidos como resultado de contrato de trabalho pertencem ao empregador, a Companhia pode estar sujeita a ações ajuizadas por ex-empregados reivindicando a titularidade sobre esses programas de computador. O mesmo pode ocorrer em relação a prestadores de serviços contratados para desenvolver os referidos *softwares*, caso os contratos com eles celebrados não prevejam expressamente a cessão de seus direitos patrimoniais de autor à Companhia ou caso eles decidam questionar tais disposições. Em ambas as hipóteses, a Companhia poderá ser condenada à abstenção de uso dos *softwares* e ao pagamento de indenização.

A Companhia pode ser forçada a revisar, total ou parcialmente, produtos que eventualmente tenham infringido direito de propriedade intelectual de terceiros e/ou pagar quantias significativas de indenização, *royalties* ou licenciamento pelo uso de patentes ou direitos autorais de terceiros. A propositura de uma ação ou a revisão de um produto que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros poderá afetar adversamente os resultados operacionais, imagem e a demanda pelos serviços da Companhia.

Ainda, eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marca da Companhia perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”) ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado de suas marcas registradas por terceiros podem diminuir o valor das marcas ou afetar a reputação da Companhia. Há também o risco, ainda que por omissão, da Companhia não conseguir renovar o registro de alguma de suas marcas em tempo hábil ou de que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas, existentes ou futuras, registradas ou licenciadas.

Adicionalmente, o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual, quando realizado, demanda esforços e recursos significativos. Além disso, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares que atendam ao mesmo mercado da Companhia. Litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade intelectual da Companhia e, se não obtiver êxito em defesa, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

Ademais, é possível que terceiros consigam copiar ou subtrair, por engenharia reversa, parcela dos produtos da Companhia ou de outra forma obter e utilizar sua propriedade intelectual, o que poderia prejudicar a posição competitiva da Companhia e reduzir o valor de suas marcas e produtos. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

A Companhia pode não ser capaz de manter as licenças para uso de tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos seus serviços.

A Companhia depende do licenciamento de certas tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos serviços por ela prestados, incluindo licenciamentos de plataformas tecnológicas. No entanto, a Companhia não pode garantir que o acesso a licenças de código aberto (*open source*) e gratuitas utilizadas pela Companhia não será restringido no futuro ou, ainda, para as licenças obtidas de terceiros de forma onerosa, que conseguirá renovar tais licenças no futuro ou que tais licenças continuarão disponíveis para uso da Companhia em termos comercialmente razoáveis.

Em caso de interrupção ou impossibilidade de uso das licenças tecnológicas utilizadas pela Companhia, a Companhia pode não conseguir substituir tais tecnologias por outras com o mesmo padrão de qualidade e performance ou pode incorrer em custos adicionais para tal substituição, o que poderia causar um efeito adverso relevante nos negócios e resultados operacionais da Companhia. Além disso, caso a Companhia seja impossibilitada de manter as licenças de uso, mas, ainda assim, siga utilizando a tecnologia de terceiros, os titulares das referidas tecnologias podem ajuizar ações judiciais em face da Companhia, demandando-lhe a abstenção de uso e o pagamento de indenização.

O balanço patrimonial da Companhia inclui montantes significativos de ativos intangíveis. A redução do valor recuperável de uma parte significativa desses ativos pode afetar negativamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os ativos de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil e testados para redução ao valor recuperável (*impairment*) quando há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. A Companhia efetua a avaliação de *impairment* com base em premissas, respaldadas em estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estas premissas e estimativas apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos da Companhia, dependendo do cenário de cada projeção.

Por exemplo, a Companhia utiliza estimativas de previsibilidade de receita, custos e despesas ao longo da projeção dos fluxos de caixa, além de taxas de desconto, que levam em conta fatores como risco país, inflação, taxa de retorno livre de risco, prêmio pelo risco do investimento e custo do endividamento, entre outros. Estas estimativas podem, portanto, sofrer mudanças e ocasionar a redução substancial do valor recuperável de um ativo, sendo a Companhia, então, obrigada a ajustar seu balanço patrimonial e reconhecer uma perda por *impairment* no demonstrativo de resultados, afetando seu lucro contábil líquido.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Uma redução no valor recuperável (*impairment*) de uma parte significativa dos ativos intangíveis pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A recuperabilidade deste valor depende da geração de lucro tributável, que inclui a utilização de premissas, julgamentos e estimativas relevantes, como a taxa de crescimento das receitas, dos custos e das despesas, bem como a necessidade de capital de giro e investimento de capital.

A Companhia poderá não ser bem-sucedida na execução de aquisições de empresas e/ou poderá estar exposta a responsabilidades sucessórias, não identificadas e/ou não identificáveis, em razão da conclusão de transações de aquisição de empresas, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante sua reputação e seus negócios.

A execução bem-sucedida de fusões e aquisições é um elemento crítico para a estratégia de expansão da Companhia. A Companhia pode incorrer em custos significativos nas transações para aquisição ou incorporação de empresas ou ativos e, ainda assim, poderá não conseguir concluir tais operações ou, se conseguir concluí-las, estas podem não gerar os benefícios esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, dentre os quais (i) sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis; (ii) sua capacidade de obter recursos para financiar tais transações em condições favoráveis; e (iii) sua capacidade de integrar com sucesso os negócios adquiridos. Além disso, outros participantes do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que poderá aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de sucesso da Companhia na implementação de tal estratégia.

A Companhia não pode assegurar que será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir aquisições estratégicas de empresas. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, demorar mais do que o esperado em razão da dificuldade da Companhia para criar e implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes e para integrar esforços de venda e desenvolvimento de *softwares*, falhando em maximizar as sinergias esperadas. Assim, a Companhia não pode garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida. Da mesma forma, a Companhia não pode garantir que diligenciará corretamente e que identificará as contingências e os passivos das empresas adquiridas anteriormente às aquisições. Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia.

O crescimento por meio de aquisições também sujeita a Companhia ao risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas aos estabelecimentos, às sociedades adquiridas, aos seus administradores, suas atividades e/ou demandas judiciais incorridas anteriormente à aquisição. Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis nos processos de auditoria legal com relação às empresas adquiridas poderão impactar a situação financeira e a reputação da Companhia de forma negativa e, por conseguinte, causar efeito adverso relevante em seus resultados operacionais.

Além disso, eventuais indenizações que a Companhia receba ou possa receber dos vendedores de empresas adquiridas podem não ser suficientes à proteção ou compensação de demandas judiciais e responsabilidades ou podem não ser cumpridas. Ademais, eventuais garantias outorgadas em favor da Companhia no âmbito de transações de aquisição de empresas podem perecer, desvalorizar-se ou serem afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre o direito de indenização da Companhia e podem inexistir obrigações de reforço ou substituição de tais garantias. Quaisquer dos fatores acima podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos relevantes à situação financeira e aos negócios futuros da Companhia.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos para a Companhia, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Por exemplo, a Companhia não possui seguro para proteção contra riscos de segurança cibernética. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas apólices existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em indenização menor que a esperada.

Ainda, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocá-la em uma situação de risco, em que o dano não será passível de indenização pela seguradora.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, há riscos para os quais a Companhia não possui cobertura de seguros adequada, incluindo riscos que não são administrados pelo *backup* dos sistemas e pelos planos de contingência. Além disso, a Companhia não pode assegurar que conseguirá manter as apólices de seguro ou que poderá renovar as apólices de seguro por preços razoáveis ou em termos aceitáveis ou contratá-las com as mesmas Companhias seguradoras ou com Companhias seguradoras similares. Desta forma, caso ocorram eventos para os quais a Companhia não está devidamente segurada ou cujas condições não estejam enquadradas em suas apólices vigentes, os mesmos eventos podem, individualmente ou em conjunto, afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia e comprometer parte significativa dos recursos da Companhia para cobrir eventuais perdas.

A Companhia e seus administradores podem ficar sujeitos a resultados desfavoráveis em processos administrativos, judiciais ou arbitrais que poderão afetar negativamente os resultados e situação financeira da Companhia.

A Companhia, seus administradores e seus acionistas controladores são e poderão se tornar réus em processos administrativos, judiciais (incluindo processos penais e/ou ações civis públicas) e arbitrais ou fazer parte de investigações envolvendo questões na esfera cível, fiscal, societária, trabalhista, concorrencial, penal, regulatória, dentre outras, cujos resultados não se pode garantir que lhes serão favoráveis. As provisões constituídas pela Companhia, quando existentes, podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a contingências por outros motivos que a obriguem a despendar valores significativos ou que afetem sua imagem perante o mercado, inclusive contingências decorrentes de alegações de fraude em processos licitatórios. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso nos seus negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais. Da mesma forma, a condenação de administradores e/ou acionistas da Companhia em processos ou seu envolvimento em investigações podem afetar negativamente a Companhia, seja em termos de imagem, seja pela impossibilidade de seus administradores continuarem a exercer suas atividades na Companhia.

Para mais informações sobre processos relevantes da Companhia vide itens 4.4 ao 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita às leis anticorrupção, antifraude, contra lavagem de dinheiro e antitruste nas jurisdições em que operamos.

A Companhia está sujeita e é regida pelas leis e regulamentos anticorrupção como a Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/2013). De modo geral, essas leis anticorrupção proíbem as empresas e seus funcionários, acionistas ou administradores de fazer pagamentos indevidos a funcionários públicos, direta ou indiretamente, com o objetivo de obter ou manter negócios e/ou outros benefícios. A Companhia não pode garantir que seus acionistas diretos e indiretos, conselheiros, diretores, funcionários e outros terceiros (incluindo agentes, fornecedores e prestadores de serviços) e as empresas para as quais são terceirizadas algumas operações de negócios cumprirão essas leis e políticas anticorrupção, de modo que a Companhia pode ser responsabilizada por eventuais violações. Além disso, nossas políticas anticorrupção podem não ser suficientes para prevenir violações legais, particularmente em relação a normas anticorrupção não brasileiras.

O Brasil e os demais países da América Latina em que as subsidiárias da Companhia atuam ainda possuem uma imagem de elevado risco de corrupção nas esferas pública e privada, o que pode, até certo ponto, deixar a Companhia exposta a possíveis violações de leis anticorrupção, incluindo a brasileira.

Se a Companhia, seus acionistas diretos ou indiretos, conselheiros, executivos, funcionários ou outros terceiros não cumprirem as leis anticorrupção, antifraude, contra lavagem de dinheiro, antitruste, dentre outras que regem a conduta de negócios com entidades governamentais, a Companhia pode estar sujeita a penalidades criminais, administrativas e cíveis. As sanções podem incluir multas, perdimento de bens, diretos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, publicação extraordinária da decisão condenatória, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Além disso, a imposição de referidas sanções em caso de violação, pela Companhia ou por seus administradores, acionistas, funcionários e terceiros agindo em nome da Companhia, às leis antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro, antitruste ou a quaisquer leis similares pode prejudicar a reputação da Companhia e ter um impacto material adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão nos expor a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos, descritos ao longo dos itens 5.1 a 5.5 deste Formulário de Referência, implementados em abril de 2021, podem não ser eficazes e seus controles internos podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

Os detentores das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o estatuto social da Companhia, devem ser pagos aos seus acionistas no mínimo 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em forma de dividendos obrigatórios anuais, dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio. A Lei das Sociedades por Ações permite que seja suspenso o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas em um determinado exercício social caso o conselho de administração da Companhia determine que esse pagamento não é aconselhável devido à situação financeira da Companhia. Ademais, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido da Companhia poderá ser (i) capitalizado; (ii) utilizado para compensar perdas; ou (iii) acumulado e alocado para uma reserva especial e poderá não estar disponível para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, inclusive em razão de contratos de empréstimo ou financiamento que restrinjam a distribuição de dividendos pela Companhia. O não recebimento de dividendos pode ser decorrente inclusive dos prejuízos acumulados contabilizados no balanço patrimonial da Companhia nos últimos exercícios, bem como de outros prejuízos caso a Companhia mantenha esse padrão. Caso esses eventos ocorram, os detentores das ações ordinárias da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pode ficar comprometido em razão de eventual alteração na legislação tributária.

A Companhia pode ter que emitir novos valores mobiliários para captar recursos, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no seu capital social.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro e pode optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o capital social da Companhia poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social. Além disso, uma diluição da participação dos acionistas em ações ordinárias da Companhia pode ocorrer no caso de uma fusão, consolidação ou qualquer outro evento societário de efeito similar em relação a empresas que a Companhia possa adquirir no futuro.

A Companhia possui cláusulas restritivas à capacidade de endividamento (“Covenants”) em determinadas dívidas e o descumprimento de tais Covenants pode causar o vencimento antecipado das dívidas.

A Companhia está sujeita a *Covenants* existentes nos contratos de empréstimos firmados com Instituições Financeiras, quais sejam, cláusulas de vencimento antecipado caso, em cada exercício fiscal avaliado, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a Dívida Líquida da Companhia em relação ao EBITDA não seja menor que 1,5 vezes em 2020, 1,5 vezes em 2021, 1,0 vez em 2022 e 1,0 vez em 2023.

Caso a Companhia não seja capaz de atender referidos *Covenants*, as dívidas poderão vencer antecipadamente e a Companhia deverá realizar o pagamento do valor principal acrescido de juros, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em contratos de Empréstimos existentes. Para mais informações, ver seções 2.1.f deste Formulário de Referência.

O vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros pode afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante em seus negócios e em sua situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em condições favoráveis, o que poderá afetar de maneira significativamente negativa sua condição financeira e resultados operacionais e financeiros.

A capacidade da Companhia de captar recursos, inclusive por meio de financiamento de bancos de desenvolvimento, a emissão de títulos e valores mobiliários no mercado de capitais ou o refinanciamento de empréstimos existentes, é fundamental para suas operações e para a implementação da sua estratégia de crescimento, uma vez que os fluxos de caixa advindos de suas operações podem não ser suficientes para atender às suas necessidades de capital. A Companhia pode não conseguir renovar suas atuais linhas de crédito, contratar novos financiamentos ou emitir títulos e valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em termos favoráveis para atender às suas necessidades ou obrigações financeiras. O índice de endividamento calculado pelo Passivo Circulante adicionado pelo Passivo Não Circulante dividido pelo Patrimônio Líquido totalizou 0,26x em 31 de dezembro de 2023 e 0,53x em 31 de dezembro de 2022.

Os mercados de dívida local e de capitais podem ser impactados pelo custo do crédito, por fatores político-econômicos e por pandemias (como foi o caso da COVID-19). Esses eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, o custo de financiamentos aumentou, haja vista que muitos credores elevaram as taxas de juros, adotaram padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

Na hipótese de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir títulos e valores mobiliários nos mercados de capitais ou refinar seu endividamento quando necessário e não conseguir obter ou renovar garantias bancárias ou de seguro, ou se tais atividades estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir atender às suas necessidades de capital e obrigações financeiras ou aproveitar as oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide itens 2.1(f), e 13.3 deste Formulário de Referência.

(b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem divergir ou ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

A Companhia é controlada por um grupo de acionistas signatários de um acordo de acionistas. Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia e, sujeito a determinadas exceções, determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência da assembleia geral de acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, especialmente aquelas descritas no item 11.2 deste Formulário de Referência, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

Adicionalmente, quaisquer dos acionistas controladores da Companhia poderão optar por vender parcela significativa ou a totalidade de suas respectivas participações a terceiros. Caso não haja um acionista controlador, os acionistas da Companhia poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados e, em consequência, poderão ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Caso surja um novo grupo de acionistas agindo em conjunto ou vinculado por acordo de voto e este grupo passe a deter o poder decisório da Companhia, esta pode sofrer mudanças repentinas e inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, é possível que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e aos conflitos daí decorrentes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

Possuímos receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 11.2 deste Formulário de Referência. Não podemos garantir que nossa Política de Transações com Partes Relacionadas (descrita no item 11.1 deste Formulário de Referência) seja eficaz para evitar situações de potencial conflito de interesse entre as partes e que nossos acionistas controladores ou os administradores por eles eleitos prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, à observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante seja a Companhia ou sociedade por ela controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada pela Companhia e tenha como acionistas os acionistas controladores ou administradores da Companhia.

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia. Adicionalmente, caso transações com partes relacionadas em caráter não comutativo sejam celebradas, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas minoritários da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados.

(c) Controladas e coligadas

Resultados negativos de Sociedades Controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.

A Companhia possui participação direta em diversas sociedades. Por conseguinte, uma parte de seu resultado deriva do resultado das sociedades em referência e, sendo assim, eventuais resultados insuficientes de investidas, controladas ou coligadas poderão afetar desfavoravelmente o resultado operacional da Companhia. Ainda, o resultado consolidado das operações da Companhia poderá ser afetado pela piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios.

Além disso, durante a campanha presidencial, o atual governo propôs a revogação da isenção do imposto de renda sobre o pagamento de dividendos, a qual, se promulgada, poderia vir a aumentar as despesas tributárias associadas a qualquer dividendo ou distribuição, o que poderia impactar a capacidade da Companhia de pagar e receber, de suas subsidiárias, futuros dividendos ou distribuições em dinheiro.

(d) Seus administradores

A perda de membros da alta administração e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores qualificados pode causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte dos esforços e da capacidade da alta administração, que é formada por executivos-chave. A perda dos membros da alta administração, por qualquer motivo, poderá afetar de modo adverso e relevante os negócios e, conseqüentemente, os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, a Companhia pode não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. O sucesso da Companhia também depende da sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia da informação, *marketing* e serviços aos clientes. A competição por tais executivos altamente qualificados é intensa e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, a Companhia pode não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, conseqüentemente, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

(e) Seus fornecedores

A Companhia poderá sofrer demandas judiciais de compradores e fornecedores que sofram prejuízos decorrentes da compra e venda de produtos por meio da plataforma digital da Companhia, podendo causar danos à sua imagem, marcas e resultados financeiros.

Por meio da plataforma digital da Companhia, compradores e fornecedores se tornam usuários cadastrados e podem efetuar compra e venda de produtos do setor de saúde. Por meio deste modelo, fornecedores vendem os seus produtos e os compradores adquirem produtos de acordo com as suas necessidades e especificações, utilizando a plataforma digital da Companhia como uma ferramenta para identificação de oportunidades para compra e venda de produtos, não estando sob o controle da Companhia o cumprimento das obrigações e responsabilidades havidas por compradores

4.1 Descrição dos fatores de risco

(obrigação de pagar o preço negociado) e fornecedores (obrigação de entregar o produto com qualidade e dentro das especificações acordadas). Caso algum fornecedor não cumpra com suas obrigações perante os compradores ou caso algum comprador não pague pelos produtos negociados, a Companhia pode sofrer demandas judiciais de fornecedores ou compradores que tenham sofrido prejuízos em negociações fomentadas por intermédio da plataforma. A Companhia pode ainda correr o risco de responsabilização por compradores que tenham adquirido produtos defeituosos, irregulares, vencidos ou falsificados e que procurem imputar à Companhia a responsabilidade pela qualidade dos produtos oferecidos por fornecedores cadastrados na plataforma, bem como em relação a produtos que infrinjam direitos de propriedade intelectual ou de distribuição.

Eventuais alegações contra a Companhia referentes à qualidade dos produtos ofertados por fornecedores em sua plataforma poderão causar um efeito material adverso em sua reputação, imagem, atividades e situação econômica, além de poder gerar uma obrigação de indenizar e, conseqüentemente, impactar negativamente os resultados da Companhia.

A companhia realiza a análise dos documentos que são anexados à plataforma de compras pelos clientes fornecedores, de acordo com a categoria que eles pretendem comercializar, previamente à sua disponibilização aos clientes compradores. Dessa forma, sinaliza a estes a eventual falta ou divergência de documentos na tela de resposta das suas cotações. Essa análise prévia não garante a idoneidade dos clientes fornecedores, sendo necessária a avaliação dos documentos e produtos comercializados pela área regulatória dos compradores. Dessa maneira, a Companhia não pode descartar o risco de que compradores que venham a sofrer prejuízos decorrentes da aquisição de produtos com vícios, falhas ou vencidos, busquem responsabilizar a Companhia por eventuais prejuízos sofridos em decorrência de aquisições realizadas nessa situação.

A Companhia depende de prestadores de serviços de back office e de tecnologia da informação para realizar suas atividades. Qualquer interrupção na prestação de serviço por tais prestadores ou a incapacidade da Companhia em manter a contratação de tais serviços em termos e condições favoráveis à Companhia poderá impactar adversamente seus negócios e sua situação financeira.

Os sistemas de *back office* e de tecnologia da informação da Companhia, quais sejam *links* de internet para clientes, telefonia fixa e móvel, aplicativos e diversos *softwares* de operação da produção da Companhia, banco de dados e ambiente de nuvem para armazenamento (*cloud services*), sistema de manutenção dos servidores remotamente, entre outros, são complexos e fornecidos por terceiros.

As operações e, conseqüentemente, os resultados da Companhia podem ser adversamente impactados caso ocorra qualquer interrupção no fornecimento desses serviços, seja em razão de falhas, inclusive aquelas relacionadas à obtenção de consentimento de terceiros ou licenças para a propriedade intelectual utilizadas no equipamento ou *software* que fabricam ou utilizam, e/ou de descumprimento por parte desses prestadores de serviços de suas obrigações perante a Companhia.

Adicionalmente, se a Companhia não for capaz de manter ou renovar os contratos com os atuais prestadores de serviços, poderá ter dificuldades na integração dos sistemas a novos prestadores, o que pode gerar problemas operacionais e custos adicionais. Ainda, a Companhia pode não ser capaz de realizar a substituição desses prestadores de serviços em tempo hábil ou de evitar falhas no período de transição, o que também pode impactar adversamente as operações da Companhia.

Determinados serviços oferecidos pela Companhia dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventuais términos dessas licenças podem atrasar o lançamento de serviços ou sujeitar a Companhia ao pagamento de taxas de licenciamento mais altas, o que poderá afetar sua reputação, sua condição financeira e seus resultados.

A Companhia não pode garantir que as licenças necessárias para uso de *softwares*, linguagens de programação e/ou plataforma de terceiros serão mantidas ou renovadas. Alterações nos termos das licenças de terceiros podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento ou fazer com que os serviços se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, o que poderá obrigar a Companhia a aumentar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento ou contratar outros terceiros para assegurar a continuidade do desempenho de seus serviços, o que levará tempo e importará em custos eventualmente superiores aos incorridos atualmente.

A perda de acesso a dados de fontes externas pode prejudicar a capacidade da Companhia de fornecer seus serviços a seus clientes, o que poderá afetar sua rentabilidade, sua reputação e resultados.

A Companhia depende de certos dados que são de fontes externas, tais como: relatórios de vendas diárias, relatórios de estoques diários, pedidos de compras e notas fiscais eletrônicas. Tais dados são fornecidos por varejistas, distribuidores, indústrias, parceiros tecnológicos, fontes governamentais e de registro público para o desenvolvimento de seus programas de gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos e para a prestação de seus serviços.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso: (a) um número substancial de fontes de dados (tais como parceiros tecnológicos, redes de varejo, distribuidores e registros públicos) não possam fornecer dados para a continuação e desenvolvimento de programas de gerenciamento e necessários à sincronização da cadeia de suprimentos oferecidos pela Companhia; (b) o acesso aos dados for perdido devido à regulamentação governamental, tal como inadequação dos contratos à LGPD, ou leis similares de outros países em que operamos; (c) o direito exclusivo ao uso de dados for perdido; ou (d) a coleta, a divulgação ou o uso de dados ficar acima do orçamento da Companhia; a capacidade da Companhia de fornecer serviços aos clientes pode sofrer um impacto negativo significativo, resultando na diminuição da receita e danos a sua reputação. Além disso, os atuais provedores de dados da Companhia podem optar por disponibilizar tais informações aos concorrentes da Companhia.

Por fim, não há garantia de que será possível obter dados de fontes alternativas se as fontes atuais e/ou futuras ficarem indisponíveis e/ou ficarem disponíveis a custos elevados, a ponto de inviabilizar a continuidade de seu uso nas atividades da Companhia, o que poderá impactar adversamente seus resultados.

Para informações sobre outros riscos relacionados ao não cumprimento das leis de proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição e sobre o enquadramento do tratamento desses dados com as disposições da LGPD, vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

(f) Seus clientes

Uma diminuição no ritmo de crescimento do uso de tecnologia nos negócios por clientes, atuais e potenciais, da Companhia poderá afetar adversamente e de forma relevante os negócios e resultados da Companhia.

As operações da Companhia dependem do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por seus clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes atuais e potenciais da Companhia podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de concentrar recursos em outras prioridades ou podem decidir utilizar recursos próprios internos em vez de serviços ou produtos contratados junto a terceiros como a Companhia.

Além disso, muitas empresas já investiram recursos substanciais em seus negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem seus processos e infraestruturas existentes ou que impliquem o armazenamento ou gerenciamento de seus dados ou dados de terceiros (especialmente pacientes). Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios dos clientes atuais e potenciais da Companhia ou de diminuição dos gastos dos clientes atuais e potenciais da Companhia em tecnologia ou ainda, se a Companhia não for capaz de convencer seus clientes a adotar novas soluções tecnológicas por ela oferecidas, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

A incapacidade da Companhia de manter as relações comerciais de longo prazo com seus clientes nos mesmos volumes, ou em volumes maiores, e/ou de renegociar tais relações em termos favoráveis à Companhia poderá afetar negativamente a sua capacidade de crescimento e adversamente sua competitividade e seus resultados operacionais.

A Companhia possui relacionamentos de longo prazo com seus clientes, que podem, a qualquer momento, rescindir unilateralmente os contratos que celebraram com a Companhia, reduzindo substancialmente o volume de negócios e a receita líquida da Companhia. A possibilidade de rescisão unilateral decorre da relação contratual existente entre a Companhia e todos os seus clientes, que permite a rescisão a qualquer momento, por meio de notificação enviada à Companhia pelo cliente com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência. Além disso, o encerramento das relações comerciais com tais clientes pode conceder oportunidades de negócios aos concorrentes da Companhia, prejudicando sua posição no mercado e enfraquecendo sua marca, o que poderá afetar negativamente seus negócios futuros e causar impactos relevantes e adversos em seus resultados financeiros e operacionais.

A estratégia de crescimento da Companhia depende em grande parte de sua capacidade de aumentar a penetração dos produtos e serviços oferecidos à sua base de clientes existente. Consequentemente, a perda de clientes em volumes relevantes impediria tal estratégia e as perspectivas de crescimento da Companhia em geral.

A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou renovar os contratos existentes com seus clientes nem recuperar valores devidos por clientes ou parceiros de negócios inadimplentes. A perda de um ou mais clientes ou parceiros de negócios de longo prazo ou renegociações com tais clientes e parceiros em termos comerciais desfavoráveis à Companhia poderá afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(g) Setores da economia nos quais o emissor atue

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no setor de software altamente competitivo.

A Companhia atua em um mercado global, regional e local de *softwares* e serviços a eles relacionados, com forte presença de fornecedores de *softwares* de gestão empresarial integrada, desenvolvedoras de *softwares* que são disponibilizados gratuitamente e empresas prestadoras de serviços de consultoria e *startups* de tecnologia. Alguns desses competidores atuais ou potenciais da Companhia estão envolvidos em uma gama mais abrangente de negócios, sendo que alguns deles possuem maior base instalada de clientes para seus serviços ou possuem recursos financeiros, técnicos, de vendas e de outra natureza, significativamente maiores do que os da Companhia, incrementando, assim, sua capacidade de concorrência em relação à Companhia. Do mesmo modo, a Companhia pode perder participação de mercado se as empresas com as quais compete introduzirem ou adquirirem novos produtos que concorram com os seus ou adicionarem novas funcionalidades a esses, o que pode causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

Adicionalmente, atuais clientes da Companhia podem desenvolver soluções próprias que substituam as que atualmente adquirem da Companhia ou contratar profissionais especializados que supram a demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia e, portanto, poderão deixar de consumir os serviços da Companhia, resultando em impacto adverso e relevante na receita da Companhia.

Ademais, alguns dos concorrentes da Companhia podem optar por vender produtos e/ou serviços que competem com os da Companhia a preços mais baixos, aceitando margens e lucratividade mais baixas, ou podem vender produtos e/ou serviços a preços mais baixos, individualmente ou como parte de pacotes, modelos mais avançados ou técnicas melhores ou com mais funcionalidades, com maior facilidade de implantação junto a clientes, ou economias de escala. Todos os fatores acima poderão impactar negativamente as margens e resultados operacionais da Companhia, bem como prejudicar sua capacidade de obter novos clientes em condições favoráveis.

(h) Regulação dos setores em que o emissor atue

A perda ou redução de benefícios fiscais conferidos pela Lei do Bem poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia não usufruiu de benefícios fiscais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, mas poderá usufruir de benefícios fiscais decorrentes da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), caso cumpra os requisitos estabelecidos para fruição de tal benefício. Em relação a esses benefícios federais instituídos no âmbito da referida Lei e dirigidos ao incentivo da inovação tecnológica, a sua fruição é permitida contanto que os requisitos impostos pela legislação sejam observados pelo beneficiário. Nesse sentido, procedimentos contábeis e obrigações acessórias de natureza fiscal precisam ser devidamente confirmados e validados em conformidade com as delimitações contidas na legislação em vigor sobre o tema. Para maiores informações a respeito do impacto financeiro nos negócios da Companhia decorrentes dos incentivos fiscais, vide item 1.4 deste Formulário de Referência.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, pelo fato da Companhia ter apurado prejuízos fiscais, não houve aproveitamento destes benefícios fiscais. A revogação ou perda de tais benefícios fiscais poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

Não podemos assegurar que este benefício fiscal será mantido ou renovado. Para garantir a continuidade desse incentivo durante seu prazo de vigência, a Companhia deverá cumprir uma série de requisitos que podem ser contestados, inclusive em juízo. Se esse benefício fiscal não for renovado ou for modificado, limitado, suspenso ou revogado, os negócios, as atividades e a condição financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária ou efeitos no seu fluxo de caixa.

A revogação ou perda de tais benefícios fiscais poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

Alterações nas legislações tributárias podem afetar adversamente a estratégia e os resultados da Companhia.

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais, como mudanças nas alíquotas e criação de tributos, temporários ou permanentes, que podem afetar a estratégia da Companhia. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode restringir sua capacidade de fazer negócios e, portanto, afetar de forma adversa e relevante sua lucratividade. Dentre as mudanças que podem afetar materialmente os negócios da Companhia, estão a reforma tributária, a revogação de isenções fiscais e alterações significativas na legislação do ICMS e do PIS/COFINS, incluindo aumento de alíquotas, alterações de base de cálculo, entre outros.

Alterações dessa natureza, como por exemplo, a instituição de um imposto sobre valor agregado com alíquota elevada, podem resultar em uma maior tributação a ser aplicada na Companhia, com impacto adverso sobre estratégia e competitividade da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, durante a campanha presidencial, o atual governo propôs a revogação da isenção do imposto de renda sobre o pagamento de dividendos, a qual, se promulgada, poderia vir a aumentar as despesas tributárias associadas a qualquer dividendo ou distribuição, o que poderia impactar a capacidade da Companhia de pagar e receber futuros dividendos ou distribuições em dinheiro.

(i) Países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia pode enfrentar dificuldades no que diz respeito à expansão de seus produtos em mercados estrangeiros.

Atualmente, a Companhia possui clientes em outros mercados além do brasileiro, que representaram 91,1% da receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e suas estratégias de longo prazo incluem expansão adicional nesses mercados. A Companhia pode enfrentar dificuldades relacionadas aos mercados estrangeiros ou aos mercados em que atualmente opera ou operará no futuro, dentre outras: (i) mudanças regulatórias imprevistas; (ii) incapacidade de atrair pessoal e gerir operações fora do Brasil; (iii) mudança da legislação tributária; (iv) mudanças das políticas e regulamentos comerciais e de investimento; (v) dificuldades no registro e proteção de marcas e *softwares*; (vi) adoção de medidas de proteção, subsídio e outras formas de favorecimento governamental a concorrentes originários de tais mercados estrangeiros; e (vii) condições gerais políticas, sociais e econômicas; e (viii) barreiras culturais e linguísticas.

Caso um ou mais desses riscos se materializarem e a Companhia não seja capaz de superar essas dificuldades, a Companhia poderá ficar incapacitada de implementar sua estratégia de expansão internacional.

(j) Questões sociais

Até a data deste Formulário de Referência, não identificamos a existência de riscos sociais para as atividades desenvolvidas pela Companhia, o que poderá frustrar a capacidade da Companhia de atingir as suas metas de crescimento e, portanto, afetar adversamente a Companhia.

(k) Questões ambientais

Até a data deste Formulário de Referência, não identificamos a existência de riscos ambientais para as atividades desenvolvidas pela Companhia, o que poderá frustrar a capacidade da Companhia de atingir as suas metas de crescimento e, portanto, afetar adversamente a Companhia.

(l) Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Mudanças climáticas, ou medidas legais, regulamentares ou de mercado para enfrentar as mudanças climáticas, podem afetar negativamente os negócios ou operações da Companhia.

Há uma preocupação crescente sobre os impactos adversos causados pelas emissões de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa na atmosfera como o aumento das temperaturas globais, mudança dos padrões de tempo e a maior frequência e gravidade dos climas extremos e desastres naturais. As expectativas públicas para redução das emissões de gases de efeito estufa poderão resultar em aumento do custo da energia, transporte e matérias-primas e podem exigir que a Companhia faça investimentos adicionais em instalações e equipamentos devido ao aumento das pressões regulatórias e/ou sociais. Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas poderiam causar impactos materiais adversos de longo prazo nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

(m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da COVID-19, declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso nas operações da Companhia. A extensão da pandemia da COVID-19, as respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia dependem de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito adverso relevante nos negócios, na condição financeira, nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Companhia.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou a COVID-19 (“Sars-Cov-2”), como uma pandemia. Tal declaração desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de maneira geral pela população. No Brasil e em outros países da América Latina onde a Companhia possui uma importante base

4.1 Descrição dos fatores de risco

de clientes, alguns estados e municípios seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e distanciamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população brasileira em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de Companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

A Companhia sofreu certas limitações (como acesso limitado às instalações da empresa pela administração, equipe de suporte e consultores profissionais) e ações adicionais tomadas pelo governo brasileiro ou por outros governos podem ter um efeito adverso em suas operações e resultados financeiros.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, incluindo um aumento do desemprego, pode resultar em (i) aumento do inadimplemento dos clientes da Companhia; (ii) redução do número de clientes da Companhia em razão de falências; (iii) aumento do ajuizamento de demandas individuais ou coletivas em face da Companhia objetivando a suspensão do registro de protestos e da inclusão dos nomes de devedores nos órgãos de proteção ao crédito; e (iv) mudanças significativas nos processos internos dos clientes da Companhia, que podem levar à redução ou à descontinuação do uso dos produtos da Companhia. Todos esses fatores podem acarretar a diminuição da demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia, bem como levar à necessidade de renegociação de contratos com clientes em termos desfavoráveis à Companhia e, conseqüentemente, afetar seus resultados operacionais e financeiros. Não é possível prever se as autoridades governamentais colocarão em prática mais medidas restritivas que, se implementadas, podem levar a mudanças significativas e potencialmente ao encerramento das operações dos clientes da Companhia.

Em razão da pandemia da COVID-19, a Companhia poderá também enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais a Companhia está sujeita no âmbito dos instrumentos que regem seu endividamento. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as operações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros, inclusive comprometer seu plano de expansão.

A medida em que a COVID-19 afetar os negócios da Companhia, os resultados das operações e a situação financeira dependerão de desenvolvimentos futuros, que são incertos e não podem ser previstos, incluindo, entre outros, a duração e a propagação do surto, eventuais novas ondas nos países onde a Companhia atua, inclusive decorrente de novas cepas e variantes, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto, cronograma de aplicação de vacinas e eficácia delas, e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais normais podem ser retomadas. Mesmo depois que o surto de COVID-19 estiver sob controle, a Companhia pode continuar a sofrer impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico global, incluindo qualquer recessão que ocorra ou possa ocorrer no futuro.

Em março de 2021, novas regulamentações governamentais foram impostas em várias cidades em todo o Brasil exigindo medidas de distanciamento social e outros fechamentos à medida que o número de casos de COVID-19 e mortes relacionadas com COVID-19 continuaram a aumentar, com o acompanhamento de estresses nos sistemas hospitalares em todo o Brasil. Ao mesmo tempo, uma proporção relativamente baixa da população brasileira recebeu vacinas devido à escassez de suprimentos e atrasos na aprovação regulatória brasileira de certas vacinas.

Haja vista que os efeitos da pandemia da COVID-19, novas pandemias podem afetar negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, bem como ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção "4.1. Fatores de Risco".

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- política monetária;
- flutuação cambial;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- racionamento de água e energia;
- políticas sanitárias;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política;
- expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia de COVID-19; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades e, conseqüentemente, os resultados operacionais, podendo afetar adversamente o preço de negociação de ações da Companhia.

A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a “Operação Lava Jato”. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, foram condenados por corrupção por terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As condições políticas, sociais e econômicas dos países em que operamos podem nos afetar negativamente.

Enfrentamos riscos relacionados aos mercados internacionais em que operamos, incluindo principalmente: (i) interferência dos governos locais nas políticas econômicas; (ii) taxas de câmbio instáveis e desvalorização das moedas locais; (iii) deterioração das condições econômicas; (iv) inflação e taxas de juros; (v) controles cambiais e restrições às remessas ao exterior, incluindo remessa de dividendos; (vi) política fiscal e regime tributário; (vii) política de comércio exterior, incluindo impostos e tarifas; (viii) liquidez nos mercados financeiros, de capitais e de crédito; e (ix) outros riscos políticos, sociais e econômicos que afetam os mercados em que operamos.

Estamos sujeitos a crises econômicas internacionais e ao declínio da renda per capita nos países em que operamos, especialmente na Argentina e na Colômbia, onde nossas operações no ano findo em 31 de dezembro de 2023 representaram 3,4% e 4,4% de nossa receita operacional líquida, respectivamente. Os governos da Argentina e da Colômbia têm historicamente exercido influência substancial sobre suas respectivas economias, com frequentes mudanças nas políticas monetária, fiscal e regulatória, que provavelmente continuarão a ter um efeito significativo sobre as empresas que operam nesses países, incluindo nós. Não podemos prever quais políticas os governos desses países irão adotar e, conseqüentemente, não podemos assegurar que futuros desenvolvimentos nas políticas governamentais ou nas economias desses países não nos afetarão adversamente.

A economia argentina tem experimentado uma volatilidade significativa nas últimas décadas, incluindo numerosos períodos de crescimento baixo ou negativo e níveis altos e variáveis de inflação e desvalorização da moeda. No ano encerrado em 31 de dezembro de 2023, o PIB do país diminuiu 1,6%. A inflação anual, embora tenha desacelerado num contexto de queda da atividade econômica, atingiu 211,4% no ano findo em 31 de dezembro de 2023, apesar da existência de controles de preços. Entre outras variáveis, o BADLAR (Buenos Aires Deposits of Large Amount Rate) dos bancos privados da Argentina atingiu taxa anual efetiva de 109,8% ao final de 2023, conforme publicado pelo Banco Central local, e o peso argentino sofreu uma desvalorização de 78% em relação ao dólar americano de 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2023. A economia argentina também é sensível aos desenvolvimentos políticos locais. O país vem enfrentando desafios singulares em matéria macroeconômica, a tensão social e política e os altos níveis de pobreza e desemprego persistiram, e a atividade industrial e o consumo diminuíram consideravelmente. A deterioração da economia aumentou significativamente a agitação social e política, incluindo tumultos civis, motins, protestos em todo o país, greves e manifestações de rua. Com o novo governo eleito em 2023 com plano bastante divergente de seus antecessores é difícil prever o impacto das medidas que este governo adotou ou irá adotar.

No ano que terminou em 31 de dezembro de 2023, o PIB da Colômbia diminuiu cresceu 0,6%. Como resultado da contração esperada das receitas do governo, devido à recessão causada pela pandemia da COVID-19 e pela política anticíclica, o governo aumentou a meta de déficit fiscal chegando a 5,3% do PIB para 2023. Além disso, o Banco Central da Colômbia revisou gradualmente a taxa de juros de referência do país saindo de 1,75% em 2020 para 13,0% ao final de 2023. Durante 2023, o peso colombiano experimentou uma volatilidade significativa, que resultou em uma valorização frente ao dólar de 26% entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023. Quaisquer mudanças nas leis e regulamentos fiscais, e suas interpretações, podem afetar nossa carga tributária, aumentando as taxas e impostos, criando novos impostos, limitando deduções fiscais e eliminando incentivos baseados em impostos e renda isenta de impostos. Tais mudanças legislativas podem ter um impacto adverso sobre nossa condição comercial e financeira.

Nenhuma garantia pode ser dada de que a economia argentina e colombiana crescerão ou de quando os países sairão da recessão, especialmente à luz de eventos recentes, como a pandemia da COVID.

Além disso, as taxas de inflação nos países em que operamos têm sido historicamente altas, e não podemos garantir que a inflação permanecerá ou voltará a níveis elevados. As pressões inflacionárias podem afetar adversamente nossa capacidade de acesso aos mercados financeiros estrangeiros, levando a efeitos adversos em nossos planos de gastos de capital. As pressões inflacionárias podem reduzir o poder de compra dos consumidores ou levar os governos a instituir certas políticas anti-inflacionárias, tais como o aumento das taxas de juros. As pressões inflacionárias podem nos afetar adversamente.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, conseqüentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária - COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, têm produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, podemos não ser capazes de ajustar os preços que cobramos dos clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que aumentará os custos da Companhia no Brasil e reduzirá suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro poderá optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros afetará não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo da dívida atual da Companhia, bem como em o caixa da Companhia e seus equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação poderão afetar adversamente a Companhia.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. A moeda brasileira foi desvalorizada periodicamente no passado em relação ao dólar dos Estados Unidos e outras moedas estrangeiras, mas em 2023 teve variação de valorização frente à moeda americana. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de câmbio real x dólar americano era de R\$ 4,86 para US\$ 1,00, se valorizando em 8,71 em relação ao dólar americano, em comparação com 31 de dezembro de 2022.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos seus custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Adicionalmente, a Companhia ganha receitas, paga despesas, ativos próprios e incorre em passivos em países que não usam a moeda oficial brasileira. Como suas demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, deve converter receitas e despesas, bem como ativos e passivos em reais às taxas de câmbio em vigor durante ou no final de cada período do relatório. Portanto, aumentos ou diminuições no valor do Real em relação a outras moedas nos países em que opera afetarão seus resultados operacionais e o valor dos itens do balanço denominados em moedas estrangeiras. A Companhia pode não conseguir reduzir os riscos inerentes às exposições a flutuações de moeda estrangeira, o que poderá afetá-la de maneira adversa.

Qualquer desvalorização adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, após isso, o Brasil sofreu sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após alguns anos de oscilação na nota de risco de crédito soberano do Brasil, em junho de 2023 é que Standard & Poor eleva a perspectiva para positiva (BB-, positiva) pela primeira vez desde a pandemia (COVID-19) Ainda em 19 de dezembro de 2023 a agência de avaliação elevou o rating de BB- para BB, estável. Na data de apresentação deste Formulário, a nota de crédito soberano do Brasil era BB estável, Ba2 positivo e BB estável, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

Como resultado desses rebaixamentos, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira pode levar a novos rebaixamentos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir que as agências de crédito manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Além disso, em 7 de novembro de 2020, Joseph Biden venceu a eleição presidencial dos Estados Unidos da América e em 20 de janeiro de 2021 assumiu o cargo como o 46º Presidente dos Estados Unidos da América. A Companhia não tem controle e não pode prever o efeito da administração de Biden ou de suas políticas. Tais acontecimentos, bem como potenciais crises e outras formas de instabilidade política deles decorrentes ou quaisquer outros acontecimentos não previstos, podem afetar adversamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações. O Presidente dos Estados Unidos da América tem poder considerável para determinar políticas e ações governamentais que podem gerar um efeito adverso relevante na economia global e na estabilidade política global. A Companhia não pode assegurar que o novo governo implementará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina orçamental e os investimentos nacionais e estrangeiros, o que pode ter um efeito adverso relevante no mercado financeiro e no mercado de valores mobiliários no Brasil, bem como nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos valores mobiliários de titularidade de emissores brasileiros.

Além disso, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, por exemplo, traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Adicionalmente, o conflito impacta o fornecimento global de commodities agrícolas, de modo que, havendo reajuste para cima do preço dos grãos devido à alta procura, a demanda pela produção brasileira aumentaria, tendo em vista a alta capacidade de produção e a consequente possibilidade de negociar por valores mais competitivos; dessa forma, aumentam-se as taxas de exportação e elevam-se os preços internos, o que gera ainda mais pressão inflacionária. Por fim, importante mencionar que a Companhia, assim como parcela significativa do agronegócio brasileiro é altamente dependente de fertilizantes importados da Federação Russa, bem como de dois de seus aliados (República da Bielorrússia e República Popular da China); dessa forma, a mudança na política de exportação desses produtos poderá impactar negativamente a economia e, por consequência, o mercado de capitais. Frise-se que, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitas outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global.

Os resultados financeiros e o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras podem ser influenciados, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente.

Dentre os possíveis eventos que podem impactar condições econômicas globais, tem-se em 2024 a eleição para presidência dos Estados Unidos da América. A Companhia não tem controle e não pode prever os efeitos deste evento, da futura administração ou de suas políticas sobre o mercado global. Outros fatores que podem influenciar a economia brasileira são os conflitos geopolíticos que se estendem na atualidade, como os do leste europeu ou no continente asiático. Tais acontecimentos, bem como potenciais crises e outras formas de instabilidade política deles decorrentes ou quaisquer outros acontecimentos não previstos, podem afetar adversamente a Companhia e seus resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisível, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado das ações de sua emissão.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado e diretamente, o mercado de ações.

Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar, o que poderá ter um impacto adverso na Companhia.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade e os preços de seus serviços, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados em que atua, afetando negativamente a Companhia.

O governo brasileiro está discutindo possíveis propostas de reforma tributária visando: (a) impor a tributação de dividendos; e (b) alterar a tributação indireta, especialmente no que diz respeito à criação do Imposto sobre Valor Agregado centralizando e substituindo determinados impostos sobre o consumo (por exemplo, contribuições PIS e COFINS, IPI, ICMS e ISS).

Em fevereiro de 2023, o STF proferiu decisão reconhecendo a possibilidade de reverter decisões transitadas em julgado proferidas por tribunais brasileiros em matéria tributária, caso o STF posteriormente mude sua interpretação de tais questões. A emissão de decisões judiciais semelhantes com efeito imediato em questões tributárias decididas em decisões transitadas em julgado pode impactar nossos negócios no futuro. Isso poderia nos expor a passivos fiscais imediatos se o STF mudar sua posição sobre questões tributárias envolvendo nossos negócios.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1. As perspectivas de negócios da Companhia e seu crescimento dependem da capacidade da Companhia de antecipar e adaptar-se à evolução de novas tecnologias, tendências do mercado, demandas dos clientes e padrões da indústria.
2. Podemos não ser capazes de implementar com sucesso nossa ambiciosa estratégia de crescimento.
3. A Companhia e seus fornecedores estão sujeitos a falhas e interrupções em seus serviços, sistemas e software, incidentes de segurança cibernética, e outros eventos similares, o que poderá impactar adversamente a Companhia.
4. A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mal funcionamento de suas soluções digitais.
5. Nossas estratégias comerciais são baseadas em projeções e suposições que podem ser comprovadamente imprecisas, e podemos não ser lucrativos por um número indeterminado de anos.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Riscos de mercado: descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são associados à taxa de juros e à taxa de câmbio observadas no cenário macroeconômico.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas subsidiárias (“Grupo”) ou o valor de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial de suas operações no exterior, originados a partir das diferenças entre as moedas funcionais de suas subsidiárias estrangeiras e o Real. As moedas funcionais das subsidiárias no exterior são, principalmente: Peso Argentino (“ARP”), Peso Colombiano (“COP”) e Peso Mexicano (“MXM”).

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é aquele pelo qual o Grupo poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas como também alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos do Grupo indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

A Administração do Grupo não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para cenários dos juros (CDI em 25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI de 10,04% a.a. A estimativa de CDI tem como base projeções do mercado futuro B3 S.A. Qualquer redução dos respectivos cenários abaixo resultaria no impacto contrário.

Consolidado (em milhares de Reais)	31/12/2022	Taxa Provável	Provável	25%	50%
		(i)	(i)	(i)	(i)
Aplicações financeiras + restritas vinculadas ao CDI	140.722	10,04%	14.128	17.661	21.193
Empréstimos (ii)	(4.142)	11,25%	(466)	(582)	(699)
Exposição Líquida	-	-	-	-	-
Impacto Líquido (i)	136.580	-	13.662	17.079	20.494

(iv) Impacto líquido - Corresponde ao impacto anual (isto é, próximos 12 meses de juros), que afetaria o resultado e o patrimônio líquido se a mudança tivesse ocorrido já em 31 de dezembro de 2023 e não houvesse impacto nos demais fatores.

(v) Levando em consideração que para os empréstimos, o teste de sensibilização foi realizado apenas para aqueles que possuem a taxa de juros variável, por entender que este tipo de empréstimo está sujeito a risco por variação da taxa.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Processos: descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme as normas contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos e pela Administração, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos e pela Administração como processos com chance de perda provável. Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes que a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2023, segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Processo nº 1033513-40.2017.8.26.0100	
a. Juízo	28ª Vara Cível do Foro Central Cível da Capital do estado de São Paulo/SP
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	12/04/2017
d. Partes no processo	Ativo: Bionexo do Brasil S.A.
	Passivo: GTPlan Prestação de Serviços de Informática Ltda. - EPP; Nimbi S.A.; Keila Andrade Dias; Thiago Fernandes Fialho; e Gláucio José Rezende
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 693.144,41 (valor atualizado da causa)
f. Principais fatos	<p>A Bionexo ajuizou demanda com pedido liminar para que: (i) fosse declarada a inexistência de relação jurídica que autorize qualquer das partes contratantes a rescindir o Memorando de Entendimentos com base em não cumprimento de metas fixadas de comum acordo com consequente declaração de ilegalidade da notificação de rescisão do contrato enviada pela GTPlan; (ii) fosse anulada a venda das 2.251 quotas de emissão da GTPlan de Thiago Fernandes Fialho e Gláucio José Rezende para Nimbi S.A. e Keila Andrade Dias, bem como fosse reconhecido o direito ao exercício de preferência pela Bionexo; e (iii) fossem os Réus condenados ao pagamento de indenização por prejuízos causados em decorrência de alegada violação das cláusulas de não competição e exclusividade no âmbito do Memorando de Entendimentos firmado entre as partes; e (iv) fosse declarada a possibilidade de compensação do valor de R\$242.046,96, devidamente atualizados, adiantados à GTPlan pela Bionexo.</p> <p>Em janeiro de 2022 a GTPlan manifestou-se sobre a petição da Bionexo e posteriormente foi proferida decisão encerando a fase de instrução e intimando às partes para apresentação de razões finais.</p> <p>Em junho de 2022, foi proferida sentença julgando os pedidos parcialmente procedentes.</p> <p>Em junho de 2022, a Bionexo opôs embargos de declaração contra a sentença e, em julho de 2022, proferida decisão rejeitando os embargos de declaração.</p> <p>Em agosto de 2022, Bionexo, GTPlan e demais réus interpuseram apelações e todas as partes apresentaram contrarrazões às apelações. Em outubro de 2022 os autos foram recebidos no Tribunal. Em outubro de 2022, as partes foram intimadas a indicarem se concordam com o julgamento virtual das apelações. Em novembro de 2023, as apelações interpostas pela Bionexo e pela GTPlan foram parcialmente providas. No mesmo mês ambas as partes opuseram embargos de declaração.</p> <p>Em março de 2024, a Bionexo apresentou resposta aos embargos de declaração da GTPlan e outros. No mesmo mês, GTPlan e outros apresentaram resposta aos embargos de declaração da Bionexo. Desde então os autos estão conclusos ao Relator.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<p><u>Sentença</u>: parcialmente procedente para reconhecer como rescindido por justa causa o Memorando de Entendimentos, condenando à requerida a restituir à requerente todos os valores depositados à título de adiantamentos devidamente corrigidos.</p> <p><u>Embargos Declaração</u> (Bionexo): rejeitados</p> <p>Apelação (Bionexo): parcialmente provida</p> <p>Apelação (GTPlan): desprovida</p>
h. Estágio do processo	Aguardando decisão dos Embargos de Declaração opostos pela Bionexo e GTPlan
i. Chance de perda	Remota
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Risco da GTPlan rescindir o contrato por justa causa com base no item 11.3.4. do memorando de entendimentos, e concessão da tutela cautelar, nos termos do art. 305 do CPC.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro (devolução de multa executada provisoriamente pela Bionexo em virtude de descumprimento da liminar pelos réus; possibilidade de a Bionexo arcar com potenciais perdas e danos sofridos pelos réus durante o período em que a liminar permaneceu vigente).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0018417-89.2020.8.16.0030	
a. Juízo	1ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	27/07/2020
d. Partes no processo	Ativo: Ministério Público do Estado do Paraná
	Passivo: Raymundo Marques Machado; Nelci Inês Mai Velasco; Márcio Augusto Medeiros; Bionexo S.A. ("Companhia"); Maurício de Lazzari Barbosa.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.001.494,75 (valor atualizado da causa)
f. Principais fatos	<p>Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa. Alega-se que a dispensa por inexigibilidade nº 03/2017, Processo Administrativo nº 021/2017 não poderia ter ocorrido na forma adotada, o que importou em enriquecimento ilícito, dano ao erário e em violação aos princípios que regem a Administração Pública, caracterizando os atos ímprobos previstos no art. 9º, inciso XI, 10, inciso VIII, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92.</p> <p>O objeto do sobredito procedimento era a contratação de empresa especializada na prestação de serviços e fornecimento de licença de uso das plataformas BIONEXO e PUBLINEXO para auxiliar nas compras públicas e especialmente nos processos de licitação da Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu. A Companhia foi citada em 18/05/2022. A companhia apresentou sua defesa.</p> <p>Em fevereiro de 2023 foi expedida carta precatória para citação do Sr. Maurício e em maio de 2023 ele apresentou sua defesa.</p> <p>Em julho de 2023 o Sr. Raimundo Marques apresentou sua defesa.</p> <p>Em março de 2024 foi proferido despacho para que as Partes especifiquem as provas que desejam produzir e se manifestem sobre possibilidade de conciliação.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
h. Estágio do processo	Aguardando instrução de provas.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Risco de impacto negativo para a imagem da Companhia e proibição de contratar com o Poder Público, além do dano patrimonial.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Perda financeira para a Bionexo correspondente aos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, bem como a proibição de contratar com o poder público por prazo que varia entre 4 e 14 anos.

Processo 1111451-77.2018.8.26.0100	
a. Juízo	1ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem da Comarca da Capital do Estado de São Paulo/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	29/10/2018
d. Partes no processo	Ativo: GTPlan Prestação de Serviços de Informática Ltda. - EPP
	Passivo: Bionexo do Brasil Soluções Digitais EIRELI (atual Bionexo S.A.); Salutare Solución Integral Em Salud S.A.C. e Rodrigo Spessoto Aranda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.393.762,68 (valor atualizado da causa)
f. Principais fatos	<p>Trata-se de ação com pedido tutela provisória para obtenção da declaração de rescisão de contrato celebrado entre o autor e a Bionexo do Brasil S.A. (antiga denominação da Companhia), bem como busca e apreensão de software na sede da Bionexo; ao final, requer-se a confirmação da tutela provisória (com declaração de rescisão do contrato e busca e apreensão do software) e a condenação dos réus ao pagamento de indenização por concorrência desleal.</p> <p>A tutela de urgência pleiteada pelo autor foi rejeitada por decisão transitada em julgado.</p> <p>Em fevereiro de 2019, os réus apresentaram suas contestações, tendo Rodrigo e Salutare apresentado reconvenções.</p> <p>Em março de 2019, a GTPlan apresentou réplica e contestação às reconvenções.</p> <p>Em abril de 2019, a Salutare informou a concessão de tutela provisória nos autos de ação ajuizada perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro para suspensão do registro do software da GTPlan requerendo a suspensão do feito em razão de prejudicialidade externa. No mesmo mês a GTPlan requereu o indeferimento da suspensão do processo e a Salutare reiterou o pedido de suspensão.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>Em julho de 2019, a GTPlan informou que a tutela provisória concedida nos autos da ação ajuizada perante a Justiça Federal foi suspensa em sede de agravo de instrumento.</p> <p>Em março de 2020, foi proferida decisão acolhendo a preliminar de impugnação do valor da causa fixando-o em R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), determinando à GTPlan o recolhimento da diferença das custas judiciais.</p> <p>Em julho de 2021, a Salutare apresentou réplica à contestação da GTPlan à reconvenção. Na sequência, a GTplan apresentou sua tréplica.</p> <p>Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão julgando extinta a reconvenção apresentada pela Salutare em razão da existência de convenção de arbitragem, e determinando a suspensão da ação por um ano.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
h. Estágio do processo	1ª instância
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impossibilidade de utilização do software em questão/ Perda (busca e apreensão) do software/ Dano patrimonial (devido pagamento de indenização à parte autora).
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	<p>i. Impossibilidade de utilização do software em questão pela Bionexo;</p> <p>ii. Busca e apreensão de referido software; e</p> <p>iii. Pagamento de indenização à autora pelo que deixou de auferir com a comercialização do seu próprio software, uma vez que a Bionexo estaria comercializando outro software - valor estimado mínimo de R\$1.200.772,51 (data-base: julho de 2020). Porém, a Bionexo poderia pleitear indenização pelos prejuízos sofridos perante terceiro, com fundamento em direito de regresso previsto contratualmente.</p>

Processo 1000374-14.2024.5.02.0022	
a. Juízo	22ª Vara do Trabalho de São Paulo - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	14/03/2024
d. Partes no processo	<p>Ativo: Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, de Serviços de Computação, de Informática e de Tecnologia da Informação e dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Computação, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo - SINDPD/SP</p> <p>Passivo: Bionexo do Brasil Soluções Digitais EIRELI (atual Bionexo S.A.)</p>
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 80.711,39 (valor atualizado da causa)
f. Principais fatos	<p>Trata-se de ação civil pública com pedido tutela de urgência para reintegração dos trabalhadores demitidos do quadro da Bionexo S.A., bem como impossibilidade de promover novas demissões coletivas sem prévia negociação com a entidade sindical; ao final, requer-se a declaração nulidade da dispensa coletiva sem prévia negociação sindical dos trabalhadores no ano de 2023, com a consequente reintegração dos trabalhadores dispensados e pagamento dos salários e benefícios do período ou indenização compensatória, caso o juízo entenda não ser mais possível a reintegração. Requer-se, ainda, a obrigação da Bionexo negociar previamente com as entidades a procedimentalização de eventual dispensa coletiva.</p> <p>A Bionexo foi citada em 02/04/2024 e apresentou manifestação sobre o pedido de tutela em 08/04/2024.</p> <p>A tutela de urgência pleiteada pelo reclamante foi rejeitada em primeira instância. A Bionexo apresentou sua defesa em 29/04/2024. Foi designada audiência de instrução para o dia 22/08/2024.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
h. Estágio do processo	1ª instância
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O Sindicato acusa a Bionexo de "dispensa em massa" de seus empregados no ano 2023, afirmando que de forma contrária à legislação nacional, a Ré dispensou diversos funcionários, sem qualquer ciência, autorização ou negociação junto ao Sindicato da Categoria, afetando diretamente aos substituídos.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	<p>(i) Possibilidade de reintegração de empregados demitidos (não aplicável em razão da tutela de urgência rejeitada);</p> <p>(ii) Possibilidade de pagamento de indenização;</p> <p>(iii) Participação do sindicato em análises de futuras demissões.</p>

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não foram constituídas provisões para os processos descritos no item 4.4.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Processos sigilosos: em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Na data deste Formulário de Referência, não há processos sigilosos relevantes envolvendo administradores, controladores ou a Companhia.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Processos sigilosos: em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Na data deste Formulário de Referência, não há processos sigilosos relevantes envolvendo administradores, controladores ou a Companhia.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Ação Penal nº0018362-41.2020.8.21.0001

Maurício de Lazzari Barbosa (“Maurício”) e outros são partes na ação penal nº 0018362-41.2020.8.21.0001 movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná perante a 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, instaurada em 27 de julho de 2020. O Ministério Público ofereceu denúncia em face dos réus sob a alegação de que os corréus agiram em concurso de agentes para deflagração de procedimento de dispensa por inexigibilidade de licitação pública fora das hipóteses previstas em lei, ou sem observar as formalidades pertinentes para contratação de software da Companhia. Maurício é réu na referida ação em decorrência de seu cargo de administrador e representante legal da Companhia na época dos fatos.

Houve oferecimento de acordo de não persecução penal aos réus, sendo que o Maurício de Lazzari Barbosa e os demais réus recusaram. Maurício apresentou resposta à acusação em 01 de agosto de 2022, tendo todos os demais réus também apresentado suas respectivas respostas às acusações posteriormente.

Maurício apresentou defesa em 01 de agosto de 2022, tendo todos os demais réus também apresentado suas respectivas defesas. Houve recebimento da denúncia do Ministério Público pelo juiz em 05 de maio de 2023.

Atualmente aguarda-se o despacho saneador para verificação das defesas iniciais escritas e, se o juízo entender relevante, designar audiência de debates e julgamento.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política de gerenciamentos de riscos formalmente aprovada. Apesar disso, conta com práticas e procedimentos internos para gerenciamento de riscos.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos formalmente aprovada.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos formalmente aprovada.

(i) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos formalmente aprovada.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos formalmente aprovada.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Controles internos: em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, de modo a prevenir potencial impacto adverso em suas operações e resultados, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. O sistema de controles internos da Companhia consiste em um processo liderado pelo Diretor Financeiro, assessorado pela Diretoria, o Departamento de Controladoria e de todos os colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios e em linha com as regulamentações estabelecidas.

O Departamento de Compras é responsável pelas compras da Companhia e pela inclusão das ordens de compra no Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP). Depois da ordem aprovada, o Departamento de Tesouraria deve efetivar o lançamento do documento fiscal, enviando, na data do vencimento, o arquivo do pagamento ao banco. O Departamento de Tesouraria é responsável também pela conciliação bancária.

Adicionalmente, com relação às práticas de controles internos: (i) a Companhia segue as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”); (ii) as informações contábeis são registradas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (iii) os lançamentos manuais respeitam o *4-eye principle*; (iv) as conciliações contábeis são controladas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (v) o fechamento contábil apenas é concluído após justificativa para as variações relevantes de todas as contas contábeis; e (vi) o balanço e a demonstração do resultado do exercício são revisados mensalmente pelo Departamento de Controladoria.

A Diretoria acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional de controles internos da Companhia compreende a atuação coordenada de diversos órgãos internos, notadamente: (a) a alta administração, composta pelo Conselho de Administração e a Diretoria; (b) área de Compliance; (c) Departamento de Controladoria; e (d) as demais áreas de negócios, no que couber.

Abaixo, um resumo das atribuições dos órgãos em referência no que diz respeito à elaboração de demonstrações financeiras e manutenção de controles internos adequados:

- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância da manutenção de processos e controles internos que possam contribuir para mitigar os riscos existentes; e
- **Diretoria Financeira:** responsável pela revisão das demonstrações financeiras e pela coordenação e supervisão das atividades de contabilidade e controladoria da Companhia.

Além disso, ao final de cada exercício social, os auditores externos emitem uma carta de recomendações sobre os controles internos da Companhia. Posteriormente, a Companhia monitora os pontos identificados pelo auditor independente e implementa melhorias nos controles internos a fim de sanar eventuais falhas ou incorreções.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O monitoramento da eficiência dos controles internos da Companhia é realizado pela Administração, dentre outras atribuições, na supervisão e acompanhamento das atividades de controles internos e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, monitorando a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Anualmente, os Auditores Independentes emitem o “Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos” como resultado do entendimento acerca dos controles internos que consideram relevantes para o processo de auditoria, com a finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras. O propósito deste trabalho é estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria para fins de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras e não para fins de expressar uma opinião ou conclusão sobre os nossos sistemas contábil e de controles internos.

5.2 Descrição dos controles internos

Como resultado dessa avaliação, foram identificadas deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Deficiência	Recomendação
Deficiência significativa relacionada ao processo de fechamento Contábil e conciliações. (Grupo Bionexo)	Que a Administração implemente controles robustos em seu processo de fechamento contábil, com destaque a (i) implementação de controles de revisão de conciliações; (ii) Procedimentos de revisão analítica; e (iii) Investigação de transações não habituais.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Deficiência	Comentários dos Diretores
Deficiência significativa relacionada ao processo de fechamento Contábil e conciliações. (Grupo Bionexo)	A administração reconhece a importância primordial da implementação de controles de revisão de conciliações para assegurar a integridade e precisão dos processos contábeis e financeiros. Este empreendimento requer a formulação de políticas e procedimentos precisos, a designação de responsabilidades específicas, o fornecimento de treinamento contínuo, a realização de revisões analíticas com indicadores-chave e limites de tolerância, além da investigação de transações não habituais por meio de procedimentos formalizados e relatórios de exceção. Tais medidas são fundamentais para garantir a conformidade e eficácia dos controles internos associados às conciliações financeiras. Vale ressaltar que essas ações já estão em andamento, tendo sido iniciadas durante o próprio período de auditoria, imediatamente após a identificação do ponto.

5.3 Programa de integridade

5.3. Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia conduz seus negócios de forma honesta e respeitosa e demanda de seus colaboradores que atuem em conformidade com todas as leis, regulamentos e normativos internos aplicáveis aos seus negócios.

Em consonância com seus valores e sua missão, a Companhia formalizou suas práticas e procedimentos voltados à integridade corporativa em um Código de Ética, principal diretriz normativa interna que orienta todos os demais procedimentos e políticas.

- O Código de Ética estabelece os valores que devem guiar todas as condutas de seus colaboradores, as quais devem estar sempre de acordo com a legislação vigente e com as boas práticas de mercado. Entre os principais temas tratados pelo Código de Ética estão:
- Diretrizes de Conduta no âmbito da: (i) segurança no ambiente de trabalho, (ii) ativos e recursos, (iii) informações confidenciais, (iv) propriedade intelectual, (v) mídias sociais, (vi) participação religiosa, sindical e política, e (vii) comunicação com a imprensa.
- Relacionamento com: (i) clientes, (ii) concorrentes, (iii) terceiros - fornecedores e prestadores de serviços, (iv) setor público, e (v) sindicato.
- Conflito de interesses no âmbito: (i) de refeições de negócios, (ii) relacionamento amoroso e familiar, (iii) oferta e recebimento de brindes e presentes, (iv) eventos patrocinados por terceiros, (v) atividades paralelas, (vi) indicação de profissionais e fornecedores.

Além disso, o Código de Ética trata de prevenção ao assédio moral e sexual, proteção de dados pessoais, fusões e aquisições, doações filantrópicas e patrocínios, livros contábeis, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, responsabilidade ambiental e manutenção da ética.

Além do Código de Ética, a Companhia conta ainda com uma Política Anticorrupção, cujo objetivo é reforçar as diretrizes corporativas de combate à corrupção, fornecendo padrões comportamentais aos colaboradores da Companhia e terceiros com quem se relaciona para que possam agir de acordo com seus princípios e valores. A Política Anticorrupção trata detalhadamente de temas como vedação à corrupção ativa e passiva, relacionamentos com agentes públicos, conduta em licitações, bem como relacionamento com clientes do setor público e melhores práticas de prestação de serviço.

Quanto à concessão de brindes, presentes e entretenimento a entes privados, a Companhia possui norma interna específica complementar ao Código de Ética, qual seja, uma Política de Brindes, Presentes e Hospitalidade. Segundo a norma em referência, é totalmente vedado aos colaboradores ofertar, solicitar ou receber qualquer tipo de brinde, presente ou entretenimento (incluindo refeições) que possa configurar, direta ou indiretamente, vantagem indevida. Ademais, a Política de Doações e Patrocínios estabelece uma série de requisitos para a realização deste tipo de contribuição, dentre os quais estão (i) a existência de propósito legítimo e alinhado aos interesses da Bionexo e em benefício da comunidade; (ii) a inexistência de vínculos do beneficiário com agentes públicos, candidatos ou partidos políticos, bem como parentes ou pessoas próximas que atuam na administração; e (iii) qualquer doação ou patrocínio será precedido de procedimento de *due diligence* de *Compliance* e análise reputacional.

A Companhia possui também Política de Conflito de Interesses, cujo objetivo é orientar a conduta dos colaboradores da Companhia e terceiros com os quais se relaciona em situações que envolvam potenciais conflitos entre interesses pessoais e corporativos. A Política de Conflito de Interesses abrange desde situações internas, como relacionamentos entre colaboradores, a casos envolvendo clientes e agentes públicos. Nesse sentido, a Companhia requer ainda que seus colaboradores preencham Formulário de Conflito de Interesses no momento de sua admissão, de modo a facilitar a identificação e monitoramento de relacionamentos com fornecedores, outros colaboradores e/ou órgãos e agentes públicos que possam originar conflitos de interesse.

5.3 Programa de integridade

As contratações de fornecedores, prestadores de serviço e terceiros da Companhia, bem como a realização de doações e patrocínios, são precedidas de procedimentos de *due diligence* realizados pela área de *Compliance* visando a identificação de potencial relacionamento com pessoas politicamente expostas, conflitos de interesse ou processos, inquéritos ou condenações potencialmente desabonadoras.

Ao adotar os mecanismos de integridade supracitados, a Companhia objetiva: (i) promover a cultura da transparência, ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as de anticorrupção; e (iii) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos colaboradores.

As Políticas e normas internas da Companhia são reavaliadas bianualmente ou conforme necessário, o que ocorrer primeiro, de modo a mantê-las atuais, eficientes e adequadas à realidade da Companhia e aos riscos aos quais está submetida.

A Companhia entende que seus mecanismos e práticas voltados à integridade são adequados ao seu perfil e aos riscos aos quais está sujeita, conforme detalhamento no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Os órgãos da Companhia responsáveis pelas funções de *Compliance* e integridade corporativa possuem as seguintes atribuições:

- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância de uma cultura de ética e integridade que possa contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão periódica e aprovação do Código de Ética.
- **Área de Compliance:** a Área de *Compliance* se reporta imediatamente ao Conselho de Administração e imediatamente à Comissão de Ética, no tocante ao programa de integridade da Companhia, de modo a resguardar a independência do exercício de suas atividades.

Compete à Área de *Compliance*, dentre outras matérias, no tocante à integridade corporativa:

- (a) Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;
- (b) Propor ao Conselho de Administração novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade ou a revisão das já existentes;
- (c) Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos neste Código;
- (d) Auxiliar o Conselho de Administração no tratamento e apuração das comunicações recebidas através do Canal Confidencial, garantindo anonimato do denunciante, se desejado, e práticas de não retaliação, encaminhando suas conclusões ao Conselho de Administração para determinação das medidas disciplinares aplicáveis;
- (e) Conduzir e documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente;
- (f) Analisar os casos não previstos no Código de Ética e definir como proceder;
- (g) Avaliar as situações de descumprimento do Código de Ética;
- (h) Revisar o Código de Ética e sugerir atualizações ao Conselho de Administração sempre que necessário;
- (i) Garantir adaptações nos regulamentos, procedimentos e processos existentes associados ao Código de Ética e normas anticorrupção da Companhia, bem como propor novas diretrizes sempre que necessário;
- (j) Viabilizar as atividades de reforço da cultura ética, quando necessário;
- (k) Apurar os casos de violação ao Código de Ética, às normas anticorrupção, da legislação e regulamentos aplicáveis e outros normativos que estejam relacionados à ética e ao *Compliance*, reportando-se ao Conselho de Administração quanto a tais atividades;

5.3 Programa de integridade

- (l) Gerir o Canal Confidencial e direcionar as ocorrências relatadas para a devida investigação; e
- (m) Identificar casos de descumprimento legal, dar ciência ao Conselho de Administração sobre a importância de encaminhar a situação às autoridades competentes.

A Área de *Compliance* foi instituída em agosto de 2019 e, embora sua criação não tenha sido formalmente aprovada, está plenamente operante desde então.

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética da Companhia foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2021. O Código de Ética define os objetivos, visão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus colaboradores, bem como diretrizes de relacionamento com terceiros e clientes. O Código de Ética é aplicável indistintamente a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, empregados, estagiários e aprendizes (em conjunto, “Colaboradores”).

O Código de Ética se aplica também aos parceiros de negócios, clientes, investidores, representantes e quaisquer terceiros com quem a Companhia se relaciona.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis a casos de violação ao Código de Ética ou às demais normas internas da Companhia estão previstas no próprio Código. Sempre que uma irregularidade for identificada, o Comitê de ética poderá concluir pela aplicação de sanção ao infrator, podendo ser:

- Advertência por escrito;
- Suspensão;
- Demissão sem e com justa causa; e/ou
- Ações judiciais cabíveis.

Ressalta-se que as diretrizes deste Código de Ética não se aplicam somente aos colaboradores da Companhia, mas também aos seus terceiros e parceiros de negócios. Qualquer descumprimento das diretrizes do Código de Ética estará sujeito à responsabilização legal e rescisão imediata do contrato firmado com a Bionexo.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2021, e está disponível para consulta em seu website: <https://bionexo.com/ri> (neste website, clicar em “*Governança Corporativa*” e em seguida clicar em “*Estatuto Social, Políticas e Compliance*”).

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui Canal Confidencial administrado por empresa terceirizada e cuja finalidade é o recebimento de denúncias ou relatos de descumprimento às leis, regulamentos ou normativos internos aplicáveis à Companhia. O Canal Confidencial pode ser acessado pelo telefone gratuito 0800 9420463, mediante acesso direto à plataforma da operadora do Canal (<https://www.canalconfidencial.com.br/bionexo/>) e, ainda, por e-mail (compliance@bionexo.com) diretamente à Área de *Compliance*.

(ii) Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal Confidencial da Companhia está aberto para o recebimento de denúncias de Colaboradores e de quaisquer terceiros, que poderão ou não se identificar, sendo-lhes em todo caso garantido o anonimato.

5.3 Programa de integridade

(iii) Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A Companhia garante o anonimato do denunciante e repudia veementemente em seu Código de Ética e em sua Política de Reporte de Denúncias e Não Retaliação qualquer tipo de retaliação e/ou constrangimento contra aqueles que comunicam de boa-fé suas preocupações ou dúvidas sobre má conduta ou que forneçam assistência ou informações em um processo investigativo. Todas as comunicações com os denunciante anônimos são realizadas unicamente através do Canal Confidencial.

(iv) Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Área de *Compliance* da Companhia é responsável pela apuração dos relatos recebidos através do Canal Confidencial, o que se dará de forma confidencial e sigilosa. A Área de *Compliance* realizará uma primeira análise e verificação dos relatos apresentados, submetendo-os, com suas recomendações, à Comissão de Ética ou ao Conselho de Administração, conforme o caso, para deliberação. A Área de *Compliance* reportará suas atividades de apuração de denúncias de violações às leis, regulamentos e normativos internos à Comissão de Ética ou ao Conselho de Administração, conforme o caso, que deliberará sobre os casos considerados mais graves.

Nesse sentido, cumpre à Área de *Compliance* da Companhia gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal Confidencial, além de conduzir e documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente ao Conselho de Administração.

Para assegurar a razoabilidade das ações e decisões do processo de apuração de denúncias, se uma alegação comunicada representar potencial violação perpetrada por um colaborador integrante do processo de gestão do Canal de Comunicação, em nenhuma circunstância, ele, sua equipe ou ainda o seu gestor, terão acesso aos registros da alegação. Nessa hipótese, as atividades de apuração e deliberações serão designadas a outras equipes, conforme estabelecido em normas internas. Em casos específicos, a Companhia poderá ainda designar a apuração a parceiros externos de modo a garantir a condução de uma investigação imparcial e independente.

A Área de *Compliance* se reportará ao Conselho de Administração no que diz respeito às suas atividades de apuração de violação às leis, regulamentos e normativos internos aplicáveis à Companhia.

(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, pois não foram confirmados casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não há.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
APUS PARTICIPAÇÕES S.A.						
03.381.364/0001-57	Brasil	Sim	Sim	03/02/2021		
Não						
11.728.734	6,238	0	0,000	11.728.734	6,238	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BAIN CAPITAL TECH OPPORTUNITIES LP						
43.103.044/0001-50	Cingapura	Sim	Não	14/10/2021		
Não						
80.087.938	42,594	0	0,000	80.087.938	42,594	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MAURICIO DE LAZZARI BARBORA						
074.797.828-02	Brasil	Sim	Sim	03/02/2021		
Não						
11.378.544	6,052	0	0,000	11.378.544	6,052	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ORJEN INVESTMENTS PTE. LTD.						
	Cingapura	Sim	Não	30/12/2020		
Sim	Bruno de Luca Zanatta		Física		007.542.839-33	
41.007.292	21,809	0	0,000	41.007.292	21,809	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA						
	Brasil	Sim	Não	30/12/2020		
Não						
43.822.845	23,307	0	0,000	43.822.845	23,307	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
188.025.353	100,000	0	0,000	188.025.353	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
APUS PARTICIPAÇÕES S.A.				03.381.364/0001-57		
MAURICIO DE LAZZARI BARBORA						
074.797.828-02	Brasil	Não	Sim	03/02/2021		
Não						
11.377.754	100,000	0	0,000	11.377.754	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
TOTAL						
11.377.755	100,000	0	0,000	11.377.755	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	3

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

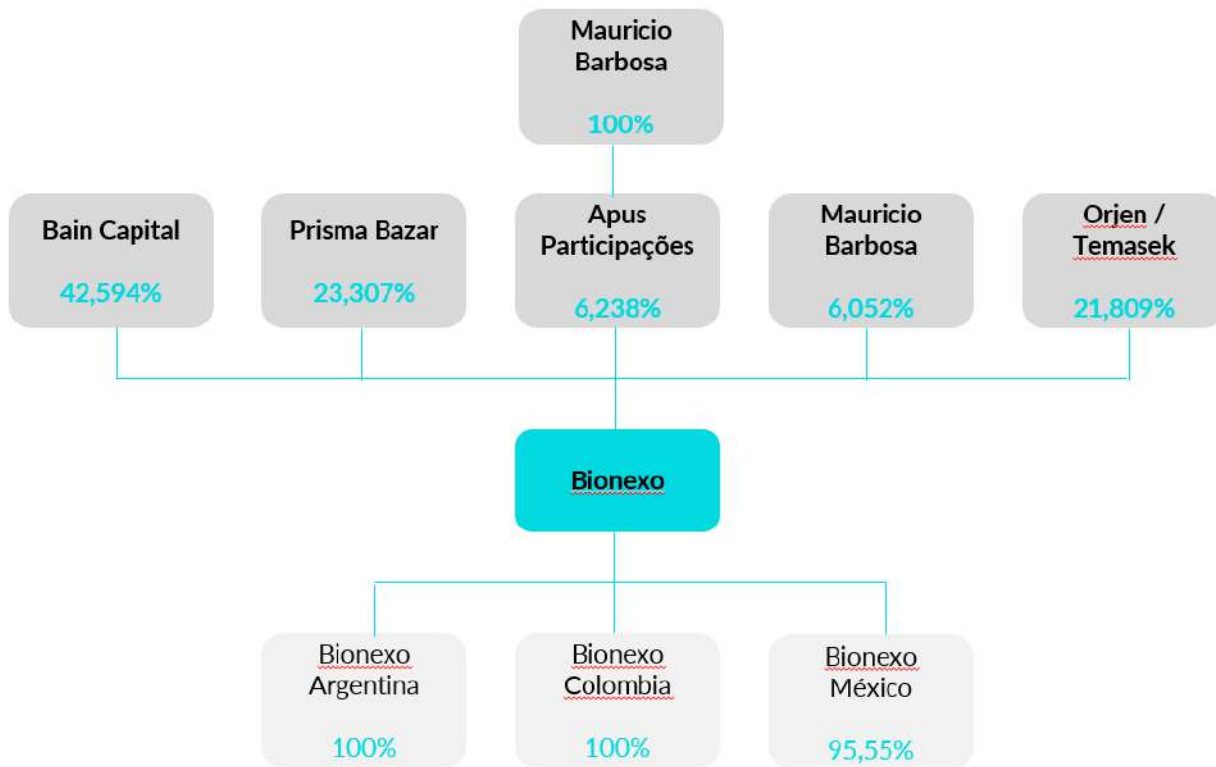
Quantidade ordinárias	41.007.292	21,809%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	41.007.292	21,809%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BIONEXO COLÔMBIA S.A.S	00.000.000/0000-00	100
BIONEXO DE MÉXICO, SOCIEDAD ANÓNIMA DE CAPITAL VARIABLE	00.000.000/0000-00	95,55
BIONEXO.COM S.A.U.	00.000.000/0000-00	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Organograma: inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando: a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações; b. principais controladas e coligadas do emissor; c. participação do emissor em sociedades do grupo; d. participação de sociedades do grupo no emissor; e. principais sociedades sob controle comum



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Esclarecimentos sobre o item 6.1/6.2 deste Formulário de Referência

A Companhia esclarece os acionistas (i) Sr. Mauricio de Lázzari Barbosa, e (ii) APUS Participações S.A., com participação acionária descrita no item 6.1/6.2 deste Formulário de Referência, devem ser considerados como acionistas que agem em conjunto e/ou representam o mesmo interesse, considerando que o Sr. Mauricio de Lázzari Barbosa detém 100% da participação acionária da APUS Participações S.A.

Considerações sobre o Prisma Bazar Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Prisma”)

Em complementação às informações prestadas nas seções 6.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que o Prisma não possui um cotista que o controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

O Prisma é gerido discricionariamente pela Prisma Capital Ltda.

O Prisma é parte do bloco de controle da Companhia, em conjunto com Maurício, Apus e BN XO BCTO.

Considerações sobre o BN XO BCTO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA (“BN XO BCTO”)

Em complementação às informações prestadas nas seções 6.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que a BRL Trust Investimentos Ltda. exerce a administração fiduciária e a gestão do BN XO BCTO e cumpre a política de investimentos do fundo em conformidade com o disposto em seu regulamento e na regulamentação aplicável, e com amparo em recomendações emitidas pelo seu comitê de investimento, composto por membros eleitos em assembleia geral de cotistas do BN XO BCTO. O fundo não possui cotista que o controle, direta ou indiretamente, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista que, direta ou indiretamente, (i) seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, destacamos que os cotistas do BN XO BCTO são veículos de investimento existentes e organizados de acordo com as Leis de Delaware, Estados Unidos da América, e das Ilhas Cayman, conforme aplicável, geridos, nos termos dos seus documentos constitutivos, pela Bain Capital, LP e/ou suas afiliadas, em observância ao mandato, poderes, deveres e obrigações que lhes foram atribuídos pelos investidores internacionais que participam e investem na referida estrutura, nenhum deles detendo participação que seja direta ou indiretamente superior a 10% (dez por cento) das cotas de emissão do BN XO BCTO. Ressaltamos ainda que, nos termos dos documentos constitutivos dos cotistas do fundo, a Bain Capital, LP e/ou suas afiliadas, no exercício dos poderes de representação que lhe foram outorgados por esses veículos, têm poderes para eleger os membros do comitê de investimento do BN XO BCTO, que delibera acerca de recomendações associadas às propostas apresentadas pelo gestor do fundo relativas aos investimentos e desinvestimentos realizados pelo BN XO BCTO.

O BN XO BCTO é parte do bloco de controle da Companhia, em conjunto com Maurício, Apus e Prisma.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Órgãos da administração: descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Conselho Fiscal, se instalado; (iv) Comitê de Finanças; e (v) Comitê de Gente e Governança. O Conselho de Administração poderá, ainda, criar outros comitês de assessoramento.

(a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de indicação formalmente aprovada.

(b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

(i) A periodicidade das avaliações e sua abrangência

O Conselho de Administração realizará, no mínimo, uma vez a cada mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos comitês, do Presidente do Conselho e dos Diretores da Companhia.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do Conselho, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e dos Diretores serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

(ii) Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente, cada um dos comitês de assessoramento e da Diretoria, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração, dos membros dos comitês de assessoramento, incluindo os membros do Comitê de Auditoria, são:

- a. Assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas;
- b. Contribuição ativa no procedimento decisório; e
- c. Comprometimento com o exercício das suas funções.

Na avaliação enquanto órgão colegiado, os critérios de avaliação do Conselho de Administração são agrupados em:

- a. Separação de papéis e relacionamento entre Conselho de Administração e Diretoria Executiva;
- b. Atribuições e papéis do Conselho de Administração;
- c. Composição e dedicação;
- d. Atuação dos membros;
- e. Funcionamento e processos;
- f. Comitês de assessoramento;
- g. Ética, governança e sustentabilidade;
- h. Presidência do Conselho de Administração;
- i. Contexto e atual momento; e
- j. Avaliação geral.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Por sua vez, os mecanismos de avaliação de desempenho da Diretoria, como órgão colegiado e de seus membros individualmente, são os seguintes:

- a. exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- b. contribuição para o resultado do exercício; e
- c. consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo. Já o Diretor Presidente será avaliado de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia.

(iii) Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificação e administração de conflitos de interesses, aplicando à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

(d) Por órgão:

(iii) Número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não aplicável.

(e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Atualmente, a Companhia não possui objetivos, compromissos ou políticas formais relativas à diversidade em seus órgãos de administração. Entretanto, a Companhia permanece atenta e sensível ao tema, levando-o em consideração para a formação de lideranças diversas e composição de seus órgãos da administração.

(f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Para além dos mecanismos para gerenciamento de riscos e das políticas descritas no item 5 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui mecanismos específicos para a avaliação, gerenciamento e supervisão de riscos e oportunidades relacionados ao clima. Adicionalmente, a Companhia entende que tais riscos e oportunidades são considerados pela sua administração no âmbito da orientação e condução dos negócios da Companhia.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	9	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 12	1	11	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	10
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 12	0	2	0	0	0	0	10

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Conselho de Administração: em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

(a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Comitê de Auditoria

Atualmente a Companhia não possui Comitê de Auditoria instalado. Os membros do Comitê de Auditoria Não Estatutário da Companhia terão seus mandatos iniciados a partir da realização de uma oferta pública inicial de ações da Companhia.

Quando instalado, competirá ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- a) Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- b) Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- c) Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- d) Acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- e) Supervisionar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- f) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos; e
- g) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;
- h) Receber e tratar informações, inclusive sigilosas, acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, atentando para a proteção do denunciante e a confidencialidade da informação;

Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) as reuniões realizadas, suas atividades, os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

(b) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra- auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, bem como convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente. Adicionalmente, cabe também ao Comitê de Auditoria a avaliação do trabalho da auditoria independente, nos termos do seu regimento e cujas atribuições encontram-se dispostas no item acima.

(c) Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia não possui um canal próprio para recebimento de críticas relacionadas a temas e práticas ASG, mas dispõe de canal de denúncias, por meio do qual todos os colaboradores e terceiros podem relatar dúvidas e relatos de descumprimento ou suspeita de descumprimento do Código de Ética da Companhia e da legislação vigente, inclusive em relação às matérias ASG previstas no Código de Ética, através do endereço (<https://www.canalconfidencial.com.br/bionexo/>).

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome DARREN JASON ABRACHAMSON **CPF:** 000.000.000-00 **Passaporte:** 505739631 **Nacionalidade:** Estados Unidos **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 25/04/1981

Experiência Profissional: O Sr. Abrahamson ingressou na BN XO BCTO em 2005 e é Diretor Administrativo da equipe BN XO BCTO Tech Opportunities. Antes de sua função atual, o Sr. Abrahamson foi Diretor Administrativo na Vertical de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações e membro da equipe de Private Equity da América do Norte. O Sr. Abrahamson trabalhou nos escritórios de Boston e Londres e se concentra em investimentos nos setores de software, cibersegurança, serviços de informação e tecnologia financeira. O Sr. Abrahamson cursou MBA da Harvard Business School, onde foi bolsista da Baker Scholar. Ele se formou com honra em economia pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia. O Sr. Abrahamson não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Não	23/11/2021

Nome Josimar Gomes **CPF:** 098.629.406-38 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 13/09/1989

Experiência Profissional: Graduiu-se em Ciências da Computação pela Universidade Paulista (UNIP-SP) em 2012 e adquiriu o título de pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP em 2015. Consolidou sua carreira na Bionexo, empresa da qual faz parte desde 2015, atuando em diversas funções-chave dentro do campo das finanças, ascendendo gradualmente para posições de liderança até alcançar a diretoria em 2020. Com experiência em áreas e temas como planejamento financeiro e comercial, pricing, controladoria e tesouraria, participou ativamente de processos de fundraising, auditoria, IPO, M&A, captação de dívida, estruturação de processos, times e áreas, estratégias de precificação e implantação de soluções de tecnologia. O Sr. Josimar Gomes não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2024	AGO 2026	Outros Diretores	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	30/04/2024	Sim	30/12/2020

Nome MARCELO PECHINHO HALLACK **CPF:** 085.753.937-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 02/05/1981

Experiência Profissional: Fundador da Prisma Capital (em 2017), uma gestora de investimentos alternativos. Antes disso, foi sócio do Banco BTG Pactual entre 2008 e 2016 e Head da divisão de Private Equity (2015-2016), onde participou e liderou investimentos e foi conselheiro de diversas empresas, incluindo Estapar, Rede D'Or São Luiz e Eneva. Antes, Marcelo trabalhou em private equity na Kohlberg Kravis Robert (NY) de 2006 a 2008, e também trabalhou na divisão de Investment Banking da Goldman Sachs (NY) entre 2003 e 2006. Marcelo é graduado em economia por Stanford University. O Sr. Marcelo Pechinho Hallack não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Vice Presidente Cons. de Administração		28/04/2023	Sim	30/12/2020

Nome Mariana Moura Wyatt **CPF:** 315.989.168-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 03/06/1982

Experiência Profissional: Graduada em Administração de Empresas pela EAESP - Fundação Getulio Vargas com MBA pela Columbia Business School. A Mariana iniciou sua carreira na área de Fusões e Aquisições do Banco ABN AMRO. Em 2006, juntou-se ao time do Citi, onde participou de diversos projetos de fusões e aquisições e de mercado de capitais. De 2011 a 2013, trabalhou na mesma área pelo Goldman Sachs de onde saiu para juntar-se a Temasek Brasil Consultoria e Participações Ltda, uma subsidiária integral da Temasek Holding (Private) Limited ("Temasek"). A Mariana é Diretora de Investimentos da Temasek, Membro do Conselho de Administração da Bionexo, Membro Observador do Conselho de Administração da SimCo e Membro do Comitê Estratégico da Smartfit. Ela também foi Membro do Comitê de Finanças do Burger King do Brasil. A Sra. Mariana Moura Wyatt não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Não	30/12/2020

Nome Matheus Morgan Villares **CPF:** 257.655.128-95 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 10/03/1971

Experiência Profissional: MBA pela University of Chicago Booth School of Business em 2001. Foi Vice-presidente do Banco Goldman Sachs de 2000 a 2006. Diretor do Citigroup de 2006 a 2008. Atualmente é Diretor Executivo da Temasek Holding Ltd. desde 2008. O Sr. Matheus não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Não	22/09/2021

Nome MAURICIO DE LAZZARI BARBORA **CPF:** 074.797.828-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 14/12/1960

Experiência Profissional: É formado em engenharia de produção pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Atuou na indústria farmacêutica Merck Sharp & Dohme (MSD) por 13 anos, chegando a Diretor de Operações. É co-fundador da Bionexo e liderou ativamente o processo de crescimento da Companhia ao longo dos últimos 20 anos. Em 2019, Maurício fundou a Apus Capital que tem como foco investir em soluções e projetos de saúde onde existe potencial de combinação estratégica entre Saúde e Health tech. O Sr. Mauricio de Lazzari Barbosa não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Presidente do Conselho de Administração		28/04/2023	Não	30/12/2020

Nome Michel David Freund **CPF:** 237.897.418-33 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 18/06/1969

Experiência Profissional: O Sr. Freund é sócio operacional da BNXO BCTO Private Equity, trabalha extensivamente no Brasil, apoiando o portfólio local da BNXO BCTO e avaliando novas oportunidades. Antes de ingressar na BNXO BCTO Private Equity, Michel esteve na CVC Capital Partners, onde foi membro sênior da Equipe de Operações, atuou como Diretor Associado na McKinsey & Company, onde se concentrou no crescimento viabilizado pela tecnologia e nas transformações operacionais nas indústrias da FIG, farmacêutica, transporte e mídia. O Sr. Freund iniciou sua carreira no Grupo L'Oréal, foi promovido a vice-presidente de marketing na plataforma de terceirização online Smarterwork e vice-presidente de vendas e marketing das Américas na software house LocatioNet. O Sr. Freund formou-se com honra no mestrado em Engenharia Comercial pela Solvay Business School em Bruxelas e possui MBA pela Harvard Business School. O Sr. Michel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Não	23/11/2021

Nome Rafael Kellermann Barbosa **CPF:** 331.524.408-12 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 13/02/1985

Experiência Profissional: Graduado em Economia na Universidade Federal de Santa Catarina, possui mestrado em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e MBA pela Darden School of Business, na Universidade da Virgínia. Antes da Bionexo, trabalhou como consultor de projetos do Banco Mundial na Amazônia brasileira por quatro anos, sendo responsável pela implementação e monitoramento de políticas públicas de saúde e desenvolvimento social. No setor privado, atuou na Bessemer Venture Partners em investimentos com mais de US\$5 bilhões em ativos e como Consultor de Inovação para o IIC (Inter-American Investment Corporation). Ingressou na Bionexo em 2015 como Gerente de Novos Negócios e depois liderou o time de Produtos por dois anos, antes de ser nomeado CEO, em janeiro de 2019. O Sr. Rafael Kellermann Barbosa é atualmente Presidente do Conselho Fiscal de entidade beneficente CEBUDV Núcleo Lupunamanta. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2024	AGO 2026	Diretor Presidente / Superintendente		30/04/2024	Sim	30/12/2020

Nome Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan **CPF:** 354.277.468-54 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 02/06/1986

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pela EAESP - Fundação Getúlio Vargas. Rodrigo iniciou sua carreira na área de Banco de Investimento do Merrill Lynch, em 2006, focado em operações de fusões e aquisições e mercado de capitais. Em 2008, foi contratado para a área de Private Equity do BTG (que, após a aquisição do Pactual, passou a se chamar Banco BTG Pactual), onde trabalhou por quase 10 anos. No BTG Pactual, Rodrigo participou de transações em diferentes setores, incluindo saúde, varejo, industrial e de serviços, até sair da instituição no início de 2017. Após a aquisição da Bionexo pela Prisma Capital em março de 2017, foi trabalhar na companhia à frente da área Comercial e de Novos Negócios, até retornar à gestora em abril de 2019. Hoje, é sócio da Prisma Capital, membro do Comitê de Investimentos, e conselheiro da Petromais. O Sr. Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	30/12/2020

Nome Solange Plebani **CPF:** 947.618.099-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 03/03/1977

Experiência Profissional: Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), possui MBA em Administração de Empresas pela Univali, MBA em Marketing pela FURB, mestrado em Administração de Empresas pela FURB e programa executivo pelo MIT. Possui 25 anos de experiência em tecnologia de informação em saúde. Foi sócia da empresa de tecnologia Wheb Sistemas, a qual desenvolveu o sistema de gestão em saúde Tasy (2001-2010). Após a venda da Wheb Sistemas para a Philips, se tornou executiva da empresa, sendo líder do negócio de software na América Latina até 2015, em seguida assumiu a posição de liderança global da categoria de EMR, em seguida do portfólio de software clínico, além de acumular a posição de Head de Inovação de Software (2015 – 2021). Atualmente, é membro suplente independente do nosso Conselho de Administração. A Sra. Solange não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	28/04/2023

7.4 Composição dos comitês

Nome: ALINE CRISTINA LIMA KÜNZEL **CPF:** 319.767.828-13 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora de Empresas **Data de Nascimento:** 04/10/1983

Experiência Profissional:

Co-fundadora da 23S Capital, uma casa de investimentos de Private Equity. Seu primeiro fundo tem Votorantim S.A. e Temasek como investidores. Integrante da equipe que lidera e executa políticas de governança e compliance. Responsável pelo relacionamento institucional com Votorantim e Temasek. Responsável pelas áreas financeira e tributária, incluindo definição de processos, políticas e estruturação de investimentos (mercados de capitais e privado) minoritários em empresas de alto crescimento. Na Temasek International, responsável pelo departamento financeiro e governança dos escritórios da Temasek no Brasil e Bruxelas. Membro-chave do projeto de implantação do sistema Workday globalmente. Responsável pela estruturação financeira e tributária de investimentos (mercados de capitais e privado) minoritários em empresas de alto crescimento. Experiência: MedSênior: investimento minoritário em um plano de saúde para a população sênior. Membro do Comitê Financeiro. Argo: investimento minoritário em um projeto de transmissão de energia. Integrante da equipe que realizou o investimento e o desinvestimento via venda privada. BKB: investimento minoritário na master franquía do Burger King no Brasil. Integrante da equipe que realizou o investimento e o desinvestimento via mercado de capitais. Hidrovias do Brasil: investimento minoritários em uma empresa de soluções logísticas integradas. Integrante da equipe que realizou o desinvestimento via mercado de capitais.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025			30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome: ANAMARIA GULLO MARTINS **CPF:** 167.183.318-05 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 28/02/1972

Experiência Profissional:

Anamaria Gullo Martins é formada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos, com MBA em Administração de Empresas pela FGV e Certificação de Conselheiro da Administração pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Iniciou sua carreira na MÉRK, onde permaneceu por 5 anos, antes de ingressar na Bionexo, onde trabalhou por 23 anos em funções de atendimento ao cliente e na vice-presidência. Ana é membro do Comitê de Pessoas da Bionexo desde 2021 e atualmente atua como Conselheira Consultiva da Qualivida Health Care e Wecare Skin.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025	Comitê de Gente e Governança		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome: Gabriela Feffer Moll **CPF:** 315.806.998-98 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresária **Data de Nascimento:** 13/12/1983

Experiência Profissional:

Gabriela Feffer Moll é vice-presidente da Suzano Holding e membro do conselho de acionistas e do comitê de gestão da Suzano Holding. Atualmente, ela atua como membro do Comitê de ESG e Pessoas da Bionexo, membro do conselho de administração da Suzano SA, membro do comitê de pessoas, comitê financeiro, comitê de sustentabilidade e comitê de estratégia e inovação da Suzano SA. Gabriela iniciou sua carreira no GI - Grupo de Incentivo e, em 2010, fundou a AG Sport, uma consultoria especializada na idealização e organização de grandes eventos, na qual foi responsável pelo desenvolvimento da área comercial e estratégica da companhia. Em 2015, ingressou na Dotz, atuando nas frentes de desenvolvimento de negócios e implementando um novo modelo de autoatendimento 100% digital para abrir o mercado de pequenas empresas. Na Suzano S.A., a partir de 2017, liderou a comunicação de produtos e a transformação digital da Unidade de Papel e Embalagens. Também na Suzano, após a fusão com a Fibria, trabalhou na célula de integração responsável pelo acompanhamento das sinergias decorrentes da fusão, a qual é membro desde abril de 2022. Gabriela é formada em Hoteleira, possui MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral, curso executivo pela Universidade de Harvard, Insead e Insead.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025	Comitê de Gente e Governança		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome: JOAQUIM PEDRO ANDRES RIBEIRO **CPF:** 002.272.786-82 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 06/12/1975

Experiência Profissional:

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro formou-se na Universidade de Harvard, em Cambridge, Estados Unidos em 1998. Trabalha no Grupo Technos desde 2008 ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Anteriormente, trabalhou na empresa Shoptime no ano de 2005, ocupando o cargo de Diretor-Presidente.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025	Comitê de Gente e Governança		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome: José Augusto Lopes Figueiredo **CPF:** 841.719.527-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Consultor e administrador **Data de Nascimento:** 06/04/1966

Experiência Profissional:

José Augusto Figueiredo é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula no Brasil. Possui MBA em Administração de Empresas pelo COPPEAD - Instituto de Pesquisa, e é pós-graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Marketing pela Fundação Machado Sobrinho - MG. Também é graduado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Membro Profissional Independente do Conselho. É PhD em administração de empresas pelo COPPEAD-UFRJ e professor convidado do MBA Executivo em Liderança do COPPEAD. É membro do conselho das seguintes organizações sem fins lucrativos: Rede Cidadã, ABRH-SP - Associação de RH de São Paulo, ABRH-Rio de Janeiro - Associação de RH e COPPEAD – UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mentor voluntário na Endeavor (Organização Global Empreendedora sem fins lucrativos). Atua também como membro do conselho com fins lucrativos no Grupo Technos (empresa centenária de relojoaria) e membro do conselho no Grupo Malwee. Atualmente ocupa o cargo de CEO da Lee Hecht Harrison Brasil e Country Head do Adecco Group no Brasil. Atua também como Executive Coach e Consultor na LHH Brasil. Certificado em Coaching pela Universidade de Columbia, Nova York, EUA, credenciado pela International Coach Federation como Associate Certified Coach (ACC) e PMP pelo Project Management Institute. Como executivo, trabalhou na White Martins / Prax Air, American Cyanamid, American Home Products, BASF e recentemente na LHH (desde 2001).

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025	Comitê de Gente e Governança		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome: Josimar Gomes **CPF:** 098.629.406-38 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 13/09/1989

Experiência Profissional:

Graduou-se em Ciências da Computação pela Universidade Paulista (UNIP-SP) em 2012 e adquiriu o título de pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP em 2015. Consolidou sua carreira na Bionexo, empresa da qual faz parte desde 2015, atuando em diversas funções-chave dentro do campo das finanças, ascendendo gradualmente para posições de liderança até alcançar a diretoria em 2020. Com experiência em áreas e temas como planejamento financeiro e comercial, pricing, controladoria e tesouraria, participou ativamente de processos de fundraising, auditoria, IPO, M&A, captação de dívida, estruturação de processos, times e áreas, estratégias de precificação e implantação de soluções de tecnologia. O Sr. Josimar Gomes não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025			30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome: KAROLINA APARECIDA REIS **CPF:** 309.406.328-45 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 08/03/1983

Experiência Profissional:

Com mais de 20 anos de atuação nas áreas Financeira e de Controladoria, em empresas multinacionais e nacionais de diversos segmentos, possui expertise na gestão de todas as áreas financeiras, administrativas e fiscais, além de experiência em liderança de equipes e tomada de decisão estratégica. Minhas competências incluem orçamento, gestão de fechamento contábil, apresentação de resultados para liderança e conselho de administração, elaboração de relatórios gerenciais, planejamento financeiro, coordenação de auditorias e desenvolvimento de controles internos para mitigação de riscos. Sou reconhecido por minha capacidade de identificar oportunidades de melhoria, implementar processos eficientes e garantir o cumprimento das obrigações legais e contábeis, contribuindo significativamente para o sucesso e crescimento das organizações. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025			30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome: LUÍS OTÁVIO MATIAS MORALES **CPF:** 299.398.358-09 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 20/01/1981

Experiência Profissional: Advogado - Diretor Jurídico & Compliance - Executivo Jurídico e membro de comitês de assessoramento à alta liderança e Conselhos de Administração. Graduado em Direito pela Universidade Paulista, com LL.M. Direito Societário pelo Insper. Vivência profissional em empresas multinacionais (Grupo sueco Sandvik - indústria metalúrgica; Kelly Group - empresa norte-americana de recrutamento, seleção e outsourcing). Ocupa a posição de Diretor Jurídico & Compliance na Bionexo desde março de 2021. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025			30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome: Mariana Moura Wyatt **CPF:** 315.989.168-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 03/06/1982

Experiência Profissional: Graduada em Administração de Empresas pela EAESP - Fundação Getulio Vargas com MBA pela Columbia Business School. A Mariana iniciou sua carreira na área de Fusões e Aquisições do Banco ABN AMRO. Em 2006, juntou-se ao time do Citi, onde participou de diversos projetos de fusões e aquisições e de mercado de capitais. De 2011 a 2013, trabalhou na mesma área pelo Goldman Sachs de onde saiu para juntar-se a Temasek Brasil Consultoria e Participações Ltda, uma subsidiária integral da Temasek Holding (Private) Limited ("Temasek"). A Mariana é Diretora de Investimentos da Temasek, Membro do Conselho de Administração da Bionexo, Membro Observador do Conselho de Administração da SimCo e Membro do Comitê Estratégico da Smartfit. Ela também foi Membro do Comitê de Finanças do Burger King do Brasil. A Sra. Mariana Moura Wyatt não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025	Comitê de Gente e Governança		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome: MATEUS GARCIA GREGÓRIO **CPF:** 359.077.818-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 09/12/1993

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da USP em 2018 com Master pela Universidade Técnica de Darmstadt (Alemanha, 2015-2017). Iniciou sua carreira como Consultor de estratégia e gestão na Visagio (2018 a 2021) e em seguida ingressou na Bionexo, atuando hoje como Coordenador de Planejamento e Performance, sendo responsável pelo Planejamento Financeiro, Performance Corporativa, Planejamento Comercial e Pricing da companhia. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025			30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome: PATRÍCIA PIÑERO DE SOUZA **CPF:** 028.022.327-70 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Diretora de Gente e Gestão **Data de Nascimento:** 17/02/1974

Experiência Profissional:

Executiva de Recursos Humanos com + 25 anos de experiência generalista, com carreira construída em organizações de médio e grande porte, nacionais e multinacionais de capital aberto, nos setores de tecnologia e serviço de meios de pagamento, telecomunicações e identificação, e em indústria automotiva, atuando nos mais diversos subsistemas de RH, em cargos de responsabilidade ascendente, acrescidas de exposição nacional, regional e global. Graduada em Psicologia, com MBA em Recursos Humanos e formação internacional em coaching pela Lambent (membro da ICC – International coaching Community). Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025	Comitê de Gente e Governança		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome: Rafael Kellermann Barbosa **CPF:** 331.524.408-12 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 13/02/1985

Experiência Profissional: Graduado em Economia na Universidade Federal de Santa Catarina, possui mestrado em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e MBA pela Darden School of Business, na Universidade da Virgínia. Antes da Bionexo, trabalhou como consultor de projetos do Banco Mundial na Amazônia brasileira por quatro anos, sendo responsável pela implementação e monitoramento de políticas públicas de saúde e desenvolvimento social. No setor privado, atuou na Bessemer Venture Partners em investimentos com mais de US\$5 bilhões em ativos e como Consultor de Inovação para o IIC (Inter-American Investment Corporation). Ingressou na Bionexo em 2015 como Gerente de Novos Negócios e depois liderou o time de Produtos por dois anos, antes de ser nomeado CEO, em janeiro de 2019. O Sr. Rafael Kellermann Barbosa é atualmente Presidente do Conselho Fiscal de entidade beneficente CEBUDV Núcleo Lupunamanta. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025			30/04/2024	Sim	30/04/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025	Comitê de Gente e Governança		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome: VINICIUS MAZZOLA POLI DE FIGUEIREDO **CPF:** 444.085.148-70 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 06/02/1997

Experiência Profissional:

Graduado em Economia pela Universidade de São Paulo – USP. Vinicius iniciou sua carreira no time de investimentos da Temasek no Brasil, onde trabalhou de 2018 a 2022. Em 2022, juntou-se ao time da 23S Capital como Vice Presidente de Investimentos, posição que ocupa atualmente. Vinicius é Membro do Comitê de Finanças da Vitru, Membro dos Comitês de Finanças e Tecnologia da MedSênior e Membro do Comitê de Finanças da Bionexo. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2024	AGO 2025			30/04/2024	Sim	30/04/2024

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MAURICIO DE LAZZARI BARBORA	074.797.828-02	BIONEXO S.A	04.069.709/0001-02	
Membro efetivo do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Rafael Kellermann Barbosa	331.524.408-12	BIONEXO S.A	04.069.709/0001-02	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2022**Administrador do Emissor**

Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan	354.277.468-54	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Prisma Capital LTDA	27.451.028/0001-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.

Administrador do Emissor

Mariana Moura Wyatt	315.989.168-23	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ORJEN INVESTMENTS PTE. LTD.	00.000.000/0000-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.

Administrador do Emissor

Matheus Morgan Villares	257.655.128-95	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ORJEN INVESTMENTS PTE. LTD.	00.000.000/0000-00		
N/A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
MAURICIO DE LAZZARI BARBORA	074.797.828-02	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
APUS PARTICIPAÇÕES S.A.	03.381.364/0001-57		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			

Administrador do Emissor			
MARCELO PECHINHO HALLACK	085.753.937-07	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Prisma Capital LTDA	27.451.028/0001-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia			

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor			
MAURICIO DE LAZZARI BARBORA	074.797.828-02	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
APUS PARTICIPAÇÕES S.A.	03.381.364/0001-57		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
MARCELO PECHINHO HALLACK	085.753.937-07	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Prisma Capital LTDA	27.451.028/0001-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.			

Administrador do Emissor			
Matheus Morgan Villares	257.655.128-95	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ORJEN INVESTMENTS PTE. LTD.	00.000.000/0000-00		
N/A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.			

Administrador do Emissor			
Mariana Moura Wyatt	315.989.168-23	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ORJEN INVESTMENTS PTE. LTD.	00.000.000/0000-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.			

Administrador do Emissor			
Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan	354.277.468-54	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Prisma Capital LTDA	27.451.028/0001-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, com cobertura para a Companhia, controladas e subsidiárias, cujo limite máximo de garantia é de R\$ 10 milhões.

Em 29 de janeiro de 2024, a Companhia negociou a renovação do seguro, mantendo o limite máximo de garantia em R\$ 10 milhões, tendo sido estabelecido o prêmio em R\$ 24.053,42, cuja vigência encerrará em 29 de janeiro de 2025.

A Companhia entende ser do seu melhor interesse a contratação de cobertura securitária para pagamento ou reembolso das quantias devidas ou pagas a terceiros a título de indenizações no âmbito de reclamações contra seus administradores, visto que - diante da maior previsibilidade quanto às consequências pessoais a que estejam sujeitos em virtude do exercício de suas atribuições - espera atrair melhores profissionais para os cargos e conferir-lhes maior independência para o exercício de suas funções, dando-lhes os instrumentos necessários à tomada de decisões baseadas no melhor interesse da companhia.

A Companhia não prestou compromisso de indenidade em benefício de seus diretores e administradores.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos três últimos exercícios sociais e do exercício social em curso: (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
AGE	11/10/2023	100%	Não
AGE	18/09/2023	100%	Sim
AGO	28/04/2023	100%	Não
AGE	31/03/2023	100%	Não
AGE	31/03/2023	100%	Não
AGE	19/10/2022	100%	Não
AGE	21/09/2022	100%	Não
AGE	31/08/2022	100%	Não
AGE	31/08/2022	100%	Não
AGO	28/04/2022	100%	Não
AGE	15/02/2022	100%	Não
AGO	01/12/2021	100%	Não
AGE	23/11/2021	100%	Não
AGE	23/11/2021	100%	Não
AGO	27/09/2021	100%	Não
AGE	22/09/2021	100%	Não
AGE	15/05/2021	100%	Não
AGOE	29/04/2021	100%	Não
AGE	15/02/2021	100%	Não
AGE	15/02/2021	100%	Não

Melhores práticas de governança corporativa segundo o IBGC

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal, entre outros.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Remuneração: descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de remuneração formalmente aprovada. Apesar disso, a Companhia adota como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar o Pessoal-Chave da Administração na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciam o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos ao Pessoal-Chave da Administração.

Por meio de suas diretrizes e práticas de remuneração, a Companhia busca alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração e os objetivos da Companhia, baseada nas melhores práticas adotadas pelo mercado, evitando conflitos de interesses.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral, bem como a calibração dos critérios para eventual pagamento de bônus anual ou premiação aos Diretores de acordo com os critérios pré-estabelecidos.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os administradores poderão ter componentes de remuneração, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características. O Conselho de Administração pode solicitar pesquisas de mercado de consultorias especializadas no tema, para auxiliar na análise das práticas de remuneração não só do segmento de atuação da Companhia, mas também de outros setores e ainda contar com informações comparadas de outras companhias abertas que atuem no mesmo segmento ou de mesmo porte para subsidiar sua decisão.

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos administradores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associadas ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição. A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia e leva em conta a responsabilidade do cargo ocupado.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia.

A Companhia acredita que o pagamento de remuneração variável baseada em indicadores financeiros alinha os interesses de médio e longo prazo de seus administradores com os da empresa, à medida que estão engajados com a cultura para os resultados positivos e crescimento da Companhia.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração fixa e variável dos Administradores são revisadas pelo Conselho de Administração e em sede de Assembleia Geral, anualmente, de forma a mantê-las adequadas às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

8.1 Política ou prática de remuneração

c) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa, que tem como objetivo a remuneração direta pelos serviços prestados, sendo revista anualmente, a critério da Assembleia Geral, sendo adequada às práticas de mercado, quando aplicável; (ii) para determinados membros do Conselho de Administração, plano de assistência médica, sendo esse opcional e assistência odontológica. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa que tem como objetivo a remuneração direta pelos serviços prestados, sendo revista e atualizada anualmente, a critério do Conselho de Administração, sendo adequada às práticas de mercado, para posições de complexidade similar, quando aplicável; (ii) remuneração variável, composta por bônus, anual e baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente, que têm como objetivo incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais de mercado, ajustada de acordo com desempenho individual sendo paga no exercício subsequente à aferição do resultado; (iii) remuneração baseada em ação, composta pelos seguintes planos: Plano de Opções e Phantom Shares, conforme descritos no item 8.4; e (iv) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica aos diretores e dependentes cobertos, vale refeição, auxílio creche, celular, estacionamento e seguro de vida.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não está instalado. Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado, os membros receberão somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal serão obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Comitês

Os membros dos Comitês não são remunerados.

Diretoria Não-Estatutária

Os membros da Diretoria não-estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável, composta por bônus, anual e baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente, que têm como objetivo incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais de mercado, ajustada de acordo com desempenho individual sendo paga no exercício subsequente à aferição do resultado; (iii) remuneração baseada em ação, composta pelos seguintes planos: Plano de Opções e Phantom Shares, conforme descritos no item 8.4; e (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica aos diretores e dependentes cobertos, vale refeição, auxílio creche, celular, estacionamento e seguro de vida.

8.1 Política ou prática de remuneração

- sua proporção na remuneração total nos três últimos exercícios sociais**

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

Exercício Social de 2023	Remuneração Fixa	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	Total
Conselho de Administração	86%	14%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	69%	9%	24%	0%	100%
Diretoria Não Estatutária	66%	9%	11%	2%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

Nota: 14,8% da linha dos benefícios diretos e indiretos da diretoria não estatutária refere-se a benefícios mantidos após a saída devido pacote de desligamento.

Exercício Social de 2022	Remuneração Fixa	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	Total
Conselho de Administração	86%	14%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	19%	2%	13%	66%	100%
Diretoria Não Estatutária	61%	7%	21%	11%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

Exercício Social de 2021	Remuneração Fixa	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	28%	2%	24%	46%	100%
Diretoria Não Estatutária	51%	4%	24%	21%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral Ordinária, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração tem a competência de determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral, conforme definido no parágrafo anterior, além de avaliar a prática de mercado aplicável.

O Conselho de Administração vincula a remuneração variável da Diretoria Executiva a resultados, incluindo metas de médio e longo prazos, relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor para a Companhia no longo prazo, conforme descrito no "item c" abaixo.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não é baseada em participação em reuniões.

A remuneração fixa dos administradores será baseada nas responsabilidades do cargo e experiências individuais.

A Diretoria Estatutária e a Diretoria Não Estatutária possuem também uma parcela variável que está vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

A metodologia de cálculo e reajuste leva em consideração as práticas comumente adotadas pelo mercado, e se baseia em pesquisas específicas realizadas com foco em empresas do mesmo setor, bem como nos índices oficiais de inflação divulgados pelo governo, de forma que a remuneração dos administradores seja periodicamente reajustada garantindo a compatibilidade dos valores com as metas e com as diretrizes da Companhia, conforme a evolução dos indicadores de desempenho.

8.1 Política ou prática de remuneração

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa mensal não está baseada em desempenho individual dos Administradores, mas em práticas e pesquisas de mercado.

Apenas a remuneração variável paga à Diretoria referente ao Bônus é baseada em indicadores de desempenho e estratégicos. Os indicadores de desempenho considerados para determinação do valor da remuneração variável são: desempenho individual e metas corporativas atreladas aos resultados da Companhia, que são estabelecidas previamente quando da elaboração do orçamento anual. Os indicadores estratégicos, por sua vez, são: (i) ARR (*Annual Recurring Revenue*), sendo que o ARR é o gatilho determinante para o pagamento da remuneração variável a todos os colaboradores da Companhia e à Diretoria; e (ii) indicadores de EBITDA; (iii) NPS global (Net Promoter Score); e (iv) Engajamento Global. Além destes, o Diretor Financeiro possui os indicadores: (i) Engajamento; G&A ex-Bônus, Net Revenue (Global) - Ganho de escala operacional; (ii) Capital efficiency Global Orgânico - Assegurar a eficiência na alocação de capital - Relação entre o crescimento; e o Diretor de Relações com Investidores possui os indicadores: (i) ARR aquisições; e (ii) Percentual de atingimento da ARR do business plan.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Exceto por membros de Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, conforme explicado acima, a Companhia não possui membros não remunerados, de acordo com a Política de Remuneração, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2021.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Conforme tratado no Item 8.4 abaixo, a Companhia possui dois planos de incentivo na modalidade Performance Phantom Shares ("Planos de Incentivo"), em que alguns membros da Diretoria (estatutária e não estatutária, a depender do Programa) e alguns colaboradores chave são beneficiários. Esses Programas possuem disposições específicas que condicionam a realização de eventos de liquidez da Companhia ou alteração de controle acionário da Companhia à antecipação do recebimento de bônus ou aquisição de ações, conforme o caso, pelos respectivos beneficiários. Para mais informações, vide item 8.4 deste Formulário Referência.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	2,67	0,00	10,67
Nº de membros remunerados	4,00	2,67	0,00	6,67
Esclarecimento			Cia não possui conselho fiscal.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	2.220.243,16	0,00	3.300.243,16
Benefícios direto e indireto	196.279,13	245.522,16	0,00	441.801,29
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.530.509,61	0,00	1.530.509,61
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.276.279,13	3.996.274,93	0,00	5.272.554,06

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	0,00	7,00
Esclarecimento			Não Há	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	1.831.620,32	0,00	2.911.620,32
Benefícios direto e indireto	175.849,74	182.462,99	0,00	358.312,73
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não Há	Não Há	Não Há	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	647.965,74	0,00	647.965,74
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não Há	Não Há	Não Há	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não Há			
Total da remuneração	1.255.849,74	2.662.049,05	0,00	3.917.898,79

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,91	3,00	0,00	10,91
Nº de membros remunerados	3,91	3,00	0,00	6,91
Esclarecimento			Não Há	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.050.000,00	1.914.860,04	0,00	2.964.860,04
Benefícios direto e indireto	133.351,51	162.127,43	0,00	295.478,94
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não Há	Não Há	Não Há	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	621.728,27	0,00	621.728,27
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não Há	Não Há	Não Há	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.041.134,40	0,00	4.041.134,40
Observação				
Total da remuneração	1.183.351,51	6.739.850,14	0,00	7.923.201,65

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,83	2,91	0,00	7,74
Nº de membros remunerados	2,00	2,91	0,00	4,91
Esclarecimento			Não Há	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	240.000,00	1.526.000,00	0,00	1.766.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	154.000,00	0,00	154.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não Há	Não Há	Não Há	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.258.000,00	0,00	1.258.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não Há	Não Há	Não Há	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.504.000,00	0,00	2.504.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	240.000,00	5.442.000,00	0,00	5.682.000,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	2,67		10,67
N° de membros remunerados	0,00	2,67		2,67
Esclarecimento	Não há remuneração variável prevista.			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	765254,81		765.254,81
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2295764,42		2.295.764,42
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1530509,61		1.530.509,61
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	3,00		11,00
N° de membros remunerados	0,00	2,50		2,50
Esclarecimento	Não Há			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	597517,22		597.517,22
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1792551,65		1.792.551,65
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1195034,43		1.195.034,43
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,91	3,00		10,91
N° de membros remunerados	0,00	3,00		3,00
Esclarecimento	Não Há			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	610509,24		610.509,24
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2442036,96		2.442.036,96
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1221018,48		1.221.018,48
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	621728,27		621.728,27
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4,83	2,91		7,74
N° de membros remunerados	0,00	2,91		2,91
Esclarecimento	Não Há			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	363642,00		363.642,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1258406,03		1.258.406,03
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	767070,45		767.070,45
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1258406,03		1.258.406,03
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de remuneração baseado em ações: em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

(a) Termos e condições gerais

Plano de Incentivo 2024

Em 30 de abril de 2024, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a criação do Programa de Pagamento Baseado em Instrumentos Patrimoniais com Liquidação em Caixa - *Phantom Shares* (“Plano de Incentivo 2024” e, em conjunto com o Plano de Opções e o Plano de Incentivo 2022 os “Planos”), baseado na modalidade de Performance *Phantom Shares*, sendo elegíveis para a outorga de ações fictícias (“*Phantom Shares*”) os profissionais selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração, dentre os administradores, empregados e prestadores de Serviços da Companhia e de suas controladas (“Elegíveis ao Incentivo”).

O Plano de Incentivo 2024 tem por objeto a outorga, aos Participantes, de direito ao recebimento de bônus pecuniário calculado com base na valorização da Companhia, apurada na forma da Cláusula 3.10 do Plano de Incentivo 2024, observados os requisitos e as condições previstas no Plano de Incentivo 2024 e as definições do Conselho de Administração para cada um dos Participantes (“Incentivo”).

São objetivos do Plano de Incentivo 2024: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo ao Participante receber o Incentivo, nos termos, condições e modos previstos neste Plano, incentivando dessa forma a integração dos Participantes à Companhia e o alinhamento dos interesses de administradores, empregados e acionistas da Companhia; e (ii) possibilitar à Companhia a contratação e manutenção de administradores, executivos, empregados, membros de órgãos técnicos ou consultivos, prestadores de serviços relevantes e consultores, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se beneficiarem com a valorização da Companhia e auferirem vantagem financeira.

É premissa declarada do Plano de Incentivo 2024, aceita pelos Participantes, de que a outorga do Incentivo envolve risco mútuo (assumido pela Companhia e pelos Participantes), atrelado à ocorrência ou não de valorização da Companhia e a um decurso de tempo razoável em que situações não previsíveis podem ocorrer.

A Companhia poderá, a qualquer momento, independentemente de qualquer formalidade, inclusive de aviso ou de notificação, realizar quaisquer atos societários, envolvendo uma ou mais reorganizações societárias, de qualquer natureza, e substituir as Ações, como referência para o cálculo do Bônus, por quaisquer outros valores mobiliários de sociedade (i) que controle ou que absorva a Companhia ou (ii) seja controlada pela Companhia. Este do Plano de Incentivo 2024, igualmente, não impedirá a realização de qualquer operação de Oferta Pública Inicial de Ações (“IPO”) que vier a envolver a Companhia, que não precisará de qualquer autorização, de qualquer natureza, dos Participantes.

O Conselho de Administração aprovará, a seu exclusivo critério, dentre os indicados pelo Diretor Presidente e elegíveis ao do Plano de Incentivo 2024, os Participantes e as respectivas quantidades de Phantom Shares em cada um dos Incentivos outorgados, bem como indicará como será calculado o Bônus para cada um dos Participantes, na forma deste Plano.

O Participante deverá aderir ao Programa mediante celebração, com a Companhia, de um Contrato de Outorga, que estabelecerá as condições para aquisição dos direitos às Phantom Shares, inclusive a Condição de Serviço e, conseqüentemente, ao Prêmio, respeitados os termos do Plano de Incentivo 2022.

Até a presente data, o Conselho de Administração da Companhia não havia deliberado sobre os beneficiários e a celebração dos instrumentos de outorga.

Plano de Incentivo 2022

Em 21 de setembro de 2022, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a criação do Programa de Pagamento Baseado em Instrumentos Patrimoniais com Liquidação em Caixa - *Phantom Shares* (“Plano de Incentivo 2022” e, em conjunto com o Plano de Opções e o Plano de Incentivo 2020 os “Planos”), baseado na modalidade de Performance *Phantom Shares*, sendo elegíveis para a outorga de ações fictícias (“*Phantom Shares*”) os profissionais selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração, dentre os administradores, empregados e prestadores de Serviços da Companhia e de suas controladas (“Elegíveis ao Incentivo”).

O Plano de Incentivo 2022 tem por objetivo outorgar a determinados participantes direitos sobre a valorização de ações de emissão da Companhia, com liquidação em caixa, visando a: (a) estimular o engajamento de longo prazo dos participantes para o desenvolvimento dos negócios da Companhia, permitindo o crescimento conjunto da Companhia e dos participantes; (b) fomentar a retenção de talentos pela Companhia; e (c) possibilitar uma maior alinhamento de interesses entre os acionistas da Companhia e os participantes.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Sujeito ao cumprimento de determinadas condições a serem estabelecidas no Plano de Incentivo 2022 e nos respectivos Contratos de Outorga, os participantes farão jus ao recebimento de *Phantom Shares* conforme previsto no Plano de Incentivo 2022, as quais assegurarão ao participante o direito a eventual Prêmio apurado nos termos do Plano de Incentivo 2022 e/ou do Contrato de Outorga.

O Conselho de Administração da Companhia delegou ao Diretor Presidente da Companhia a atribuição para definir os participantes elegíveis a participarem do Plano de Incentivo 2022 (“Participantes”) e a quantidade de *Phantom Shares* que serão outorgadas a cada Participante, com exceção de decisões relacionadas à outorga de *Phantom Shares* a si mesmo, as quais deverão ser tomadas pelo Conselho de Administração, respeitado, conforme o caso, as limitações de outorga impostas previamente pelos acionistas da Companhia ou o limite global de remuneração de Administradores aprovado em assembleia geral, sendo que o Diretor Presidente da Companhia poderá consultar os responsáveis da área de Gente e Gestão da Companhia para assessorá-lo em tais definições.

O Participante deverá aderir ao Programa mediante celebração, com a Companhia, de um Contrato de Outorga, que estabelecerá as condições para aquisição dos direitos às *Phantom Shares*, inclusive a Condição de Serviço e, conseqüentemente, ao Prêmio, respeitados os termos do Plano de Incentivo 2022.

Exceto se previsto de forma diversa no Contrato de Outorga, o Participante terá o direito às *Phantom Shares* outorgadas na medida em que cumprir a Condição de Serviço, isto é, permanecer continuamente prestando serviços na qualidade de Administrador, Empregado ou Prestador de Serviço à Companhia ou suas Controladas, pelo prazo de 3 (três) anos contados da Data Referencial Inicial (“Prazo de Carência”). As *Phantom Shares* tornar-se-ão *Phantom Shares* Exequíveis após o cumprimento do Prazo de Carência.

Em até 30 (trinta) dias contados (i) da aprovação, em assembleia geral ordinária, das demonstrações financeiras anuais auditadas da Companhia referentes ao exercício social imediatamente anterior ao exercício social no qual o Prazo de Carência foi cumprido, caso o Prazo de Carência tenha finalizado antes de referida assembleia geral ordinária, ou (ii) do término do Prazo de Carência, caso o Prazo de Carência se encerre após a data de aprovação, em assembleia geral ordinária, das demonstrações financeiras anuais auditadas da Companhia referentes ao exercício social imediatamente anterior ao exercício social no qual o Prazo de Carência foi cumprido, o Conselho de Administração irá calcular o Valor Referencial Final bem como o valor do Prêmio devido aos Participantes nos termos do Plano de Incentivo 2022.

Não obstante o disposto acima, (i) caso ocorra uma Capitalização da Companhia antes do término do Prazo de Carência, o Conselho de Administração calculará o Valor Referencial Final e o Prêmio em relação às *Phantom Shares* Exequíveis em até 30 (trinta) dias contados da data de conclusão da operação de Capitalização da Companhia e (ii) caso ocorra um Evento de Liquidez antes do término do Prazo de Carência, o Conselho de Administração calculará o Valor Referencial Final e o Prêmio em relação às *Phantom Shares* Exequíveis em até 30 (trinta) dias contados da data de consumação do Evento de Liquidez.

Nos termos do Plano de Incentivo 2020 não são emitidas ou outorgadas ações existentes da Companhia, sendo que a liquidação do Incentivo outorgado se dará em dinheiro mediante o pagamento do Prêmio. Nesse sentido, as *Phantom Shares* consistem, apenas, na métrica utilizada para calcular o Prêmio de cada Participante, não conferindo aos Participantes quaisquer direitos ou expectativas de direitos relacionados à titularidade de qualquer ação da Companhia.

(f) Data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Incentivo foi aprovado na reunião do conselho de administração, realizada em 29 de fevereiro de 2024 e na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024.

O Plano de Incentivo 2022 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 21 de setembro de 2022.

(g) Número máximo de ações abrangidas

Item não aplicável aos Planos de Incentivo, tendo em vista que não serão emitidas ações da Companhia e tampouco há qualquer limitação prevista.

(h) Número máximo de opções a serem outorgadas

Item não aplicável aos Planos de Incentivo, tendo em vista que não serão outorgadas opções de compra de ações da Companhia.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(i) Condições de aquisição de ações Plano de Opções

Planos de Incentivo

Muito embora os Planos de Incentivo não prevejam a “aquisição de ações”, uma vez recebida a outorga do incentivo, o Participante somente poderá fazer jus ao recebimento do Bônus ou Prêmio se tiver permanecido como administrador, empregado ou colaborador/prestador de serviços da Companhia durante todo o “Período de Vesting” ou do “Prazo de Carência” do respectivo incentivo, ininterruptamente, até o exercício do incentivo e o recebimento do Bônus ou Prêmio.

Conforme definido no Plano de Incentivo 2022, o Prazo de Carência é o prazo de 3 (três) anos contados da Data Referencial Inicial. As *Phantom Shares* tornar-se-ão *Phantom Shares* Exequíveis somente após o cumprimento do Prazo de Carência. Caso haja a ocorrência de uma Capitalização da Companhia antes do término do Prazo de Carência, os Participantes que cumprirem a Condição de Serviço em tal data estarão sujeitos ao seguinte: **(a)** Se a Capitalização da Companhia ocorrer entre o 1º (primeiro) e o 2º (segundo) aniversário da Data Referencial Inicial, a quantidade de *Phantom Shares* correspondente ao resultado da multiplicação entre 1/3 (um terço) do total de *Phantom Shares* outorgadas ao Participante e o Fator de Diluição será considerada como tendo atingido seu Prazo de Carência e, portanto, tornar-se-ão *Phantom Shares* Exequíveis; ou **(b)** Se a Capitalização da Companhia ocorrer entre o 2º (segundo) e 3º (terceiro) aniversário da Data Referencial Inicial, a quantidade de *Phantom Shares* correspondente ao resultado da multiplicação entre 2/3 (dois terços) do total de *Phantom Shares* outorgadas ao Participante e o Fator de Diluição será considerado como tendo atingido seu Prazo de Carência e, portanto, tornar-se-ão *Phantom Shares* Exequíveis.

Conforme definido no Plano de Incentivo 2024, além do cumprimento de outras condições e obrigações previstas no Plano de Incentivo 2024, notadamente o disposto na Cláusula 10 do Plano de Incentivo 2024, o Participante estará apto ao exercício do Incentivo nas seguintes hipóteses:

- (i) Se, até 5 (cinco) anos depois do término do Período de Vesting ocorrer um Evento de Liquidez que implique Transferência do Controle, o Participante poderá exercer integralmente o Incentivo, independentemente de ter cumprido todo o Período de Vesting. No caso de exercício do Incentivo antes do fim do Período de Vesting, por força da ocorrência de um Evento de Liquidez, a notificação referida na Cláusula 3.8 do Plano de Incentivo 2024, deverá ser enviada dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da ocorrência do Evento de Liquidez. Caso contrário, o Participante deverá aguardar o fim do Período de Vesting para poder exercer o Incentivo; ou
- (ii) Se, até 5 (cinco) anos depois do término do Período de Vesting ocorrer Evento de Liquidez que não implique Transferência do Controle, o Participante poderá exercer parcialmente o Incentivo, proporcionalmente ao percentual de Ações de titularidade dos Controladores que forem Alienadas naquele Evento de Liquidez (i.e., se o Evento de Liquidez acarretar Alienação de 50% das Ações de titularidade dos Controladores, então, o Participante poderá exercer o Incentivo sobre 50% de suas *Phantom Shares*), no prazo de até 30 (trinta) dias contados da ocorrência do Evento de Liquidez, mediante envio da notificação referida na Cláusula 3.8. Nessa hipótese, o Participante reservará o direito de exercer o Incentivo sobre as *Phantom Shares* remanescentes (não englobadas no exercício parcial do Incentivo), no caso de ocorrência de novos Eventos de Liquidez, na forma desta Cláusula 3.8.1. 3.9.

O Bônus será calculado a partir do resultado da (i) diferença entre o Valor Referencial Final e o Valor Referencial Inicial, (ii) multiplicado pelo número de *Phantom Shares* disponível ao Outorgado, observado o disposto na Cláusula 3.4 do Plano de Incentivo 2024, descontando-se, ao final, o IRPF incidente.

(j) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Item não aplicável aos Planos de Incentivo, tendo em vista que não prevê qualquer desembolso por parte do Participante para o recebimento das *Phantom Shares*.

(k) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Os prazos de exercício previstos nos Contratos de Adesão são estabelecidos pelo Conselho de Administração e levam em consideração práticas de mercado e alinhamento de longo prazo dos interesses dos Beneficiários aos dos acionistas.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano de Incentivo 2024

Além do cumprimento de outras condições e obrigações previstas no Plano de Incentivo 2024, notadamente o disposto na Cláusula 10 do Plano de Incentivo 2024, o Participante estará apto ao exercício do Incentivo nas seguintes hipóteses:

- (i) Se, até 5 (cinco) anos depois do término do Período de Vesting ocorrer um Evento de Liquidez que implique Transferência do Controle, o Participante poderá exercer integralmente o Incentivo, independentemente de ter cumprido todo o Período de Vesting. No caso de exercício do Incentivo antes do fim do Período de Vesting, por força da ocorrência de um Evento de Liquidez, a notificação referida na Cláusula 3.8 do Plano de Incentivo 2024, deverá ser enviada dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da ocorrência do Evento de Liquidez. Caso contrário, o Participante deverá aguardar o fim do Período de Vesting para poder exercer o Incentivo; ou
- (ii) Se, até 5 (cinco) anos depois do término do Período de Vesting ocorrer Evento de Liquidez que não implique Transferência do Controle, o Participante poderá exercer parcialmente o Incentivo, proporcionalmente ao percentual de Ações de titularidade dos Controladores que forem Alienadas naquele Evento de Liquidez (i.e., se o Evento de Liquidez acarretar Alienação de 50% das Ações de titularidade dos Controladores, então, o Participante poderá exercer o Incentivo sobre 50% de suas Phantom Shares), no prazo de até 30 (trinta) dias contados da ocorrência do Evento de Liquidez, mediante envio da notificação referida na Cláusula 3.8. Nessa hipótese, o Participante reservará o direito de exercer o Incentivo sobre as Phantom Shares remanescentes (não englobadas no exercício parcial do Incentivo), no caso de ocorrência de novos Eventos de Liquidez, na forma desta Cláusula 3.8.1. 3.9.

O Bônus será calculado a partir do resultado da (i) diferença entre o Valor Referencial Final e o Valor Referencial Inicial, (ii) multiplicado pelo número de Phantom Shares disponível ao Outorgado, observado o disposto na Cláusula 3.4 do Plano de Incentivo 2024, descontando-se, ao final, o IRPF incidente.

Plano de Incentivo 2022

Conforme definido no Plano de Incentivo 2022, o Prazo de Carência é o prazo de 3 (três) anos contados da Data Referencial Inicial. As *Phantom Shares* tornar-se-ão *Phantom Shares* Exequíveis somente após o cumprimento do Prazo de Carência. Caso haja a ocorrência de uma Capitalização da Companhia antes do término do Prazo de Carência, os Participantes que cumprirem a Condição de Serviço em tal data estarão sujeitos ao seguinte: **(a)** Se a Capitalização da Companhia ocorrer entre o 1º (primeiro) e o 2º (segundo) aniversário da Data Referencial Inicial, a quantidade de *Phantom Shares* correspondente ao resultado da multiplicação entre 1/3 (um terço) do total de *Phantom Shares* outorgadas ao Participante e o Fator de Diluição será considerada como tendo atingido seu Prazo de Carência e, portanto, tornar-se-ão *Phantom Shares* Exequíveis; ou **(b)** Se a Capitalização da Companhia ocorrer entre o 2º (segundo) e 3º (terceiro) aniversário da Data Referencial Inicial, a quantidade de *Phantom Shares* correspondente ao resultado da multiplicação entre 2/3 (dois terços) do total de *Phantom Shares* outorgadas ao Participante e o Fator de Diluição será considerado como tendo atingido seu Prazo de Carência e, portanto, tornar-se-ão *Phantom Shares* Exequíveis.

(l) Forma de liquidação

Item não aplicável aos Planos de Incentivo, tendo em vista que não serão emitidas ações da Companhia.

(m) Restrições à transferência das ações

Item não aplicável aos Planos de Incentivo, tendo em vista que não serão emitidas ações da Companhia.

(n) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Opções e os Planos de Incentivo poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia. Qualquer alteração da legislação e regulamentação aplicável às sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra poderá ensejar a revisão integral dos Planos, observadas as disposições contidas nos respectivos programas.

(o) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário/Participante (por “Desligamento” entende-se a rescisão, encerramento ou extinção do vínculo do Beneficiário/Participante com a Companhia), os direitos a ele conferidos de acordo com os Planos poderão ser extintos ou modificados, conforme estabelecido nos respectivos programas e contratos individuais.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano de Incentivo 2024

Nos termos do Plano Incentivo 2024, se, a qualquer tempo, o Participante:

(i) for desligado da Companhia ou de suas Controladas por vontade destas, sem Justa Causa ou por mútuo acordo, mediante dispensa, destituição ou rescisão unilateral ou antecipada do contrato empregatício ou de prestação de serviços pela Companhia ou por suas Controladas o Participante fará jus ao recebimento ao valor correspondente às Phantom Shares que já tenham se tornado exequíveis (“vested”) até a data de seu desligamento, por até 05 anos após o término do contrato, em caso de evento de liquidez. Alternativamente, a exclusivo critério e discricionariedade do Conselho de Administração, no momento de pagamento das verbas rescisórias ou devidas em razão do desligamento, poderá haver o pagamento antecipado do valor devido em razão das Phantom Shares exequíveis (“vested”), calculadas de acordo com o valor teórico a elas atribuído, conforme metodologia de cálculo disponibilizada no Anexo I ao Plano de Incentivo 2024.

Se, no entanto, não houver evento de liquidez em até 05 anos do término do contrato, o direito ao recebimento do valor correspondente às Phantom Shares de que trata o item acima estará extinto de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, Prêmio ou pagamento ao Participante. A parcela remanescente das Phantom Shares do Participante que não se tornaram Phantom Shares Exequíveis até a data de seu desligamento serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, Prêmio ou pagamento ao Participante.

O direito ao Prêmio previsto nesta Cláusula ficará condicionado ao cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 10.5 do Plano de Incentivo 2024 e da Condição para Pagamento do Prêmio, de modo que o Participante somente receberá o Prêmio se não tiver violado as obrigações constantes da Cláusula 10.5 do Plano de Incentivo 2024 e a Condição para Pagamento do Prêmio tiver sido cumprida, exceto se aprovado de forma diversa pelo Conselho de Administração.

(ii) vier a falecer ou sua incapacidade permanente seja declarada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS): O Participante ou seus sucessores farão jus ao recebimento ao valor correspondente às Phantom Shares que já tenham se tornado exequíveis (“vested”) até a data de seu desligamento, calculadas de acordo com o “fair value” a elas atribuído. A parcela remanescente das Phantom Shares do Participante que não se tornaram Phantom Shares Exequíveis nos termos desta Cláusula serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, Prêmio ou pagamento ao Participante ou aos seus sucessores; ou

(iii) (a) desligar-se da Companhia ou de suas Controladas por vontade própria do Participante mediante pedido de demissão ou renúncia ao cargo ou rescisão unilateral ou antecipada pelo Participante do respectivo contrato empregatício ou de prestação de serviços, ou (b) for desligado da Companhia ou de suas Controladas por vontade da Companhia ou de suas Controladas, por Justa Causa, mediante dispensa, destituição do cargo ou rescisão motivada do contrato de prestação de serviços, todas as Phantom Shares Não Exequíveis e as Phantom Shares Exequíveis na data do seu Desligamento serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a qualquer Prêmio, indenização e/ou pagamento ao Participante.

Plano de Incentivo 2022

Nos termos do Plano de Incentivo 2022, exceto se previsto de forma diversa no Contrato de Outorga, nas hipóteses de Desligamento do Participante, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Incentivo 2022 poderão ser extintos ou modificados, conforme abaixo:

Se, a qualquer tempo, o Participante: (a) for desligado da Companhia ou de suas Controladas por vontade destas, sem Justa Causa, mediante dispensa, destituição ou rescisão unilateral ou antecipada do contrato empregatício ou de prestação de serviços pela Companhia ou por suas Controladas: O Participante terá o direito de manter uma quantidade de *Phantom Shares* pro rata ao período trabalhado dentro do Prazo de Carência, que será calculada por meio da divisão entre a soma total de dias trabalhados pelo Participante dentro do Período de Carência e o número total de dias do Período de Carência, sendo 1 (um) ano considerado com 360 (trezentos e sessenta) dias e cada mês com 30 (trinta) dias. As *Phantom Shares* serão liquidadas ao final do Prazo de Carência original disposto no respectivo Contrato de Outorga, ou antes de referido prazo nas hipóteses de Capitalização da Companhia e Evento de Liquidez. A parcela remanescente das *Phantom Shares* do Participante que não se tornaram *Phantom Shares* Exequíveis será automaticamente extinta, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, Prêmio ou pagamento ao Participante. O direito ao Prêmio ficará condicionado ao cumprimento das obrigações previstas no Plano de Incentivo 2022 e da Condição para Pagamento do Prêmio, de modo que o Participante somente receberá o Prêmio se não tiver violado as obrigações constantes do Plano de Incentivo 2022, exceto se aprovado de forma diversa pelo Conselho de Administração. (b) vier a falecer ou sua incapacidade permanente seja

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

declarada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS): O Participante ou seus sucessores terão o direito de manter uma quantidade de *Phantom Shares* pro rata ao período trabalhado pelo Participante dentro do Prazo de Carência, que será calculada por meio da divisão entre a soma total de dias trabalhados pelo Participante dentro do Período de Carência e o número total de dias do Período de Carência, sendo 1 (um) ano considerado com 360 (trezentos e sessenta) dias e cada mês com 30 (trinta) dias. As *Phantom Shares* mantidas serão liquidadas ao final do Prazo de Carência original disposto no respectivo Contrato de Outorga, ou antes de referido prazo nas hipóteses de Capitalização da Companhia e Evento de Liquidez, nos termos do Plano de Incentivo 2022. A parcela remanescente das *Phantom Shares* do Participante que não se tornaram *Phantom Shares* Exequíveis nos termos desta Cláusula será automaticamente extinta, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, Prêmio ou pagamento ao Participante ou aos seus sucessores. **(c)** (i) desligar-se da Companhia ou de suas Controladas por vontade própria do Participante mediante pedido de demissão ou renúncia ao cargo ou rescisão unilateral ou antecipada pelo Participante do respectivo contrato empregatício ou de prestação de serviços, (ii) por mútuo acordo ou (iii) for desligado da Companhia ou de suas Controladas por vontade da Companhia ou de suas Controladas, por Justa Causa, mediante dispensa, destituição do cargo ou rescisão motivada do contrato de prestação de serviços, todas as *Phantom Shares* Não Exequíveis e as *Phantom Shares* Exequíveis na data do seu Desligamento serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a qualquer Prêmio, indenização e/ou pagamento ao Participante.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,83	2,91		7,74
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,360000		0,36
Esclarecimento	Não aplicável.			----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	45,00		45,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	45,78		45,78

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Outorgas: em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Plano de Opções

Até 23 de novembro de 2021, a Companhia possuía um Plano de Opções de Ações. Assim, considerando o término do Plano, não houve remuneração baseada em ações para 2022, 2023 ou para o exercício social corrente.

Outorgas de opções de compra de ações do exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,83	2,91
Nº de membros remunerados	0,00	1
Data da outorga	N/A	20/06/2018
Quantidade de opções outorgadas (A)	N/A	958.268
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	23/11/2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	23/11/2021
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	12 meses
Valor justo das opções na data da outorga (B)	N/A	R\$1,04
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga (A x B)	N/A	R\$999.910

*Em 30 de dezembro de 2020 ocorreu a incorporação da Bionexo Internacional, (antiga controladora da companhia) pela Companhia, sendo que a relação de troca foi de 1 ação para 37,8358. Desta forma, para fins de comparabilidade, as informações referentes ao preço médio ponderado de exercício e de aquisição em 2021 são apresentadas com o referido desdobramento.

8.7 Opções em aberto

8.7. Opções em aberto: em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável considerando que a Companhia não possui plano de opções e, portanto, não há opções em aberto.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Opções exercidas: em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Plano de Opções

Até 23 de novembro de 2021, a Companhia possuía um Plano de Opções de Ações. Assim, considerando o término do Plano, não houve remuneração baseada em ações para 2022, 2023 ou para o exercício social corrente.

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - Exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,83	2,91
Nº de membros remunerados	0,00	2,91
Número de ações (A)	0	958.268
Preço médio ponderado de exercício (B)*	0	1,21
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas [A x (C-B)]	N/A	1.151.668

*Em 30 de dezembro de 2020 ocorreu a incorporação da Bionexo Internacional, (antiga controladora da companhia) pela Companhia, sendo que a relação de troca foi de 1 ação para 37,8358. Desta forma, para fins de comparabilidade, as informações referentes ao preço médio ponderado de exercício e de aquisição em 2021 são apresentadas sem o referido desdobramento.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Entrega de ações: em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Plano de Incentivo 2024

O Plano de Incentivo foi aprovado na: (i) reunião do conselho de administração, realizada em 29 de fevereiro de 2024; e (ii) na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024. O Conselho de Administração da Companhia deliberará oportunamente sobre os beneficiários e a celebração dos instrumentos de outorga.

Plano de Incentivo 2024 (Phantom Shares)

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social corrente (2024)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	2,5
Nº de membros remunerados	0,00	2,5
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Plano de Incentivo 2022 (Phantom Shares)

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	2,5
Nº de membros remunerados	0,00	2,5
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,91	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social encerrado em 31/12/2021

Não aplicável, considerando que o Plano de Incentivo 2022 foi aprovado em 2022.

8.10 Outorga de ações

8.10. Outorga de ações: em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Plano de Incentivo 2024 (Phantom Shares)

O Plano de Incentivo foi aprovado na: (i) reunião do conselho de administração, realizada em 29 de fevereiro de 2024; e (ii) na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024. O Conselho de Administração da Companhia deliberará oportunamente sobre os beneficiários e a celebração dos instrumentos de outorga.

Plano de Incentivo 2022 (Phantom Shares)

Outorgas de ações do exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	2,5
Nº de membros remunerados	0,00	2,5
Data da outorga	N/A	03/01/2022
Quantidade de ações outorgadas (A)	N/A	2.646.269
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	03/01/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga (B)	N/A	4,88
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (A x B)	N/A	12.913.793

Outorgas de ações do exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,91	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Data da outorga	N/A	03/01/2022
Quantidade de ações outorgadas (A)	N/A	2.864.769
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	03/01/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga (B)	N/A	4,88
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (A x B)	N/A	13.980.073

Outorgas de ações do exercício social encerrado em 31/12/2021

Não aplicável, considerando que o Plano de Incentivo 2022 foi aprovado em 2022.

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,00	3,00	
N° de membros remunerados	0,00	3,00	
N° de ações	0	2.864.769	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	5,88	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	16.844.841,72	
Esclarecimento	Não há.		

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,91	3,00	
N° de membros remunerados	0,00	3,00	
N° de ações	0	2.864.769	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	5,40	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	15.469.752,60	
Esclarecimento	Não há.		

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

(p) Modelo de precificação Plano de Opções

No caso do Plano de Ações, o valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo “Black & Scholes” de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos, de acordo com os parâmetros descritos no Item 8.12 (b) deste Formulário de Referência.

Plano de Incentivo (Phantom Shares) 2024

O Valor Referencial Inicial: significa o valor de 1 (uma) ação da Companhia, correspondente a R\$ 6,26 (seis reais e vinte e seis centavos), de acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de outubro de 2023.

Bônus = {Valor Teórico da Ação - [Valor Referencial Inicial x (1 + CDI do Período)]} x Phantom Shares Disponíveis - IRPF

Plano de Incentivo (Phantom Shares) 2022

O Valor Referencial Inicial de 1 (uma) ação da Companhia, foi calculado com base no ARR (Annual recurring revenue) de 31/12/2021 multiplicado por 5,8, dividido pela quantidade de ações da Companhia e está devidamente registrado no Contrato de Outorga. O Prêmio devido ao Participante em relação às suas Phantom Shares Exequíveis será calculado da seguinte forma.

Prêmio = {Valor Referencial Final - [Valor Referencial Inicial x (1 + CDI Período)]} x Phantom Shares Exequíveis

(q) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Opções

No caso do Plano de Ações, para efeito do cálculo do valor justo das opções foram considerados os seguintes parâmetros:

Preço das ações na outorga:	R\$ 39,48 (*)
Preço médio de exercício de cada tranche:	R\$ 45,00
Volatilidade esperada do preço da ação:	38,82% a.a.
Taxa de retorno livre de risco:	8,00% a.a.
Vencimento médio remanescente:	10 meses

(*) O preço das ações a serem subscritas ou adquiridas em decorrência do exercício da opção será de R\$ 39,48 por ação, menos os dividendos pagos por ação desde 12 de abril de 2018, corrigido por 100% da variação acumulada da taxa D1-Over (COI), calculado de forma *pro rata temporis*, desde 12 de abril de 2018 até a data de integralização ou pagamento integral.

Plano de Incentivo (Phantom Shares) 2022

No caso do Plano de Incentivo, para efeito do cálculo do valor justo das opções estamos considerando os seguintes parâmetros:

Preço das ações na outorga:	R\$ 4,88 (*)
Preço médio de exercício de cada tranche:	Tranche 1 - R\$ 5,40 Tranche 2 - R\$ 5,88 Tranche 3 - R\$ 7,05
Vencimento médio remanescente:	2 anos

(*) O preço das opções a serem exercidas será de R\$ 4,88 por opção, corrigido por 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa CDI, conforme divulgada pela CETIP, calculado de forma *pro rata temporis*, desde a data da outorga até a data do exercício do Incentivo.

Nesse sentido, o valor justo por opção em 31 de dezembro de 2022 é de R\$5,48.

8.12 Precificação das ações/opções

(r) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

(s) Forma de determinação da volatilidade esperada

Desvio padrão médio indicado para empresas do segmento "Healthcare Information and Technology" informadas na base de dados "Standard deviations in equity and firm values" baixada do site <http://www.damodaran.com>, com data base de 05 de janeiro de 2021.

Planos de Incentivo (Phantom Shares)

Não aplicável, tendo em vista que não se trata de um modelo de opção de ações, não havendo volatilidade esperada.

(t) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Participação em sociedades: informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Sociedade	Exercício social findo em 31/12/2023			Total
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	
Bionexo S.A.	11.378.544	0	0	11.378.544

8.14 Planos de previdência

8.14. Planos de previdências: em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações

Não aplicável, visto que a Companhia não patrocina plano de previdência complementar em benefício de seus diretores e administradores.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	3,00	3,00	2,91	8,00	7,91	4,83
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	2,91	4,00	3,91	2,00
Valor da maior remuneração Real	1.596.082,70	4.901.694,37	4.200.000,00	616.394,67	603.692,50	120.000,00
Valor da menor remuneração Real	359.873,31	831.836,69	472.000,00	61.200,00	243.059,02	120.000,00
Valor médio da remuneração Real	997.025,86	2.246.616,71	313.964,93	251.171,95	295.837,88	120.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2022	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2021	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2022	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2021	A Companhia era uma EIRELI e não possuía Conselho de Administração.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Mecanismos de indenização: descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 8.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruture mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

Entretanto, quando houver destituição de estatutários, a Companhia, a seu exclusivo critério, poderá manter o benefício do plano de saúde por período a ser avaliado individualmente, sendo certo que o benefício permanecerá ativo, no mínimo, por 6 meses a contar da data de destituição do estatutário. Não havendo consequências financeiras relevantes para Companhia caso haja manutenção do benefício do plano de saúde em caso de destituição dos administradores.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Remuneração de partes relacionadas: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social corrente 31/12/2024	24%	76%	0%
Exercício social findo em 31/12/2023	29%	71%	0%
Exercício social findo em 31/12/2022	27%	73%	0%
Exercício social findo em 31/12/2021	19%	81%	0%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Remuneração de funções que não a função que ocupam: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Valores reconhecidos no resultado de outras sociedades: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas nos três últimos exercícios sociais.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes sobre a seção 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0012-81	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
12/11/2020	31/12/2022		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços relacionados: à auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"); e revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas correspondentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2022, preparadas de acordo com a NBC TG 21 (R3) / IAS 34 e normas expedidas pela CVM.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total da remuneração dos auditores independentes paga em 2022 para os serviços relacionados à auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 688.046,64.			
Justificativa da substituição			
A mudança de auditor independente se deu visando atender às boas práticas de governança corporativa.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
02/05/2023	02/05/2023		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços relacionados: à auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"); e revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas correspondentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com a NBC TG 21 (R3) / IAS 34 e normas expedidas pela CVM.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total da remuneração dos auditores independentes paga em 2023 para os serviços relacionados à auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 524.460,78.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			

Não aplicável.

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores

Para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a Companhia prevê que é competência do Conselho de Administração deliberar sobre sua escolha e destituição que irá fiscalizar sua atuação e a ocorrência de quaisquer dos eventos mencionados acima. Ainda, a Companhia informa que não há nenhuma outra remuneração a ser paga aos auditores independentes contratados além da remuneração pelos serviços descritos no item 9.1/2 deste Formulário de Referência.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	24	42	0	0	0
Não-liderança	180	220	0	0	0
TOTAL = 466	204	262	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	54	3	9	0	0	0
Não-liderança	5	250	47	97	1	0	0
TOTAL = 466	5	304	50	106	1	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	8	50	8
Não-liderança	133	251	16
TOTAL = 466	141	301	24

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	6	0	45	15	0
Não-liderança	1	50	8	271	68	2
TOTAL = 466	1	56	8	316	83	2

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	1	0	0	0	0
Nordeste	23	33	0	0	0
Centro-Oeste	0	8	0	0	0
Sudeste	155	161	0	0	0
Sul	25	58	0	0	0
Exterior	0	2	0	0	0
TOTAL = 466	204	262	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	1	0	0	0	0	0
Nordeste	1	26	9	20	0	0	0
Centro-Oeste	0	4	1	3	0	0	0
Sudeste	4	204	37	71	0	0	0
Sul	0	68	3	11	1	0	0
Exterior	0	1	0	1	0	0	0

TOTAL = 466	5	304	50	106	1	0	0
-------------	---	-----	----	-----	---	---	---

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	1	0
Nordeste	14	37	5
Centro-Oeste	4	4	0
Sudeste	85	216	15
Sul	37	42	4
Exterior	1	1	0
TOTAL = 466	141	301	24

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. A Descrição dos recursos humanos

(b) Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Atividade	31/12/2023	
	Localização Geográfica: SP	Total
Limpeza e Copa	3	3
Advocacia	0	0
Contabilidade	0	0
Departamento Pessoal	0	0
Tecnologia	20	20
Consultoria Corporativa	8	8
Total	31	31

(u) Índice de rotatividade

31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
37,84%	38,64%	31,75%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Alterações relevantes: comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não aplicável.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

(b) Política de benefícios

Nossos colaboradores são elegíveis a benefícios diversos, de acordo com o cargo ocupado, sempre respeitando as condições mínimas estabelecidas na convenção coletiva. Tais benefícios são disponibilizados aos colaboradores a partir do momento de sua admissão, sem quaisquer distinções de decorrência de tempo de serviço.

- Assistência Médica - Plano de saúde 100% custeado pela empresa, para colaboradores, cônjuges e filhos, com cobrança de coparticipação para consultas, pronto socorro, terapias e exames simples.
- Assistência Odontológica - Plano odontológico 100% custeado pela empresa, para colaboradores, sendo permitida a inclusão de dependentes legais, custeados na sua integralidade, pelo próprio colaborador.
- Seguro de Vida - Todos os colaboradores são elegíveis ao seguro de vida, tendo cobertura de 24 vezes a sua remuneração, limitado a R\$1.000.000,00 reais, adicionando-se a este benefício cobertura de auxílio funeral limitado a R\$7.000,00 reais
- Vale refeição e Vale alimentação - A Companhia credita mensalmente o valor de R\$920,00 para que seus colaboradores possam realizar as suas refeições.
- Auxílio Creche - A Companhia concede a todos os seus colaboradores, o auxílio creche no valor que varia de R\$565,25 a R\$646,00, de acordo com a idade, para filhos de até 6 (seis) anos de idade, mediante envio de comprovante.
- Day off de aniversário - A Companhia concede a todos os seus colaboradores, um dia de folga remunerado, para comemoração desta data especial. O dia de folga pode ser escolhido de acordo com a conveniência do colaborador e deve ser alinhado com seu gestor imediato.
- Programa de Saúde Mental - Todos os colaboradores e seus dependentes diretos, possuem acesso ao programa de saúde mental, contando com atendimento especializado para conversar em um ambiente seguro e confidencial, de forma remota e 100% custeado pela Companhia.
- TotalPass - Com intuito de proporcionar mais qualidade de vida, disponibilizamos aos colaboradores e seus dependentes, uma plataforma que oferece acesso a academias e parceiros focados no bem-estar total: atividade física, orientação nutricional, entre outros, sendo este um benefício optativo, cujos serviços e valores variam de acordo com o plano escolhido.
- Licença Maternidade e Paternidade estendidas - Pensando no bem-estar de seus colaboradores, que terão mais tempo para se adaptar à nova realidade familiar, a Companhia concede licença maternidade de 6 (seis) meses e paternidade de 20 (vinte) dias.
- Incentivo a Treinamento e Desenvolvimento - A Companhia disponibiliza para todos os seus colaboradores, plataforma que oferece mais de 6 (seis) mil cursos de graduação, pós-graduação, idiomas, mentoria e muitos outros, 100% custeado pela empresa, com intuito de manter os colaboradores capacitados.
- Horário flexível e modelo híbrido - A Companhia adota o modelo de trabalho híbrido para todos os seus colaboradores, dando flexibilidade aos colaboradores e permitindo que os mesmos mantenham equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

A Companhia possui plano de opções aplicável à diretores não estatutários e plano de incentivo aplicável à diretores não estatutários e gerentes, cujos detalhes estão descritos no item 8.4 deste Formulário de Referência, mas não houve outorga até o momento.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Considerando as informações de 31 de dezembro de 2023, a razão entre (i) a maior remuneração individual e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, foi de 5,45.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Relações entre emissor e sindicatos

O sindicato ao qual os colaboradores da Companhia estão vinculados é o Sindicato de Processamento de Dados da cidade de São Paulo.

A Companhia acredita que mantém um bom relacionamento com o sindicato que representa seus colaboradores, respeitando o direito de livre associação ao sindicato e de negociação coletiva com o mesmo, seguindo os preceitos das convenções coletivas de trabalho.

A Companhia esclarece ainda que não tem histórico de paralisação ou greve. e não possui relacionamento com sindicatos.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Outras informações relevantes

Durante o ano de 2023, a Companhia realizou ainda um extenso programa de Desenvolvimento de líderes (PDL), em parceria com a Fundação Dom Cabral. Neste programa todas as lideranças da Companhia passaram por diversas atividades que buscam aprimorar o alinhamento com a cultura, a postura profissional, conceitos de liderança, habilidade na gestão de pessoas com foco na retenção de talentos, aperfeiçoamento de processos para resultados ágeis e eficazes e enriquecimento da prática diária.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 - Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui política de transações com partes relacionadas formalmente aprovada. No entanto, a Companhia possui práticas que visam assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Companhia segue as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que estabelecem que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, deve abster-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Ainda, conselheiros e diretores estão proibidos de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Além disso, o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, avaliam a necessidade de contratação de empresas especializadas para emitir laudos de avaliação para contratação de transações com partes relacionadas, bem como a necessidade de submeter a transação à aprovação da Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ou ao Conselho de Administração. A contratação terceiros especializados ou submissão da transação à aprovação depende das características e natureza da transação e leva em consideração os padrões de governança corporativa.

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Bionexo de México, S.A. de C.V.	02/05/2019	276.178,68	531.146,77	276.178,68	N/A	15% a.a.
Relação com o emissor	Subsidiária					
Objeto contrato	Contrato de mútuo com objeto de empréstimo celebrado no valor total de USD53.836,00. O montante envolvido foi calculado considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2023, de R\$5,0343 para USD1,00 e sem considerar a taxa de juros aplicável.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O contrato é extinto com o pagamento integral do saldo devedor e outorga pela mutuante da quitação do mútuo.					
Natureza e razão para a operação	Cumprimento de obrigações financeiras da Bionexo de México.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Bionexo de México, S.A. de C.V.	06/11/2019	263.000,00	502.229,41	263.000,00	N/A	15% a.a.
Relação com o emissor	Subsidiária					
Objeto contrato	Contrato de mútuo com objeto de empréstimo no valor total de R\$263.000,00, sem considerar a taxa de juros aplicável.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O contrato é extinto com o pagamento integral do saldo devedor e outorga pela mutuante da quitação do mútuo.					
Natureza e razão para a operação	Cumprimento de obrigações financeiras da Bionexo de México.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Bionexo de México, S.A. de C.V.	03/04/2020	260.000,00	474.648,82	260.000,00	N/A	15% a.a.
Relação com o emissor	Subsidiária					
Objeto contrato	Contrato de mútuo com objeto de empréstimo celebrado no valor total de R\$260.000,00, sem considerar a taxa de juros aplicável					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O contrato é extinto com o pagamento integral do saldo devedor e outorga pela mutuante da quitação do mútuo.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Cumprimento de obrigações financeiras da Bionexo de México.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 - Itens “n” e “o”

(n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

As transações acima não foram sujeitas à aprovação, mas a Companhia tomou as cautelas necessárias para garantir que pessoas que pudessem ter interesses conflitantes com os interesses sociais se abstivessem do processo de negociação e contratação.

(o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Os contratos de mútuo descritos no item 11.2 acima foram celebrados com o intuito de preservar as atividades do Grupo Bionexo, de forma a atender obrigações financeiras de suas entidades e como forma de gerenciamento de caixa entre a Companhia e suas controladas. Dessa forma, entendemos que as taxas de juros praticadas no contrato são adequadas a transações dessa natureza e com essas características (ou seja, realizadas intra-grupo e sem participação ou possibilidade de beneficiar terceiros interessados).

11.3 Outras informações relevantes

11.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
23/11/2021	N/A	132.993.557,37	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
172.067.250	0	172.067.250	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
23/11/2021	N/A	132.993.557,37	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
172.067.250	0	172.067.250	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
23/11/2021	N/A	132.993.557,37	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
172.067.250	0	172.067.250	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
15/02/2021	N/A	0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
250.000.000	0	250.000.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiados no tocante a:

Não aplicável, visto que a Companhia não é uma emissora estrangeira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e não tenham vencido ou sido resgatados.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e não tenham vencido ou sido resgatados.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Não aplicável. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes nesta seção.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
RAFAEL KELLERMANN BARBOSA	Diretor Presidente
JOSIMAR GOMES	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

DocuSign Envelope ID: C9FBA9E9-2ACA-4E03-8C73-2D27D429F328

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

RAFAEL KELLERMANN BARBOSA, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 43.502.857, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 331.524.408-12, na qualidade de Diretor Presidente da BIONEXO S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.069.709/0001-02, com sede e foro na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1830, 7º andar, Bairro Vila Nova Conceição, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000 ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

DocuSigned by:
Rafael Kellerman Barbosa
E6A293CF8F7F4EA...

RAFAEL KELLERMANN BARBOSA

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DocuSign Envelope ID: 9651D312-3D74-4126-BF95-B4A3474A3222

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

JOSIMAR GOMES, brasileiro, convivente em união estável, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 16.536.890, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.629.406-38, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da BIONEXO S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.069.709/0001-02, com sede e foro na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1830, 7º andar, Bairro Vila Nova Conceição, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000 (“Companhia”), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência, após a data de sua posse; e (ii) todas as informações que foram atualizadas no formulário, na forma do item “i”, acima, atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, em especial aos arts. 15 a 20.

DocuSigned by:
Josimar Gomes
B484B0BD904F4A9...

JOSIMAR GOMES

Diretor de Relações com Investidores